

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ANA PAULA BARRADAS MARANHÃO

**DO CÁRCERE AO TOMBAMENTO: uma nova simbolização através
da cultura**

RECIFE
2017

ANA PAULA BARRADAS MARANHÃO

DO CÁRCERE AO TOMBAMENTO: uma nova simbolização através da cultura

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Linha de Pesquisa: Cultura, Patrimônio e Contemporaneidade.

Orientadora: Prof^a. Dra. Laure Marie-Louise Clémence Garrabé.

RECIFE
2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

M311d Maranhão, Ana Paula Barradas.
Do cárcere ao tombamento : uma nova simbolização através da cultura /
Ana Paula Barradas Maranhão. – 2017.
152 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Laure Garrabé.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2017.
Inclui Referências, apêndices e anexos.

1. Antropologia. 2. Museus históricos. 3. Prisões. 4. Patrimônio cultural
– Proteção. 5. Turismo cultural. 6. Memória coletiva. 7. Sistema prisional.
8. Patrimonialização. I. Garrabé, Laure (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-034)

ANA PAULA BARRADAS MARANHÃO

DO CÁRCERE AO TOMBAMENTO: uma nova simbolização através da cultura

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Aprovada em: 30/08/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Laure Marie-Louise Clémence Garrabé. (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dra. Mísia Lins Reesink (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Fernando Antônio Guerra de Souza (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Aos meus pais Ana Lúcia Barradas e Silvio Maranhão, pela ajuda e apoio de valor inestimável. Não existem palavras suficientes para agradecer de maneira justa. Resta-me apenas através destas palavras ser eternamente grata, por vocês serem puro amor.

AGRADECIMENTOS

À minha família na representação da minha irmã Cynthia Barradas Maranhão e da minha sobrinha e filha do coração Yasmin Barradas Maranhão Silva, que sempre me deram incentivo, amor e força.

À Professora Dra. Laure Garrabé, orientadora desta dissertação, por ter acreditado neste trabalho e assim conduzido a orientação.

Ao corpo docente do programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, na representação da sua coordenadora Professora Dra. Mísia Reesink, por estes dois anos de convivência.

Aos professores com quem tive contato direto, através das disciplinas cursadas ao longo do Mestrado e a quem sou grata por todo conhecimento compartilhado: Dra. Roberta Campos, Dr. Edwin Reesink, Dr. Bartolomeu Figueirôa, Dr. Antonio Motta e Dra. Vânia Fialho.

À secretaria do Programa de Pós-graduação em Antropologia, na representação de Ademilda Guedes, por terem, ao longo destes anos de convívio, auxiliado-me de forma prestativa e competente. Obrigada acima de tudo pelo sentimento de amizade e carinho que nos envolve.

Ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), através do Sr. Fernando Antônio Guerra de Souza, Sr. José Luiz Mota Menezes e Sr. Tácito Luiz Cordeiro Galvão pela disponibilidade, acolhimento e generosidade.

A todos que deram vozes voluntariamente a esta pesquisa. Obrigada por contribuírem de forma efetiva no desenvolvimento desta, através dos dados concedidos.

Aqueles que colaboraram de forma direta e indireta para realização do presente trabalho.

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é analisar o processo de patrimonialização de antigas casas de detenção e compreender o que implica sua transformação em equipamentos culturais e turísticos, no que diz respeito aos processos memorial e de identificação coletiva engajados na sua ressimbolização. Observei três antigos presídios, dentre os quais, dois deles foram tombados no âmbito Federal pelo IPHAN: a antiga Cadeia Eclesiástica (Aljube) localizada em Olinda/PE (atual Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco) e a Casa de Câmara e Cadeia em Pirenópolis/GO (atual Museu do Divino Espírito Santo). A Casa de Detenção do Recife (atual Casa da Cultura de Pernambuco) foi tombada, ela, no âmbito Estadual pela FUNDARPE. Apresento primeiro uma breve historiografia do sistema prisional e seus múltiplos desdobramentos conceituais (casa de detenção, presídio, cárcere, casa de câmara e cadeia e penitenciária) e o levantamento da lista de bens tombados no Brasil, destacando seus usos atuais e processos de tombamento em andamento pelo IPHAN. Segundo, examino a dinâmica simbólica que envolve a patrimonialização, desde o ponto de vista institucional de um lado, e desde um diálogo entre memória e identificação de outro. Terceiro, analiso as novas utilizações destes espaços carcerários, focando seus usos turísticos. A metodologia do trabalho constitui-se por trabalho de campo, utilizando-se de métodos como entrevistas semiestruturadas com os diversos atores implicados (gestores, visitantes/turistas, lojistas/comerciantes e moradores); a observação participante; e o levantamento de documentos oficiais e midiáticos, discutidos através de uma antropologia do patrimônio e do turismo. Com um intuito comparativo, reinscrevo o trabalho no âmbito global, destacando fenômenos similares em outras sociedades. A análise desses três processos me leva a constatar pouca reflexividade memorial e cultural por parte dos atores em jogo. Os resultados iniciais apontam que grande parte dos antigos cárceres tombados, sobrevivem pela sustentabilidade turística garantindo sua manutenção, porém num âmbito mais econômico do que memorial. Ou seja, as ressimbolizações pretendidas pelas instituições não parecem (re)apropriadas pelas comunidades às quais eram prometidas.

Palavras-Chaves: Sistema Prisional. Patrimonialização. Turismo. Memória e Identificação.

ABSTRACT

The principal objective of this work is to analyze the process of cultural heritage policies of former detention houses and understand what their transformation in cultural and touristic equipments involve, regarding, in that re-symbolization, their particular collective identification and memorial processes. I observed three former prisons, two among them registered in a Federal scale by the IPHAN: the Cadeia Eclesiástica (Aljube) in Olinda/PE (actual Museum of Contemporary Arts) and the Casa de Câmara e Cadeia in Pirenópolis /GO (actual Museum of the Divino). The Casa de Detenção do Recife (now Pernambuco House of Culture) was listed in a state scale by the FUNDARPE. I first present a brief historiography of the prison system and its various conceptual unfolding (*casa de detenção*, *presídio*, *cárcere*, *casa de câmara e cadeia* and *penitenciária*), and a list of the registered monuments in Brazil, enlightening their actual uses and the IPHAN heritagization processes in course. Secondly, I examine the symbolic dynamics involved in this heritagization from an institutional point of view and from a dialogic between memory and identification. Third, I discuss the new uses of these three spaces focusing their touristic dynamics. The methodology of this work is based on fieldwork using semi-structured interviews with the various agents of this research (managers and administrators, visitors and tourists, merchants and storekeepers, and neighboring residents); participant observation; collection data from official and mass-media documents, discussed within anthropology of heritage and of tourism. Finally, in a comparative goal, I brought back the work in a global scale observing similar phenomenon in other societies. The analysis of these three Heritage processes seem to show that few work of memorial and cultural reflexivity is finally enacted among the agents involved. Initial results point that those former detention houses survive by their touristic sustainability, granted by an economic maintenance rather than memorial. Meaning, the re-symbolizations pretended by the institution do not seem appropriated by the communities to which it was promised.

Keywords: Prison System. Cultural Heritage. Tourism. Memory and Identification.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Planta da Casa de Detenção do Recife-PE.....	37
Figura 2 - Casa da Cultura de Pernambuco.....	37
Figura 3 - Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis-GO.....	39
Figura 4 - Aljube de Olinda-PE.....	40
Figura 5 - Planta da Capela de São Pedro Advíncula.....	41
Figura 6 - Localização de Pirenópolis – GO.....	72
Foto 1 - Entrada secundária da Casa da Cultura de Pernambuco.....	56
Foto 2 - Elevador e escadas.....	57
Foto 3 - Entrada secundária e raio leste.....	57
Foto 4 - Cella “original”	58
Foto 5 - Cella “original” vista interna	58
Foto 6 - Museu do Divino Espírito Santo (exposição permanente).....	71
Foto 7 - Museu do Divino Espírito Santo.....	73
Foto 8 - Placa na parede do corredor térreo.....	73
Foto 9 - Área de convivência (local das antigas celas).....	74
Foto 10 - Exposição – Museu do Divino Espírito Santo.....	74
Foto 11 - Fachada do Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco	81
Foto 12 - Entorno em frente ao MAC e Capela de São Pedro Advíncula	83
Foto 13 - Administração e Exposição temporária MAC.....	84
Gráfico 1 - Uso atual dos presídios desativados.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Concentração de Bens Carcerários por Estado	43
Tabela 2 - Concentração de Bens Carcerários por Região	44
Tabela 3 - Quantitativo de Bens Carcerários Tombados e em Fase de Instrução ...	44
Tabela 4 - Quantitativo de Visitantes - MAC (2007-2014)	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
AGEPEL	Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico
BBC	Corporação Britânica de Radiodifusão
BA	Bahia
CE	Ceará
DHT	Departamento de Hotelaria e Turismo
DPI	Departamento do Patrimônio Imaterial
FAFIRE	Faculdade Frassinetti do Recife
FUNDARPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
GO	Goiás
G1	Portal de Notícias da Rede Globo
IAHGP	Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
INCR	Inventário Nacional de Referências Culturais
INDL	Inventário Nacional da Diversidade Linguística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAC	Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco
MASPE	Museu de Arte Sacra de Pernambuco
MEPE	Museu do Estado de Pernambuco
MG	Minas Gerais
MinC	Ministério da Cultura
MUBAC	Museu do Barro de Caruaru
MUREO	Museu Regional de Olinda
PE	Pernambuco
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
PR	Paraná
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SP	São Paulo

TCC

Trabalho de Conclusão de Curso

UFPE

Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	O CÁRCERE	27
2.1	UM NOVO OLHAR SOBRE O CÁRCERE.....	27
2.2	UMA BREVE INTRODUÇÃO AO SURGIMENTO DAS PRISÕES E O NASCIMENTO DO SISTEMA PRISIONAL NA AMÉRICA LATINA.....	32
2.2.1	Diferenciações conceituais entre casa de detenção, presídio, cárcere, casa de câmara e cadeia e penitenciária.....	35
2.3	O CÁRCERE: CASA DE DETENÇÃO DO RECIFE/PE, CASA DE CÂMARA E CADEIA DE PIRENÓPOLIS/GO E O ALJUBE DE OLINDA/PE.....	36
2.3.1	Casa de Detenção do Recife/PE	36
2.3.2	Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis/GO.....	38
2.3.3	Aljube de Olinda/PE.....	40
3	DO TOMBAMENTO AO PROCESSO DE NOVAS SIMBOLIZAÇÕES	42
3.1	PROCESSOS DE TOMBAMENTO E USO ATUAL DOS PRESÍDIOS DESATIVADOS PATRIMONIALIZADOS E EM FASE DE INSTRUÇÃO NO BRASIL PELO IPHAN.....	42
3.1.1	Análise do uso atual dos presídios desativados patrimonializados no Brasil pelo IPHAN	44
3.2	DO TOMBAMENTO ÀS NOVAS SIMBOLIZAÇÕES.....	49
3.3	A RESSIMBOLIZAÇÃO: CASA DA CULTURA DE PERNAMBUCO, MUSEU DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PIRENÓPOLIS E MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA DE PERNAMBUCO.....	54
3.3.1	Casa da Cultura de Pernambuco	54
3.3.2	Museu do Divino Espírito Santo	70
3.3.3	Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco	81
4	RESSIMBOLIZAÇÃO E MEMÓRIA	88
4.1	MEMÓRIA E IDENTIFICAÇÃO.....	89
4.2	O TURISMO COMO PERSPECTIVA PARA ANTIGOS CÁRCERES	94
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	REFERÊNCIAS	116

APÊNDICE A – LISTA DO LEVANTAMENTO DOS BENS TOMBADOS, PROCESSOS DE TOMBAMENTO E USOS ATUAIS DOS PRESÍDIOS DESATIVADOS PATRIMONIALIZADOS PELO IPHAN NO BRASIL.....	123
APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM O ADMINISTRADOR DA CASA DA CULTURA DE PERNAMBUCO.....	146
APÊNDICE C – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE DE PIRENÓPOLIS.....	147
APÊNDICE D – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A DIRETORA DO MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA DE PERNAMBUCO.....	148
ANEXO A – DOCUMENTO ENTREGUE PELA ADMINISTRAÇÃO DA CASA DA CULTURA DE PERNAMBUCO (RESUMO HISTÓRICO).....	149

1 INTRODUÇÃO

Cresce cada vez mais no Brasil a quantidade de antigos cárceres que são patrimonializados e que atualmente possuem novas utilizações, conforme a Lista de Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento do IPHAN, disponibilizada através do arquivo documental contido no *site* do Instituto¹, cuja versão mais recente do órgão foi publicada em 11 de maio de 2017. O emprego dessas edificações como museus, centros culturais, bibliotecas, albergues, hotéis, reservas ambientais, entre outros usos, vem se tornando uma prática não só no Brasil, como em todo o mundo.

São presídios desativados por razões diversas e parte deles no País patrimonializados em âmbito Federal, Estadual ou Municipal, motivo pelo qual, utilizei como base para a escolha dos objetos a serem investigados, a Lista de Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão diretamente ligado ao Ministério da Cultura (MinC).

O intento desta dissertação, concentra-se na **análise dos processos de tombamento e da reutilização dos espaços físicos** de três presídios que se encontravam inativos com relação às suas atividades prisionais e na apreciação de suas ressimbolizações consequentes. Dois deles foram tombados no âmbito Federal pelo IPHAN, a antiga Cadeia Eclesiástica - ALJUBE localizada na cidade de Olinda, no Estado de Pernambuco (atual Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco) e a Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis no Estado de Goiás (atual Museu do Divino Espírito Santo). O terceiro, a Casa de Detenção do Recife (atual Casa da Cultura de Pernambuco) foi tombada no âmbito Estadual pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE).

O IPHAN foi criado em 13 de Janeiro de 1937, pela Lei de número 378, no governo de Getúlio Vargas. Posteriormente, em 30 de Novembro de 1937, foi promulgado o Decreto-Lei número 25, a seguir: “O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro”,

¹Site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento.** 2016. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_de_bens_tombados_2016.pdf> Acesso em: 03.Jul.2017.

relata o *site* do Instituto.² Cabe a ele proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

E, a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) é o órgão executor da política cultural do Estado, em todas as suas dimensões. Foi criada em 17 de julho de 1973 e “Tem como missão a promoção, o apoio, o incentivo, a preservação e a difusão das identidades e produções culturais de Pernambuco”, informa o *site* da Fundação.³

A importância histórica e arquitetônica desses patrimônios carcerários foram utilizados como critérios para escolha dos que fariam parte deste estudo. Sem embargo, justifico a seleção pelo fato da Casa de Detenção do Recife ser considerada como de estrutura arquitetônica carcerária mais moderna da época no Brasil, com o modelo similar Panóptico de Bentham; o Aljube de Olinda por ser a única prisão eclesiástica que se tem conhecimento no Brasil durante todo o período da inquisição e a Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis pelo indiscutível valor histórico.

A escolha do tema está diretamente ligada a minha preferência de atuação acadêmica, que em sua maioria se voltou para as diversas questões do "Patrimônio". Desde 2005 desenvolvo pesquisas relacionadas ao assunto e neste mesmo ano terminei o Curso de Graduação em Turismo, cujo título do trabalho de conclusão foi "Turismo e patrimônio histórico: Preservar para lembrar". Em 2007 quando do Curso de Especialização em Turismo e Patrimônio, com a apresentação do trabalho final que se intitulava "Museu Infantil no Recife: Perspectivas e possibilidades" e, em 2011 na dissertação de mestrado do Curso de Gestão Pública, "Política Cultural e Patrimonialização da Casa da Cultura Recife/PE: O desafio da aplicabilidade".

Até então perfiz doze anos de estudos acadêmicos, cujo tema “Patrimônio” sempre esteve presente nas minhas discussões e pesquisas. Uma nova oportunidade surgiu para aprofundamento dos meus conhecimentos na área e desta vez numa perspectiva antropológica.

²Site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>> Acesso em: 03.Set.2017.

³Site da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. Disponível em <<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/fundarpe/institucional/a-fundarpe/>> Acesso em: 03.Set.2017.

Após sondagem sobre a possibilidade de existirem outros estudos na área, cabe registrar que não foi encontrado nenhum que tivesse como abordagem o processo de reutilização de espaços em desuso após seus tombamentos, no caso cárceres; bem como, a análise contextual dos seus aspectos funcionais observados em relação à sua nova missão. Pelo seu aspecto inovador, mostra-se o presente trabalho como de relevância para o estudo do patrimônio no Brasil.

A investigação quanto à ressimbolização de antigas casas de detenção, buscou entender o processo desde sua patrimonialização, a sua transformação em equipamentos culturais e artísticos e as novas dinâmicas sociais ocasionadas.

Por conseguinte, tornou-se essencial refletir sobre a importância desses espaços como guardiões de sua história, para que o bem patrimonial tenha a garantia de ser preservado não só como bem arquitetônico, mas como bem histórico-cultural em suas novas significações e suas implicações quanto ao processo memorial e de identificação coletiva.

De maneira oportuna, passo a citar que o objetivo principal deste trabalho foi analisar o processo de patrimonialização de antigas casas de detenção e compreender as implicações decorrentes de sua transformação em equipamentos culturais e turísticos, no que diz respeito às questões de processo memorial e de identificação coletiva, engajadas na ressimbolização desses antigos espaços.

E quanto aos objetivos específicos estabelecidos para direcionamento do processo investigativo como meio de esclarecer a problemática existente, foram eles: Realizar uma pesquisa introdutória quanto ao surgimento das prisões e respectivo sistema prisional na América Latina; Efetuar um levantamento com vistas a verificar os usos atuais dos antigos presídios tombados ou em fase de instrução pelo IPHAN; Compreender o processo de tombamento e as novas simbolizações dos presídios patrimonializados pelo IPHAN; Identificar através do trabalho de campo, como está sendo ofertado à população local e aos turistas os bens ressimbolizados: Casa da Cultura de Pernambuco, Museu do Divino Espírito Santo de Pirenópolis e o Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco; Refletir a respeito da memória coletiva e identificação, no tocante à relação dos atores com as antigas detenções patrimonializadas e ressimbolizadas.

Para que tudo saísse a contento e de conformidade com os padrões metodológicos e de técnicas de pesquisas etnográficas, que por ser qualitativa, se diferenciou de outras maneiras de conceber informações, iniciei pela pesquisa

bibliográfica. O fazer etnográfico decorre da teoria em qualquer situação, que por sua vez acompanha todo o procedimento adotado na prática, como uma munção de conhecimentos gerados sobre a temática versada; em outras palavras, todas as literaturas utilizadas consistiram em assuntos ligados ao estudo em questão e que contribuíram diametralmente para sua compreensão. Deste modo, o embasamento abstrato serviu para perceber o “campo” que eu queria investigar.

Aproveito o ensejo para ressaltar que a pesquisa foi amparada por uma análise teórica multidisciplinar, abrangendo áreas do conhecimento como História, Arquitetura e Turismo, para a delimitação do recorte em questão, que é a relação entre a Antropologia e o Patrimônio.

Tentarei abaixo ser objetiva nas minhas concepções analíticas sobre as valiosas contribuições advindas dos principais autores da bibliografia utilizada sobre os assuntos inerentes ao tema em estudo, por meio dos quais, obtive a compreensão necessária para aplicá-los no campo e no decorrer de todo o estudo.

No livro “Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos”, organizado por Lima Filho e Abreu (2007), encontrei referências das pesquisas mais atuais desenvolvidas na esfera da Antropologia do Patrimônio, contudo sua principal temática referia-se ao patrimônio imaterial. A nível nacional e internacional, o debate científico em torno do intangível despontava como eixo central e com isso o estudo do patrimônio material sob o viés antropológico, segundo (LIMA FILHO; ABREU, 2007, p. 21-29) ficava mais restrito as problemáticas em torno das relações entre a museologia e antropologia.

Em relação à introdução da historiografia do sistema prisional, MAIA et al (2009), através dos artigos que compõem sua obra e ademais autores presentes como SANT’ANNA (2009) e AGUIRRE (2009), proporcionou conhecimentos necessários para percepção temporal em relação ao início das práticas de punição até a implementação de fato do sistema carcerário e AGUIRRE (2009), que versou sobre o surgimento das prisões e o nascimento do sistema prisional na América Latina, com destaque para a primeira penitenciária dessa região do continente americano, que foi à Casa de Correção do Rio de Janeiro. A compreensão desse processo era um fator determinante para que se pudesse perceber o cárcere numa visão panorâmica mais abrangente, possibilitando desta maneira, a percepção na prática.

A análise e interpretação da pena de privação de liberdade quanto a sua historicidade, coube as sensatas considerações referidas na literatura de BITENCOURT (2001). No que relacionou-se a reflexão social e histórica das prisões coube a SALLA (1999), que analisava a questão da situação carcerária em São Paulo até a década de quarenta, onde me detive expressamente à questão da historicidade das formas de punição. Já PERROT (1989), contribuiu para ampliar os conhecimentos, através de seu trabalho dedicado a grupos marginalizados pela sociedade na Europa, enfatizando as relações de resistência, através do qual, tecemos considerações.

Considerado como de grande apoio na documentação das obras pesquisadas, GOFFMAN (2001), forneceu subsídios teóricos para elevar o nível de entendimento dos locais destinados a acolher e isolar pessoas do convívio na sociedade, por serem incapazes, segundo o autor, de terem uma vida autônoma ou por representarem uma ameaça à segurança social. A questão do respeito aos internos foi versado sob o prisma do desrespeito, quer sejam nas prisões, manicômios e outros, cuja reflexão incidiu sobre o abuso de autoridade em locais de confinamento, para *personas non gratas* a conviverem socialmente. Favoreceu com suas idéias a ponderar com alusão ao pensamento social em épocas outrora, que repercutiam nessas pessoas "marginalizadas" e "estigmatizadas" socialmente e de que maneira, a população encarava esses locais de reclusão.

A concepção clara e objetiva sobre a função social do espaço penitenciário deve-se a CORDEIRO (2010) e GUERRA; MENEZES (2017), com a explanação de fatores determinantes para o planejamento arquitetônico de uma prisão. FOUCAULT (2012), autor bastante conhecido por aqueles que se debruçam no estudo das relações de poder no âmbito da punição no cárcere, por meio da visão do panoptismo como artefato de controle social, influenciou indiscutivelmente na concepção de aspectos observados na prática. Michel Foucault enfatiza o referido modelo como uma forma de controle comportamental do preso. O conhecimento sobre o procedimento adotado pelo poder através de um modelo carcerário, foi muito útil para a compreensão dessa relação, especificamente durante as horas de observação participante na antiga Casa de Detenção do Recife, de estrutura similar a panóptica, vista e sentida na prática a função de observação, controle e punição em relação ao seu projeto arquitetônico.

Os teóricos acima mencionados foram de suma importância para a assimilação histórica em relação ao âmbito prisional, ao surgimento das prisões e como foi iniciada a pena de reclusão no mundo até a sua implementação nos principais países da América Latina, dentre eles o Brasil. Proporcionaram igualmente, uma percepção mais extensa sobre o cárcere, excepcionalmente quanto a sua estrutura física. Provocando desta maneira, um olhar mais aguçado sobre os tipos de arquitetura penitenciária usada nos três presídios pesquisados e tornando-se evidente a importância da edificação para o tipo de punição que se desejava aplicar.

A obra de MALINOWSKI (1976), proporcionou uma visão teórica acerca dos métodos para coleta de dados etnográficos, como também, o cuidado que se deve ter no processo de investigação quanto à condução das conversas, meios de aproximação com os atores, o que favoreceu o fortalecimento do poder de articulação. Enquanto GEERTZ (2012), ARANTES (2012) e WAGNER (2012) esclareceram o conceito de cultura e fomentaram ponderações sobre o papel da mesma nas sociedades. Contudo, pode-se confirmar que o conceito de cultura utilizado no decorrer deste trabalho, foi o da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2009), com a diferenciação do uso da cultura com aspas e cultura sem aspas.

O autor LE GOFF (1996), que por intermédio da significação da memória e suas funções, influenciou na compreensão da memória coletiva quanto às possíveis interferências dos órgãos governamentais responsáveis pelo patrimônio, sobre o que deve ou não ser "lembrado". CANDAU (2005) e (2011) e CASTELLS (1999) subsidiaram o conteúdo do trabalho com conceitos de memória e identidade, ressaltando o desaparecimento de referências memoriais pelo presentivismo exacerbado nas sociedades modernas. E, DE LA TORRE (1992), forneceu elementos conceituais sobre "turismo", item considerado básico para a compreensão do fenômeno turístico e a perspectiva de sua utilização nos antigos cárceres.

Em arremate as contribuições sucedidas por estes autores, científico que transmitiram informações basilares para que houvesse um respaldo conceitual quanto ao entendimento e a análise da problemática da pesquisa e de modo inclusivo na compreensão do espaço prisional quando ainda em funcionamento, em processo de desativação, patrimonialização, ressimbolização e qual a utilização e importância desses bens patrimoniais para a sociedade.

Afora o emprego da bibliografia especializada, foram consultados materiais acadêmicos como teses e dissertações, assim como material midiático entre eles artigos em jornais, *sites* institucionais e de viagens e turismo.

Dando continuidade ao processo ora descrito, referencio a ajuda recebida quando da intercessão da pesquisa documental, por intermédio da Lista de Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) através das quais se identificava as antigas casas de detenção tombadas ou em processo de patrimonialização. O aludido levantamento foi executado em dois momentos distintos: março de 2016 e julho de 2017; ou melhor, houve uma atualização dos dados quantitativos em relação à localização por parte do órgão regulamentador antes da entrega da dissertação e de posse dessa informação, deu-se início a um novo levantamento com base no informe do ano de 2017, que dotou a análise de maiores subsídios de dados e componentes recentes.

Além disso, foi efetuada uma investigação no Arquivo Noronha Santos (IPHAN)⁴, que forneceu informações sobre o uso atual e a descrição dos Bens Tombados. O referido estudo, tornou-se relevante para a classificação dos dados quantitativos em relação à localização dos bens carcerários tombados pelo IPHAN e para uma leitura de suas situações atuais (vide apêndice A).

A escolha por investigar dois patrimônios (Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis e o Aljube de Olinda) tombados a nível Federal pelo IPHAN, resultou da condição de ser a maior instância em relação à proteção do patrimônio no País.

Apenas a antiga Casa de Detenção do Recife foi patrimonializada a nível Estadual pela FUNDARPE. As duas edificações situadas nas cidades de Recife e Olinda, tinham como responsáveis por suas políticas culturais a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, que segundo o órgão, voltavam-se ao lazer da população com apresentações de espetáculos, shows, mostras artísticas, entre outras. O terceiro patrimônio localizava-se na cidade goiana de Pirenópolis e se encontrava sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude, servindo como representatividade do principal evento da localidade que intitulava-se Festa do Divino Espírito Santo.

⁴Site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Arquivo Noronha Santos/IPHAN**. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/ans/> > Acesso em: 25.Fev.206 e 03.Jul.2017.

Em prosseguimento a questão metodológica, chegamos à pesquisa de campo que decorreu de forma exploratória e descritiva, executada nos três antigos cárceres selecionados durante o período da análise documental. O material/equipamento utilizado foi a máquina fotográfica para constituição do acervo, a caderneta de campo para anotação das observações que vieram no cotidiano do campo e o uso do gravador.

Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e conversas informais com os atores da pesquisa, além da observação participante. A preferência por este tipo de entrevista foi devido à necessidade da utilização de um roteiro predefinido, porém sem amarras; isto é, estava aberto às mudanças que se fizessem necessárias pelo entrevistador, no transcorrer da entrevista. A pesquisa abrangeu um centro cultural voltado para a venda de artesanato e dois museus. Portanto, o procedimento empregado nas entrevistas foram adaptadas, de acordo com a realidade de cada local e integrada a observação participante como citado anteriormente; logo, de fundamental importância para a compreensão do objeto investigado, já que favoreceu um contato mais próximo com os atores.

A seleção dos atores envolvidos, automaticamente recaiu nas pessoas que estavam diretamente envolvidas na problemática elencada e que com base nos dados coletados no campo, pudessem clarificar, através de suas práticas espaciais, aspectos ainda desconhecidos na reutilização desses cárceres, inclusive quanto aos enfoques sociais e culturais de suas histórias.

A identificação desses atores de uma maneira geral, incidiu sobre os gestores, visitantes/turistas, lojistas/ comerciantes e moradores das localidades. No caso específico da Casa da Cultura de Pernambuco, além dos gestores foram incluídos os lojistas dos boxes existentes na área interna da edificação, turistas/visitantes, com o intuito de averiguar algumas circunstâncias como: se houve participação popular na escolha e solidificação do espaço histórico como lugar para a venda de artesanato, se conheciam a história do bem cultural, qual a impressão à respeito de trabalharem ou visitarem um cárcere extinto, o que pensavam a respeito, se esses espaços estavam sendo satisfatórios na sua função atual, entre outros aspectos. E assim, se procedeu no Museu do Divino Espírito Santo, cujos atores foram o gestor e visitantes/turistas do museu, comerciantes do centro histórico e moradores. Quanto ao Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco, não houve condições para realização da pesquisa de campo nos mesmos moldes dos demais,

pois, encontrava-se em restauro. Assim sendo, os atores foram a Diretora e uma funcionária do bem patrimonial.

Os gestores segundo suas atribuições, eram os responsáveis por planejar, dirigir, monitorar e direcionar ações, de acordo com a perspectiva institucional do órgão. Assim, as entrevistas com os responsáveis pela gestão dos locais observados foram de grande valia, para que houvesse um confronto entre o que foi previsto pelos órgãos governamentais para uso do bem e como funcionava na prática.

A seguir, serão feitas algumas considerações acerca de acontecimentos observados a partir dos primeiros contatos com o campo e no decurso do processo etnográfico nos três objetos de estudo desta dissertação.

Iniciando pela Casa da Cultura de Pernambuco, foi a mesma investigada por meio da observação participante, análise da documentação existente, entrevista semiestruturada com o seu administrador (vide apêndice B) e conversas informais com lojistas, visitantes/turistas e um guia de turismo que atuava nas suas dependências, num período que perdurou por aproximadamente trinta dias.⁵

A dinâmica de funcionamento da casa foi concebida desde a “comercialização” aos mais variados ângulos, embasado pelas diretrizes da instituição mantenedora, a FUNDARPE, transmitida pelo gestor e pelo olhar de quem vivenciava diariamente o local como os lojistas, guias de turismo e quem os visitava.

As entrevistas não estruturadas e conversas informais foram feitas com 15 (quinze) visitantes que circulavam no seu interior, justificando-se a escolha pelo método descerimonioso devido os informantes estarem em seu momento de lazer e com o tempo reduzido, que na maioria das vezes era estipulado pelos guias de turismo. A conversa abordou questões relativas à percepção destes em relação ao local e se sabiam que a Casa da Cultura era uma antiga Casa de Detenção de grande relevância para história do estado de Pernambuco. No âmbito dos lojistas foram entrevistados 15 (quinze) deles nas alas Norte, Sul, Leste e Oeste.

⁵Pesquisa de Campo realizada na Casa da Cultura de Pernambuco, no período de 02 a 25 de Setembro de 2015, por Ana Paula Maranhão.

No Museu do Divino Espírito Santo de Pirenópolis em Goiás, como segundo campo de pesquisa⁶, similarmente utilizou-se a observação participante e dados obtidos *in loco*. Foi feita uma entrevista semiestruturada com o Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude da cidade (vide apêndice C), além de entrevistas não estruturadas e conversas informais com 07 (sete) moradores e comerciantes e 03 (três) turistas que visitavam o museu. O diálogo mantido com os informantes teve como foco de abordagem as questões relativas à percepção destes em relação ao local e se os mesmos sabiam que o Museu do Divino Espírito Santo era uma antiga Casa de Câmara e Cadeia de valor inestimável para a história do País.

Em referência ao terceiro campo de investigação, ou seja, o Museu de Arte Contemporânea de Olinda, por estar passando por um momento de interrupção de suas atividades, só tornou-se possível efetuar uma entrevista semiestruturada com a diretora e uma outra funcionária⁷ (vide apêndice D). Ambas, pertenciam ao quadro de pessoal da FUNDARPE, lotadas no MAC e foram muito prestativas, fornecendo todas as informações possíveis e de bom grado.

Algumas dificuldades surgiram durante a realização do trabalho de campo em todos os três locais, objetos deste estudo e que de certa forma interferiram negativamente para o andamento normal da pesquisa, conforme previsto. Mediante impasse, necessário se fez a utilização de estratégias para neutralizar/minimizar alguns efeitos e viabilizar outros, com vistas a consecução dos objetivos propostos. Cada um deles apresentava um nível de problemática a parte, que somente no decorrer do processo etnográfico conseguiu-se perceber a situação vigente em qualquer um desses espaços ressignificados.

Não foi fácil executar o planejamento de campo na Casa da Cultura de Pernambuco, pois envolvia como responsável um órgão estadual e por outro lado uma zona de conflitos e tensões composta pelos lojistas que ocupavam as antigas celas da Casa de Detenção do Recife. Tais insatisfações ecoaram direta e indiretamente na minha relação com os entrevistados. Em todo o período de

⁶ Pesquisa de Campo realizada no Museu do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, no período de 28 de Setembro a 05 de Outubro de 2015, por Ana Paula Maranhão.

⁷ Entrevistas realizadas no Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco, em 07 de Dezembro de 2016, por Ana Paula Maranhão.

vivência no campo, foi sentido e observado um clima de animosidade por parte deles e de desconfiança pelas pessoas que faziam a segurança do prédio, mesmo sabendo da permissão dada pela administração, a qual, disponibilizou o tempo que fosse preciso. Todavia, os lojistas mantiveram uma postura de desatenção, de difícil relacionamento, apáticos e muito atentos ao que estava sendo dito em algumas ocasiões pelos outros entrevistados. Infelizmente os mesmos não estavam abertos ao diálogo e o ar de insatisfação era geral.

Outro fato a considerar que intercedeu dificultosamente na aproximação com os turistas/visitantes, foi que por ser um lugar de fluxo turístico as pessoas não dispunham de tempo suficiente para participarem ativamente da pesquisa.

Porquanto, no contato com o campo emergiu uma rápida reflexão sobre o conteúdo de algumas leituras feitas no decurso da pesquisa bibliográfica, sobre a atuação do etnógrafo no local de estudo. Daí, o pensar momentaneamente incidiu sobre o método da pesquisa etnográfica como diz Malinowski (1976) - O campo por parte dos “nativos” em seu livro “Argonautas do Pacífico Ocidental”, foi árduo.

Os entraves não pararam por aí. Do mesmo modo, uma das pessoas pertencente ao quadro de pessoal da casa, no instante em que lhe foi solicitado a lista das lojas com o propósito de averiguar quais estabelecimentos estavam em pleno funcionamento e quais se encontravam desocupados, já que logo na entrada do local foi evidenciado a existência de várias lojas trancadas, principalmente nos andares superiores, fato constatado em todo o período utilizado no campo. Não houve confirmação no que se refere as indagações acima, porquanto não aconteceu a liberação da almejada relação por parte da funcionária que se mostrava descontente. Chegou a dizer que “a relação das celas por raio era complicado [...] Aí nesse papel já tem escrito o total de lojas”, referindo-se ao resumo sobre a história do bem patrimonial. Enfim, todos da área administrativa que foram indagados, relataram que não existia mais nenhuma “cela” para aluguel e que a casa estava totalmente ocupada.

No Museu do Divino Espírito Santo em Pirenópolis, o gestor foi muito atencioso e de tudo fez para facilitar o andamento do trabalho; porém, quanto aos turistas/visitantes tornou-se complicado e extremamente difícil, pelo fato da cidade ter como atração turística além do magnífico centro histórico, o ecoturismo, bastante conhecido e divulgado pela beleza de suas cachoeiras. O que fazia com que as pessoas se deslocassem para lá e para outros atrativos pertinentes a essa

modalidade de turismo. As tentativas foram inúteis no que diz respeito as entrevistas não estruturadas e conversas informais com estes atores, porque não queriam perder tempo e os que se dispunham a responder o faziam através de respostas impensadas e rápidas, como que para se livrarem. Ficaram desta maneira, restritas aos que visitavam o museu.

E, quanto ao Museu de Arte Contemporânea de Olinda, teve como grande empecilho o seu fechamento temporário, que coincidiu com o período da pesquisa de campo, o que resultou na possibilidade do mesmo ser substituído; todavia, continuou, dentre os três bens selecionados para investigação, pela sua condição histórica.

Afora os obstáculos acima expostos existiu mais um, que foi a escassez de referenciais teóricos, comum a todos os bens referenciados neste estudo antes do tombamento, isto é, em sua função primária e enquanto bem ressimbolizado, cujos danos foram de certa forma amenizados por intermédio dos esclarecimentos prestadas pelos respectivos gestores.

A exemplo, a Casa da Cultura de Pernambuco forneceu tão somente um material bastante sintetizado e vago sobre sua história (vide anexo A) e quanto as informações virtuais proferidas por dois sites oficiais deixava muito a desejar no que concerne a uniformidade dessas notificações.

Segundo esclarecimento de uma das funcionárias, esse material servia como fonte de pesquisa para os que lá compareciam em busca de informações sobre o local, independente do nível de conhecimento ou escolaridade do pesquisador, ou seja, tanto fazia ser direcionado a um aluno do ensino fundamental como para outro a nível de mestrado.

A estruturada dissertação é composta por três capítulos:

O primeiro capítulo visa à compreensão histórica e conceitual do cárcere, com uma breve historiografia do sistema prisional no Brasil e seus múltiplos desdobramentos conceituais como cárcere, casa de câmara e cadeia, detenção, entre outros e em seguida o foco direcionou-se para a historicidade da Casa de Detenção do Recife/PE, Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis/GO e o Aljube de Olinda/PE, ainda enquanto prisões.

O segundo capítulo, dispõe sobre a proteção do patrimônio e seu instrumento legal que é o tombamento, passando pelo levantamento dos presídios desativados e tombados ou em fase de instrução pelo IPHAN. Além dos dados

inventariados, tornou-se evidente as disposições acerca da concentração dos bens carcerários por estado brasileiro, considerando o agrupamento de bens por região e a relação total de bens carcerários tombados e em fase de instrução. Em seguida, realizou-se uma análise do uso atual dos presídios desativados e patrimonializados no Brasil e na sequência foi descrita a dinâmica simbólica que envolve a patrimonialização de um bem, através do processo de tombamento. Coube, a este capítulo também, analisar os processos específicos dos patrimônios envolvidos com a pesquisa, assim como, as observações, os dados coletados e a interatividade com os atores no campo.

Todo esse aporte teórico foi de suma importância para compreensão do espaço prisional quando ainda em funcionamento, em processo de desativação, patrimonialização, ressimbolização e qual a utilização e importância desses bens patrimoniais para a sociedade.

O **terceiro capítulo** é dedicado a memória e identificação, com à explicitação de autores cujas obras abordam assuntos inerentes ao tema pesquisado e novos usos do cárcere em outras sociedades, por meio de práticas turísticas. De forma a compreender, como o turismo pode contribuir em outros estilos de ressimbolizações de antigas prisões, e quais são suas eficiências. Na verdade, resume-se a uma tendência atual do turismo, que desponta de forma original, com um novo olhar para o cárcere.

Por fim, as **Considerações Finais** foram apontadas com o intento de aferir comparativamente os objetos da pesquisa de campo, especificar os resultados do trabalho e propor estratégias para valorização e implementação de novas dinâmicas para a otimização do uso dos espaços.

Em ordem sequencial, serão desenvolvidas as concepções explicitadas nesta introdução e dispostas no sumário, acreditando poder contribuir para o desenvolvimento de novas investigações na área da antropologia do patrimônio.

2 O CÁRCERE

O presente capítulo tem a intenção de exibir o cárcere na sua contextura histórica, conduta conceitual e estrutura arquitetônica, como veículo facilitador para o entendimento de todo o processo de ressimbolização das antigas casas de detenção, selecionadas para servirem como objeto de estudo em questão. Além do que está descrito no sentido mais amplo, isto é, numa percepção de mundo, foi igualmente analisado a historicidade desses três patrimônios acima referenciados, essencialmente necessária para a concepção dos acontecimentos que ocorreram no passado.

Assim sendo, torna-se de fundamental importância, tecer elucidações sobre esses patrimônios, enquanto detentores de suas funções iniciais e primordiais. Eram espaços arquitetônicos que, de uma maneira geral, isolavam do convívio social pessoas que cometiam atos que estivessem em desacordo com as normas vigentes na sociedade da época e cujos prédios foram construídos para tal.

2.1 UM NOVO OLHAR SOBRE O CÁRCERE

A utilização de edificações carcerárias com novas significações vem, ao longo dos anos, ocorrendo de forma silenciosa ao menos no Brasil. Não é comum a preocupação com a reutilização destes espaços como uma forma de repensar os novos papéis destas ambientações na sociedade. Ao parar para pensar o cárcere desativado em escala mundial, novas utilizações da arquitetura prisional vêm sendo feitas com muito sucesso, com uma concepção globalizada, onde parâmetros tradicionais são quebrados e novos discursos são constituídos a partir deste outro olhar.

A função do espaço penitenciário com novas utilizações, definitivamente, vem acrescentar uma visão diferente e convida a refletir sobre o futuro destes espaços como ambientes de convívio, já que não se trata apenas de ajuizar sobre a utilização e relação entre os indivíduos e o ambiente, mas a interação entre os indivíduos. Na concepção de François Laplantine (2005), é fundamental que se tenham claras, as características do universo urbano, as sensações e a razão. Ele recorda que "um dos interesses de uma reflexão antropológica é tecer laços inéditos entre o sensível,

o social e o político” (LAPLANTINE, 2005, p. 151-2 apud DUARTE; VILLANOVA, 2013, p. 9).

Através do levantamento dos bens tombados, em processos de tombamento e os usos atuais dos presídios desativados patrimonializados pelo IPHAN no Brasil, que serão apresentados no próximo capítulo, são nítidas as múltiplas facetas das ressimbolizações destes bens. São museus, memoriais, bibliotecas, centros culturais, prefeituras, fórum, entre outros. Sem falar nos presídios que não são patrimonializados e que também receberam novos usos pelo mundo inteiro.

Comentar a proximidade entre os objetos da antropologia e da arquitetura poderá levar a compreensão do fenômeno urbano, em especial, para uma diversidade de construções e reconstruções. Com a pretensão de contribuir com estes novos olhares, são apresentados aqui alguns exemplos de espaços públicos (antigos cárceres), que servem de ferramentas até agora pouco exploradas, para corroborar com a compreensão da dimensão das representações e significações locais vividas atualmente nestes espaços.

Ao pensar na Ilha de Fernando de Noronha/PE, por exemplo, com suas belíssimas e paradisíacas praias e atrativos naturais, será que é recordado prontamente que por trás de um dos mais cobiçados destinos turísticos brasileiros, há um passado carcerário? O arquipélago era uma prisão criada em 1737 e apenas em 1942 os presos foram transferidos para outro presídio, e Noronha foi usada para defesa nacional. “A partir de 1988 é que o local voltou a ser considerado parte de Pernambuco, tornando-se um distrito estadual.”, relata o *site* companhia de viagem.⁸ Um fator peculiar é que no *site* oficial do arquipélago, essa parte histórica da ilha como cárcere é praticamente omitida, porque em toda página virtual só há menção do seguinte trecho:

A Vila dos Remédios despontou como o principal núcleo urbano da ilha. Nela ficavam, a partir do século XVIII, a administração, com seus prédios públicos, os alojamentos carcerários e oficinas para presidiários, a Igreja, a praça de comando ou praça d'armas, as casas de moradia, o almoxarifado, a escola, o hospital e os armazéns para estocagem da produção agrícola e gêneros vindos do continente, cita o *site* do arquipélago.⁹

⁸Site Companhia de Viagem. Disponível em <<https://companhiadeviagem.blogosfera.uol.com.br/2015/02/02/voce-sabia-que-fernando-de-noronha-ja-foi-um-presidio/>> Acesso em: 07.Set.2017.

⁹Site Institucional da Ilha de Fernando de Noronha/PE. Disponível em <http://www.prontotecnologia.com.br/noronha2/instHistoria_06.php> Acesso em: 07.Set.2017.

Embora o discurso administrativo da Ilha de Fernando de Noronha seja o de preservar a herança patrimonial, foi visto que o local, enquanto presídio, parece não ser interessante divulgar. A Ilha Grande, no Rio de Janeiro, faz parte de um arquipélago brasileiro com muitos atrativos naturais e atividade turística intensa, que também já abrigou presídios e possui uma relação próxima com a Ilha de Fernando de Noronha, por meio da transferência de presos. A Colônia Penal de Dois Rios foi instalada em 1903 e, após 37 anos, entra em funcionamento também a Colônia Penal Cândido Mendes. “Essas transferências foram devidas ao fato de que a Ilha de Fernando de Noronha, na qual estavam sendo aprisionados os presos políticos, foi cedida ao Governo americano para utilização como base aeronaval”, informa o *site* da Ilha Grande/RJ¹⁰.

A Colônia Penal Cândido Mendes funcionou até o ano de 1954 e houve o retorno dos presos ao Presídio de Dois Rios, que passou a se chamar Cândido Mendes (nome igual ao do presídio fechado). Posteriormente, as instalações foram demolidas por ordem do então Governador do Estado, Carlos Lacerda, relata o *site* da Ilha¹¹. Neste caso, foi falado abertamente o histórico do local como prisão que abrigou escritores e revolucionários como detentos tais como: Graciliano Ramos, Agildo Barata, dentre outros.

Graciliano Ramos, em seu livro “Memórias do Cárcere” (2011), narra o período em que esteve preso durante o Estado Novo. Sendo torturado, vivendo em condições subumanas no regime ditatorial. Sua prisão decorre em março de 1936, sob acusação de ligação com o partido comunista. Foi liberto em janeiro de 1937.

Já a obra “Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-30.” de Alzira Abreu et al. (2001), retrata a prisão disciplinadora de Agildo Barata. Condenado pela Lei de Segurança Nacional.

O Presídio Cândido Mendes, na praia de Dois Rios funcionou até 1994, quando os prédios foram implodidos, no governo Brizola. Na fase final, o presídio tornou-se inviável economicamente e já não havia mais condições de se manterem presidiários nas precárias condições dos prédios, descreve o *site* da Ilha Grande/RJ¹².

¹⁰Site Institucional da Ilha Grande/RJ. Disponível em <<http://www.ilhagrande.com.br/ilha-grande/historia/presidios/>> Acesso em: 07.Set.2017.

¹¹Site Institucional da Ilha Grande/RJ. Disponível em <<http://www.ilhagrande.com.br/ilha-grande/historia/presidios/>> Acesso em: 07.Set.2017.

¹²Site Institucional da Ilha Grande/RJ. Disponível em <<http://www.ilhagrande.com.br/ilha-grande/historia/presidios/>> Acesso em: 07.Set.2017.

Uma das prisões mais famosas do mundo é a de Alcatraz, nos Estados Unidos. É parada obrigatória para quem visita São Francisco. Inúmeras agências de turismo oferecem o serviço para realizar um *tour* pela ilha, transformada em parque nacional, com uma belíssima vista para a cidade. Alcatraz recebeu nomes lendários do crime como Al Capone, o que fez com que o lugar provoque ainda mais fascínio. “A pequena Ilha de Alcatraz, entre 1934 e 1963, foi sede de uma das prisões mais seguras do planeta. A partir de 1976, a Ilha de Alcatraz foi paulatinamente transformada em patrimônio histórico”, expõe o *site* História do Mundo¹³.

O *Celica Hostel* na Liubliana, Eslovênia, transformou uma prisão militar desativada em um albergue. O exército austro-húngaro construiu uma base militar em Liubliana, no ano de 1882, na edificação onde hoje é o *Hostel Celica*. Por mais de 100 anos existiu uma prisão no local. Em 1991, o edifício foi abandonado e o espaço vazio se transformou em um centro multicultural.

Em 1993, houve uma tentativa de demolição por parte das autoridades eslovenas, mas os artistas locais persistiram e, em 2001, houve o início da transformação da antiga prisão em um divertido albergue da juventude. O projeto de reforma envolveu mais de 80 artistas de todo o mundo. Finalmente, em 2003 o *Hostel Celica* recebeu os seus primeiros hóspedes. “O único lugar aonde você vai querer passar a noite na cadeia e tem que pagar por isso. Cama confortável, experiência única”, relata o *site* do *hostel*.¹⁴

A Ilha de Gorgona em Cauca, na Colômbia, é uma belíssima e paradisíaca ilha, com um amplo ecossistema natural. Ao ver uma imagem, ninguém tem ideia que um lugar tão bonito já abrigou detentos. Os criminosos mais perigosos da Colômbia ficaram na penitenciária, local também chamado de ilha do esquecimento. Gorgona atualmente é declarado Parque Nacional Natural, com uma área de proteção de mais de 62 mil hectares. No local, as atividades de mergulho, observação da fauna e flora e caminhadas são os destaques, afirma o *site* viagem em pauta¹⁵.

O Museo Marítimo y Del Presidio de Ushuaia na Argentina, abrange um verdadeiro complexo museológico, contando com os museus marítimo, antártico, de

¹³Site História do Mundo. Disponível em <<http://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/a-lendaria-prisao-de-alcatraz.htm>> Acesso em: 07.Set.2017.

¹⁴Site do *Hostel Celica*. Disponível em <<http://www.hostelcelica.com/>> Acesso em: 02.Ago.2017.

¹⁵Site Viagem em Pauta. Disponível em <<http://viagemempauta.com.br/2014/01/16/cinco-penitenciarias-que-voce-nao-pode-deixar-de-visitar-como-turista-claro>> Acesso em: 02.Ago.2017.

arte marinha e o museu do presídio. Em 1902, foi iniciada a construção do Presídio Nacional realizada pelos próprios prisioneiros, sendo a obra concluída em 1920.

Neste período, contava com 5 pavilhões e 386 celas que chegaram a alojar mais de 600 presos. Recebeu os criminosos mais ameaçadores da Argentina e, agora, serve como área de exposição que conta a história do presídio. Em abril de 1997, a edificação foi declarada monumento histórico nacional pelo Congresso da Nação Argentina. Conforme a gestão do museu, ele é auto-sustentável e recebe ajuda do setor privado, em especial os turistas, informa o *site* do museu¹⁶.

A Fremantle Prison em Perth, na Austrália, era uma antiga penitenciária de 1850, construída pelos próprios detentos. Dentro da antiga detenção são feitos *tours* guiados por suas instalações e túneis subterrâneos, que recriam as sensações da época, contando também com uma exposição sobre a história da prisão. O local ainda conta com uma cafeteria e um *Gift Shop* com camisetas, livros, bolsas e acessórios, canecas, bijuterias e bonecos da marca (Fremantle Prison), relata o *site* da antiga penitenciária.¹⁷

A Ilha Robben na Cidade do Cabo, África do Sul foi a prisão onde Nelson Mandela ficou por 18 anos e um dos símbolos do *apartheid*. A ilha encontra-se a cerca de 20 minutos de barco da Cidade do Cabo e, ao longo do percurso, os guias de turismo explicam detalhes do dia a dia da antiga prisão de segurança máxima. A ilha recebe diariamente cerca de 700 turistas na baixa estação e mais de 2.000 na alta. Sendo desativada em 1991 e o local virou museu em 1996, e desde então, o fluxo turístico é altíssimo. O *tour* dura cerca de 2 horas e o local de destaque é a cela onde viveu Mandela, menciona o portal de notícias da rede globo.¹⁸

Outro aspecto a ser abordado é a reutilização dos espaços carcerários em alguns países como o exemplo da Holanda, pela falta de detentos:

Enquanto a maioria dos países do mundo enfrenta problemas de superlotação no sistema carcerário, a Holanda vive a situação oposta: gente de menos para trancafiar. Nos últimos anos, 19 prisões foram fechadas e mais deverão ser desativadas em 2017, obedecendo a um decréscimo

¹⁶*Site* Museo Marítimo y Del Presidio de Ushuaia. Disponível em < <http://www.museomaritimo.com/> > Acesso em: 02.Ago.2017.

¹⁷*Site* Fremantle Prison. Disponível em < <http://fremantleprison.com.au/> > Acesso em: 02.Ago.2017.

¹⁸Portal de Notícias da Rede Globo. Disponível em < <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1159871-5602,00-ILHA+ONDE+NELSON+MANDELA+FICOU+PRESO+E+ATRACAO+TURISTICA+NA+CIDADE+DO+CABO.html> > Acesso em: 02.Ago.2017.

agudo da população carcerária. Mas há quem veja nisso um problema, relata o *site* da BBC-BRASIL.¹⁹

As prisões desativadas são normalmente convertidas em centros de triagem para refugiados e oferecem uma oportunidade de trabalho para guardas que perderam o emprego. Mais uma unidade nas imediações de Amsterdã foi convertida em um hotel de luxo. “Outra solução encontrada pelo governo para lidar com celas ociosas foi alugar espaço para prisioneiros de países com problemas de lotação, como a vizinha Bélgica e a Noruega”, expõe o *site* da BBC-BRASIL.²⁰

Através dos exemplos mencionados, fica claro que antigas prisões podem ter os mais diversos usos. É muito importante desmitificar sem banalizar. Os locais citados contribuem para o impedimento da destruição de espaços que foram construídos para serem prisões e, atualmente, possuem novos usos como: museus, memoriais, hotéis, parques de preservação natural, centro de arte, entre outros.

Lugares de grande violência e tortura não podem ser esquecidos e apagados da memória coletiva, a lembrança é primordial, apesar das novas simbolizações estes possuem uma função fundamental de impedimento do abandono e como vimos existem diversas formas de utilização destes espaços.

2.2 UMA BREVE INTRODUÇÃO AO SURGIMENTO DAS PRISÕES E O NASCIMENTO DO SISTEMA PRISIONAL NA AMÉRICA LATINA

A historiografia do sistema prisional ainda está marcada por uma percepção restrita, visto que as pesquisas relacionadas ao tema, tanto em artigos acadêmicos como em dissertações e teses, utilizavam-se das mesmas fontes teóricas como “As prisões em São Paulo: 1822-1940” de Fernando Salla (1999), “Vigiar e punir: nascimento da prisão” de Michel Foucault (2012), “Manicômios, prisões e conventos” de Erving Goffman (2001) e a “História das prisões no Brasil” organizado por Clarissa Maia et al., (2009) com textos de diversos autores e ampla abrangência.

As pesquisas científicas nas mais diversas áreas do conhecimento, cuja indagação envolva o sistema prisional no Brasil, são amplamente debatidas, sob o viés da crise carcerária envolvendo: superlotação, condições subumanas de

¹⁹Site da BBC-BRASIL. Disponível em < <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37966875>> Acesso em: 09.set.2017.

²⁰Site da BBC-BRASIL. Disponível em < <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37966875>> Acesso em: 09.set.2017.

sobrevivência, violação dos direitos humanos, políticas públicas ineficazes, dificuldade de ressocialização dos presos, dentre outros.

Portanto, cabe salientar o caráter pioneiro deste trabalho, já que em pesquisas realizadas não foram encontradas obras voltadas para a situação do patrimônio material carcerário tombado (antigas casas de detenção que foram patrimonializadas), sobretudo sob a perspectiva antropológica, e que indaguem qual o uso atual destes bens, e quais as suas novas formas de simbolização, em relação a sua problematização dentro do diálogo entre memória e identificação.

“A prisão é menos recente do que se faz datar seu nascimento dos novos códigos. A forma-prisão preexiste à sua utilização sistemática nas leis penais” (FOUCAULT, 2012, p. 223). Até a idade moderna, o encarceramento era realizado como medida não de punição legislativa, mas como uma forma de manter sob custódia aqueles que aguardavam julgamento.

Para a detenção, não havia a necessidade de aprisionamento em um local específico. Portanto, ainda não era fundamental que fossem traçados os projetos de arquitetura de uma penitenciária, devido o cárcere ser percebido apenas como um local provisório para manter pessoas até o cumprimento das punições designadas.

A partir do século XVII, já na Idade Moderna, têm início mudanças importantes no sistema penal e a prisão se torna o elemento chave para estas mutações. O ato de punir passa a não ser mais um privilégio do poder real, toda a sociedade pode se defender daqueles que atentarem contra suas propriedades e suas vidas. Portanto, nesse período a “punição é executada como pena de retirada do indivíduo da convivência em sociedade e para cada ato infracionário uma sentença para obter a serenidade do controle do corpo e da mente” (MAIA, 2009, p. 12-13).

Já no final do século XVII, a prisão vai se assemelhando aos padrões mais atuais, com a função de proteger a sociedade e corrigir o culpado isolando para reintegrá-lo à sociedade. Até então, o sistema penal era baseado na ideia de que aquela construção era mais um instrumento de castigo do que de recuperação do preso (PERROT, 1989, p. 13).

Na Idade Moderna, a Europa foi atingida por uma onda de pobreza. Esse estado referido generalizado se espalhou pelo mundo e afetou diversos países, contribuindo para o aumento da criminalidade. Com o surgimento do capitalismo, constituiu-se a pena por conta do sistema industrial. Com tudo isso, tornou-se

necessária a construção de prisões estruturadas para a correção dos criminosos (MAIA, 2009, p. 16).

A primeira penitenciária na América Latina foi à casa de correção do Rio de Janeiro, cuja construção iniciou-se em 1834, tendo sido concluída em 1850. O tempo que se levou para concluir o projeto revela muito sobre as dificuldades financeiras e políticas que enfrentavam os primeiros reformadores das prisões. A construção da penitenciária de Santiago do Chile se iniciou em 1844, seguindo o modelo Celular ou Filadélfia, e começou a receber detentos em 1847, mas só funcionaria plenamente em 1856. O governo peruano iniciou a construção da penitenciária de Lima em 1856, seguindo o modelo *Auburn* ou “congregado”, ficando o projeto terminado em 1862. Mais duas penitenciárias foram construídas na década seguinte: a de Quito, concluída em 1874 e a de Buenos Aires, em 1877 (AGUIRRE, 2009, p. 41).

“Após a instalação da primeira penitenciária brasileira no Rio de Janeiro, outra prisão foi construída em São Paulo. Ambas seguiam o modelo de grandes casarões, onde além de prisão funcionava também a Câmara Municipal” (CORDEIRO, 2010, p. 50). Desde as primeiras décadas deste século, quando ocorreram mudanças na legislação e na estrutura judiciária do País, a forma de punir os indivíduos criminosos foi discutida de modo cada vez mais intenso, alcançando repercussão entre grupos importantes de atuação política, jurídica e social no Brasil.

“Do ponto de vista jurídico, a Constituição de 1824 e o Código Criminal de 1830 induziram a questão do aprisionamento moderno no país” (SANT’ANNA, 2009, p. 287). A constituição determinou que, dali em diante, as cadeias seriam seguras, limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza de seus crimes.

Portanto, a pena de privação de liberdade tornou-se o principal instrumento de coerção, principalmente no século XIX. Durante bastante tempo, o indivíduo condenado era objeto da execução penal e só recentemente é que o infrator obteve direito a exigências éticas de respeito à dignidade. Porém, com a historiografia apresentada, o sistema prisional brasileiro dos dias atuais, mesmo com as diversas leis existentes, trabalha de forma oposta ao seu objetivo, que é a ressocialização, em um ambiente totalmente inospitaleiro.

2.2.1 Diferenciações conceituais entre casa de detenção, presídio, cárcere, casa de câmara e cadeia e penitenciária

O espaço prisional é o instrumento utilizado para aplicação da pena e apresenta variações de terminologia, dependendo de sua fase histórica.

A nomenclatura prisão refere-se ao ato de aprisionar o praticante de algum crime, fazendo com que este seja encaminhado à local específico para o cumprimento da pena designada. O espaço é chamado de prisão ou cadeia. “O local da detenção também pode ser chamado de cárcere. Portanto, o cárcere é uma prisão. Os sinônimos de prisão são: penitenciária, presídio, cadeia.” (GUERRA; MENEZES, 2017, no prelo).

Em nossas principais cidades coloniais, como também em Portugal, o inicial, tinha como primeiras preocupações a implantação da igreja, sede da fé; do pelourinho, símbolo da liberdade municipal e a casa de câmara e cadeia, sede do poder administrativo e Judiciário. (GUERRA; MENEZES, 2017, no prelo).

Como as funções são geralmente administrativas, judiciais, penitenciárias e religiosas, seu programa se constitui de duas partes distintas: Câmaras – Salas destinadas aos serviços camários [...]. Cadeia – Local de reclusão dos mais variados tipos de presos. (GUERRA; MENEZES, 2017, no prelo).

Conforme citado, o tempo é indispensável para a compreensão das diferenciações conceituais. No século XVIII, época do Brasil colônia a edificação mais comum para a reclusão era a casa de câmara e cadeia. A Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis foi erguida justamente nesta fase em 1733.

Do mesmo modo, o Aljube²¹ de Olinda foi planejado neste mesmo século em 1722, para abrigar aqueles que atentavam contra a Igreja Católica Apostólica Romana. Já o termo casa de detenção, tornou-se mais comum no século XIX, assim como, a Casa de Detenção do Recife, erguida em 1855.

²¹ “Aljube eram prisões eclesiásticas construídas para evitar a mistura de religiosos com presos por causas comuns. Eram também utilizadas para a punição de crimes contra a religião católica (heresias) cometidas geralmente por cristãos novos, descendentes de judeus que se converteram forçosamente ao catolicismo e que eram pegos praticando o torá.” (GUERRA; MENEZES, 2017, no prelo).

2.3 O CÁRCERE: CASA DE DETENÇÃO DO RECIFE/PE, CASA DE CÂMARA E CADEIA DE PIRENÓPOLIS/GO E O ALJUBE DE OLINDA/PE

2.3.1 Casa de Detenção do Recife/PE

A Casa de Detenção do Recife foi inaugurada no dia 25 de abril de 1855.

A obra para a nova cadeia do Recife, ordenada por lei provincial de 16.8.1848, já vinha sendo objeto de discussão na Assembléia Legislativa, sem que fosse possível a contratação de engenheiro que se dispusesse a contruí-la. O novo Presidente da Província, Honório Hemerito Carneiro Leão, resolveu incubir dos planos, bem como da escolha do local, o jovem engenheiro Mamede Alves Ferreira, que já vinha celebrizando através da colaboração nas obras de melhoramento do Porto e da construção do Hospital Pedro II. Tendo aceito a missão, Mamede apresentou em fins de 1848, o projeto da nova cadeia. O local escolhido foi a margem direita do rio Capibaribe, “por trás da rua da Concórdia, em terreno da marinha, ainda alagado pelas marés cheias”, sem edificação próxima a ele [...] (COSTA; ACIOLI, 1985, p. 32).

A Casa de Detenção do Recife (cuja traça de Mamede lembra a Cadeia de Anger, cidade do sul da França) e possui um modelo arquitetônico bastante similar ao famoso Panóptico Bentham²². Para Bentham, essa forma de atuar não se limitava apenas à arquitetura penitenciária, mas todos os edifícios públicos que precisavam de uma determinada vigilância, ou seja, que se alimentavam dessa relação de controlar e ser controlado, tais como, a escola, o hospital, etc.

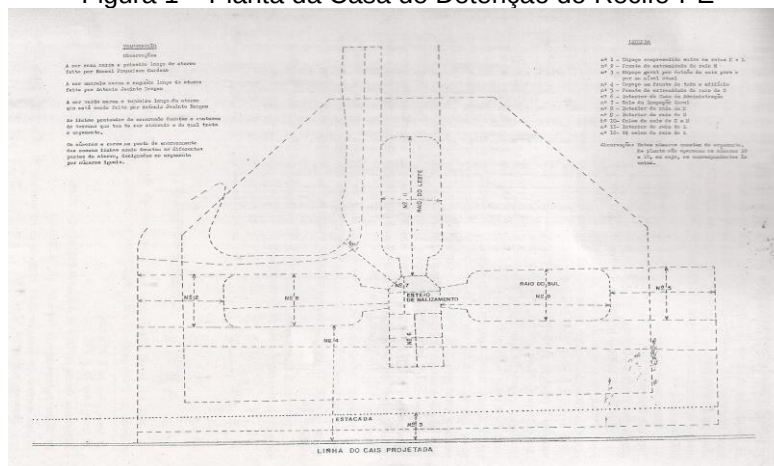
O Panóptico de Bentham era um edifício em forma de anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro. O anel dividia-se em pequenas celas que davam tanto para o interior quanto para o exterior. Em cada uma dessas pequenas celas havia, segundo o objetivo da instituição, um operário a trabalhar, um prisioneiro a ser corrigido e na torre havia um vigilante. O panoptismo correspondia à observação total. “É a tomada integral por parte do poder disciplinador da vida de um indivíduo. Ele é vigiado durante todo tempo, sem que veja o seu observador, nem que saiba em que momento está a ser vigiado” (FOUCAULT, 2012, p. 194-195).

O panoptismo equivale à organização de espaços que permitem ver, sem ser visto, portanto, uma garantia de ordem. Logo, o panóptico não tinha a finalidade de

²²Jeremy Bentham (1748-1832) Filósofo utilitarista inglês, em 1789 concebeu o Panóptico que foi pensado como um projeto de prisão modelo.

fazer com que as pessoas fossem punidas, mas que não tivessem a oportunidade para cometer o mal, pois se sentiam imersas num campo de visibilidade. A Casa de Detenção do Recife, com planta cruciforme seguiu exatamente esta arquitetura, possui uma cúpula metálica no centro da unidade que permitia a visão pelos vigilantes dos três blocos (sul, leste e oeste).

Figura 1 – Planta da Casa de Detenção do Recife-PE



Fonte: (COSTA; ACIOLI,1985, p. 35)

Em 24.11.1859 o Imperador D. Pedro II vai visitar a nova Casa de Detenção. Apresentava ela o aspecto quase ilhada, uma vez que ainda não estava concluído o cais. Classificando-a como “uma bela obra” [...] As celas que Mamede Ferreira planejara inicialmente para serem individuais e no projeto aprovado deveriam receber 1, 3 e 5 indivíduos, tinham, em 1859, até 12 presos. Havia água em todas as celas, menos nas solitárias, vinda de dois tanques, que se enchiam por meio de bombas. Havia, igualmente, banheiros para os presos e empregados. [...] Mamede não via o término de sua obra, considerada “um dos palácios de chumbo da Veneza Americana” e que só foi concluída em 1867, depois de um “longo período de 17 anos, durante os quais a obra sofreu “muitas modificações e alterações.” (COSTA; ACIOLI,1985, p. 36).

Figura 2 - Casa da Cultura de Pernambuco



Fonte: (Site da Casa da Cultura de Pernambuco)²³

²³Site da Casa da Cultura de Pernambuco. Disponível em <<http://www.casadaculturape.com.br/galeria001.php>> Acesso em: 21. sep. 2015.

Após funcionar 118 anos como presídio, em 1973, o então governador Eraldo Gueiros Leite determinou o fechamento da Casa de Detenção do Recife. Os presos foram transferidos para outros presídios do Estado, sobretudo o de Itamaracá. No mesmo ano, o local foi restaurado e inaugurada a Casa da Cultura de Pernambuco, equipamento cultural sugerido por Francisco Brennand²⁴, expõe o *site* da Casa da Cultura de Pernambuco.²⁵

2.3.2 Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis/GO

“A Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis foi erguida em 1733, sendo a primeira cadeia do Estado de Goiás, tendo sido construída em terreno situado na esquina da rua do Rosário com a atual Neco Mendonça, dando frente para a Igreja Matriz” (CARVALHO, 2011, p. 60). A Casa de Câmara e Cadeia foi demolida e reconstruída em outra área da cidade.

A cadeia em seu local atual foi construída em um terreno que fazia parte do antigo Largo do Hospício, no período de 1916 a 1919, idêntica à anterior. Em estilo colonial, foi edificada próximo à ponte sobre o rio das Almas por Cristovam José de Oliveira. O prédio tem dois pavimentos: na parte superior funcionava a Câmara de Vereadores e na parte térrea o policiamento local e cadeia. (CARVALHO, 2011, p. 60).

A Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis seguiu a estrutura arquitetônica mais corriqueira no Brasil na época. O modelo prisional era a cadeia pública que dividia a mesma edificação de dois pavimentos com a Câmara Municipal (cadeia no térreo e câmara no primeiro pavimento), comumente chamado de casa de câmara e cadeia.

²⁴Escultor e Artista Plástico pernambucano, nascido em 1927. Destaca-se por seu trabalho como ceramista. Proprietário da Oficina de Cerâmica que leva seu nome no bairro da Várzea no Recife/PE.

²⁵*Site* da Casa da Cultura de Pernambuco. Disponível em <<http://www.casadaculturape.com.br/aCasa.php>> Acesso em: 03.Set. 2017.

Figura 3 - Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis-GO



Fonte: (CARVALHO, 2011, p. 61)

[...] Essas cadeias se apresentavam como grandes casarões, onde funcionava também a Câmara Municipal. Na parte inferior existiam as salas destinadas ao aprisionamento, para onde eram levados os indivíduos que cometiam infrações, inclusive escravos, para aguardar as penas de açoite, multa ou o degredo²⁶, uma vez que não existia ainda a pena de prisão (CORDEIRO, 2010, p. 49).

Em 1969, foi instaurado um processo de reforma no local e no ano de 1999, houve a mudança da Câmara Municipal para outra edificação, por conta da falta de condições de uso das instalações. Já em 2007, a casa foi restaurada com verbas advindas do IPHAN e do Ministério da Cultura e o apoio institucional do Governo de Goiás e da Prefeitura Municipal (CARVALHO, 2011, p. 60).

Em 27 de março de 2007, houve a solenidade de entrega da restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis. O IPHAN executou a obra de revitalização da casa, já adaptada com acesso para deficientes e organizou a mostra de abertura. A Prefeitura de Pirenópolis ficou responsável pela gestão do espaço e a Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico (AGEPEL) se comprometeu a montar no local o Museu de Imprensa do Estado de Goiás, relata o *site* do IPHAN²⁷. Ocorreu a mostra de abertura e, posteriormente, em 07 de outubro de 2009, foi inaugurado o Museu do Divino Espírito Santo.

²⁶ Afastamento do contexto social.

²⁷ Site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1791/iphan-entrega-obras-de-restauro-da-casa-de-camara-e-cadeia-de-pirenopolis-go>> Acesso em: 11.Set.2015.

2.3.3 Aljube de Olinda/PE

O Bispo Francisco Xavier Aranha, consciente e percebendo que seus antecessores nada haviam conseguido do governo do Reino, fez construir, por sua própria responsabilidade, em Olinda, a rua 13 de Maio, um edifício destinado ao Aljube; Este deveria seguir os padrões da arquitetura oficial no Brasil, que por sua vez, eram provenientes de Portugal. (GUERRA; MENEZES, 2017, no prelo).

A edificação projetada para abrigar o Aljube da Diocese de Olinda e Recife, sendo planejado em 1722, pelos engenheiros João de Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Velozo foi finalizado para o cumprimento de sua função em 1765. Era a única prisão eclesiástica que se tem notícias no Brasil, durante todo o período da Inquisição.²⁸ “Sua função era o aprisionamento de homens e mulheres acusados de infrações contra a Igreja Católica Apostólica Romana”, informa o *site do Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco*²⁹.

Figura 4 - Aljube de Olinda-PE



Fonte: (Blog E- ALMANACH)³⁰

De arquitetura bastante incomum no âmbito prisional brasileiro, o Aljube de Olinda é um casarão com entrada restrita e janelas amplas e com grades. É um edifício de proporções regulares, de estilo português, e sobre a janela central do

²⁸ Grupo da Igreja Católica Romana, composto para combater a heresia.

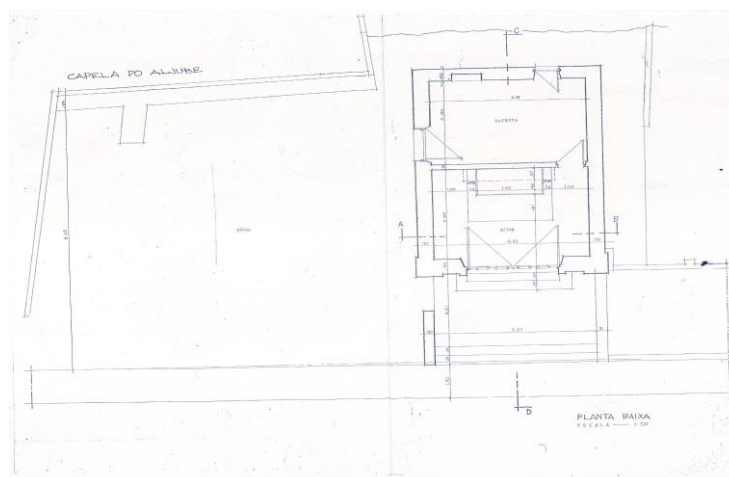
²⁹ Site do Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco. Disponível em <<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/espacosculturais/museu-de-arte-contemporanea-mac/>> Acesso em: 03.Set. 2017.

³⁰ Blog E- ALMANACH. Disponível em <<http://e-almanach.blogspot.com.br/2012/06/al-jubb-de-olinda.html#axzz4rMgvznUm>> Acesso em: 31.Ago.2017.

pavimento superior vê-se um brasão em homenagem ao fundador do estabelecimento o Bispo Francisco Xavier Aranha.

À sua frente foi construída a Capela de São Pedro Advíncula, servindo para abrigar as missas destinadas aos religiosos encarcerados (permitia aos presos assistirem aos ofícios religiosos). Não existe nave, pois as cerimônias eram acompanhadas desde as celas no Aljube. O pequeno edifício da capela se destaca na rua pela sua localização num nível mais alto. A casa do Aljube “após o fim da inquisição até o ano de 1950, passou a ser a Cadeia Pública de Olinda. Atualmente, o prédio da antiga cadeia abriga o Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco”, relata o *site* do Museu ³¹.

Figura 5 – Planta da Capela de São Pedro Advíncula



Fonte: (GUERRA; MENEZES, 2017, no prelo)

³¹Site do Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco Disponível em <<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/espacosculturais/museu-de-arte-contemporanea-mac/>> Acesso em: 03.Set. 2017.

3 DO TOMBAMENTO AO PROCESSO DE NOVAS SIMBOLIZAÇÕES

Em atenção à relevância sobre o assunto a ser discutido neste capítulo para o trabalho ora apresentado, será o mesmo desenvolvido com prudência, com o intuito de que seja esclarecido e compreendido a contento, como tudo realmente se procedeu no transcurso entre o tombamento e a nova utilização da antiga Casa de Detenção do Recife/PE, Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis/GO e o Ajube de Olinda/PE. Mediante o exposto, foi possível realizar a triagem destas edificações carcerárias inativas tombadas que participariam deste estudo.

Afora as exposições supracitadas, serão revelados e analisados os relatos das pessoas envolvidas direta ou indiretamente com estes bens patrimonializados durante as entrevistas; como também, as determinações provindas de leis e disposições firmadas pelos órgãos governamentais a nível federal e estadual.

3.1 PROCESSOS DE TOMBAMENTO E USO ATUAL DOS PRESÍDIOS DESATIVADOS PATRIMONIALIZADOS E EM FASE DE INSTRUÇÃO NO BRASIL PELO IPHAN

A partir dos dados coletados nas Listas de Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento do IPHAN de março de 2016 e julho de 2017, conforme arquivo documental contido no *site* do Instituto³² foram identificados trinta e quatro e quarenta bens patrimonializados ou em fase de instrução respectivamente, onde funcionavam antigas casas de câmara e cadeia, presídios, aljube e paços municipais, ou seja, locais para o cumprimento de pena de reclusão.

Neste período, observou-se um acréscimo de mais seis patrimônios no quantitativo total da lista de casas de detenções, sendo um bem tombado e cinco em processo de tombamento (fase de instrução). Quanto as citadas quarenta antigas casas de detenções inventariadas, se reportar a descrição dos seus processos e

³²Site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento.** 2015. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20por%20Estado.pdf>> Acesso em: 15.Mar.2016.

Site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento.** 2016. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_de_bens_tombados_2016.pdf> Acesso em: 03.Jul.2017.

usos no apêndice A, que contém informações referentes a cada uma delas, tais como: localização do bem (cidade e estado), classificação (edificação, edificação e acervo, conjunto urbano, conjunto arquitetônico, sítio arqueológico, infraestrutura ou equipamento urbano, patrimônio natural, ruína, bem móvel ou integrado, jardim histórico, conjunto rural, terreiro, coleção ou acervo), nome do bem, dados do processo (Nº do processo de tombamento, ano de abertura e situação atual), informações da inscrição nos livros do tombo (Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; Belas Artes; Artes Aplicadas)

Por ora, segue o resultado do levantamento em relação aos bens tombados ou em fase de instrução por estado e por região do Brasil.

Tabela 1 - Concentração de Bens Carcerários por Estado

Estado	Quantitativo de bens tombados ou em fase de instrução	Percentual por Estado
Alagoas	02	5,0%
Bahia	11	27,5%
Ceará	06	15,0%
Goiás	02	5,0%
Maranhão	01	2,5%
Minas Gerais	05	12,5%
Mato Grosso do Sul	01	2,5%
Paraíba	01	2,5%
Pernambuco	01	2,5%
Paraná	02	5,0%
Rio de Janeiro	02	5,0%
Rio Grande do Norte	03	7,5%
São Paulo	03	7,5%
TOTAL	40	100,0%

Fonte: Elaborado pela Autora Maranhão (2017)

Foi identificado através dos dados analisados a incidência de 13 (treze) estados, ou seja, a metade dos 26 (vinte e seis) estados brasileiros possuíam ao menos uma casa de detenção patrimonializada e/ou em processo de tombamento, o que demonstrava a prática recorrente no País. Percebeu-se também, que a maior concentração de bens estavam nos estados da Bahia com 11 (27,5%), do Ceará com 06 (15,0%) e das Minas Gerais com 05 (12,5%). Portanto, estes 03 (três) Estados correspondiam a um total de 22 (55,0%) de bens prisionais tombados ou em fase de instrução no país.

Tabela 2 - Concentração de Bens Carcerários por Região

Região	Quantitativo de bens tombados ou em fase de instrução	Percentual por região
Centro-Oeste	03	7,5%
Nordeste	25	62,5%
Norte	00	0,0%
Sudeste	10	25,0%
Sul	02	5,0%
TOTAL	40	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora Maranhão (2017)

Quanto aos bens agrupados nas cinco regiões brasileiras, o grande destaque foi a região nordeste com um quantitativo expressivo de 25 (62,5%) e em segundo lugar a região sudeste com 10 (25,0%), perfazendo as duas regiões um total de 35 (87,5%) bens.

Tabela 3 - Quantitativo de Bens Carcerários Tombados e em Fase de Instrução

Região	Quantitativo de bens tombados por região	Quantitativo de bens em fase de instrução
Centro-Oeste	03	00
Nordeste	22	03
Norte	00	00
Sudeste	08	02
Sul	02	00 (0,0%)
TOTAL	35 (87,5%)	05 (12,5%)

Fonte: Elaborado pela autora Maranhão (2017)

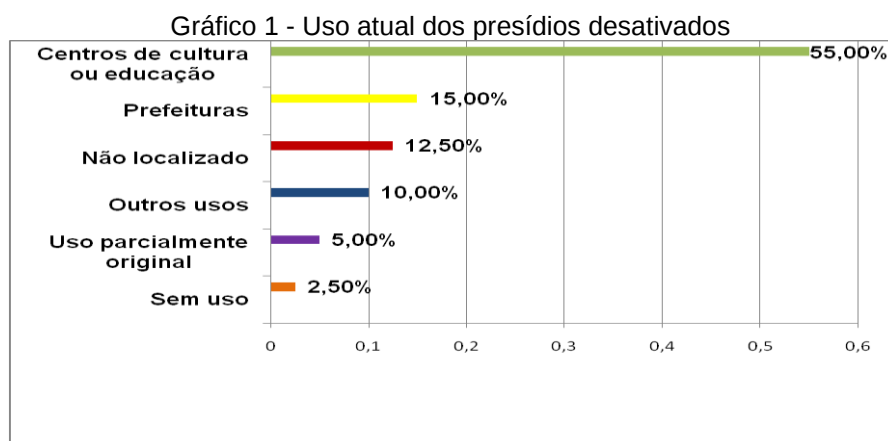
No tocante à quantidade de bens tombados e em fase de instrução que foram unidades prisionais pela lista do IPHAN, foi constatado que dos 40 (quarenta) bens existentes, obtiveram notoriedade os bens patrimonializados, com 35 (87,5%), pois, apenas 05 (12,5%) se encontravam em fase de instrução.

Mediante constatação, vale ressaltar quão importante torna-se para perpetuação da memória coletiva de um povo, a intervenção dos poderes governamentais quanto a aplicação de medidas que possam contribuir para preservação de bens históricos e culturais, também chamados de "Centros de Memória".

3.1.1 Análise do uso atual dos presídios desativados patrimonializados no Brasil pelo IPHAN

Conforme pesquisa realizada nos 40 (quarenta) bens inventariados, 22 (vinte e dois) eram tidos como centros de educação ou cultura onde 14 (quatorze) deles

transformaram-se em museus, 05 (cinco) em casas de cultura/centros culturais e 03 (três) bibliotecas; 06 (seis) passaram a ser prefeituras; 02 (dois) mantinham o uso parcialmente original como câmaras municipais; 04 (quatro) possuem outros usos como: 01 (um) fórum, 01 (uma) sede local do IPHAN, 01 (um) depósito, 01 (uma) delegacia e 01(um) bem sem qualquer utilização. Além disso, não foi encontrado a descrição do uso atual de 05 (cinco) bens.



Fonte: Elaborado pela autora Maranhão (2017)

O gráfico acima demonstra que a maioria dos bens pesquisados (55,0%) eram destinados ao uso de cunho cultural ou educacional, corroborando com os casos de estudo desta dissertação, que investigou 02 (dois) museus e 01 (um) centro cultural.

Dentro deste contexto é cabível mencionar que **14 (quatorze) bens haviam sido ressignificados como museus em seu uso atual**: O Museu de Porto Seguro/BA, Memorial da Câmara de Salvador/BA, Museu Histórico de Santa Cruz Cabrália/BA, Museu do Fósseis do Crato/CE, Museu das Bandeiras - Goiás/GO, Museu do Divino Espírito Santo - Pirenópolis/GO, Museu da Inconfidência - Ouro Preto/MG, Museu Histórico de Pitangui/MG, Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco - Olinda/PE, Museu Paranaense - Curitiba/PR, Museu de Armas - Lapa/PR, Museu Municipal João Batista Conti - Atibaia/SP, Museu dos Andradas - Santos/SP e o Museu da Câmara - Cachoeira/BA.

Ao inquirir sobre estes museus concebeu-se que apenas 02 (dois) deles, o Memorial da Câmara em Salvador e o Museu da Câmara em Cachoeira ambos localizados na Bahia, trabalhavam retratando parcialmente a sua prática original enquanto casas de câmara e cadeia /cadeia e câmara municipal. **Nos outros 12**

museus restantes não existia nenhuma correlação em seus usos com antigas detenções e casas de câmara e cadeia. Não exploravam a historicidade do local que induzia ao esquecimento e mesmo com a ressimbolização que abria arestas para novos ares ao espaço, a tendência foi ocultar ou simplesmente citar o passado carcerário, sem ser esse um ponto a ser mostrado na expografia³³ do museu.

A realidade da história carcerária no Brasil, conforme visto no primeiro capítulo, não está muito distante de nossa realidade atual. Formas indignas do cumprimento da pena e uma ressocialização cada vez mais difícil mediante este sistema catastrófico é perceptível tanto no passado quanto no presente.

Assim como nos cárceres com uma nova significação como museus, os centros culturais também não possuíam a menor relação com sua função primária, o que fez com que a “cultura” servisse como um meio de mascarar e ocultar realidades passadas, como se não fossem interessantes sob o ponto de vista das instituições governamentais responsáveis por esses espaços. Temos a citar 05 (cinco) centros culturais ou casas de cultura: Centro Cultural de Icó/CE, Casa da Cultura de Luziânia/MG, Casa de Cultura Macedo Miranda - Resende/RJ, Casa de Cultura João Oscar - São João da Barra/RJ e o Centro de Turismo de Natal/RN.

Como que num exorcismo, esses fragmentos que teimam em emergir aqui e ali, em momentos cruciais de nossa vida, são deslocados para o passado e para outros lugares. O que é identificado e escolhido como elementos constitutivos das tradições nacionais é recriado segundo os moldes ditados pelas elites cultas e, com nova roupagem, desenvolvido, digerido e devolvido a todos os cidadãos. (ARANTES, 2012, p.18)

Em concordância com a citação de Arantes (2012), o que chega para a sociedade já está “limpo”, processado, assimilado e com uma historicidade as vezes até romantizada como é o caso da Casa da Cultura do Recife e do Centro de Turismo de Natal/RN, que detinham realidades praticamente iguais. Ambas eram casas de detenção que para o “bem estar” da sociedade e dos presos, foram desativadas e transformadas segundo o discurso de suas mantenedoras a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco e a Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte em “equipamentos culturais”³⁴, mas, funcionam

³³É a prática do projeto da exposição dentro de uma instituição museológica.

³⁴São museus, cinemas, teatros, salas de espetáculo, locais para apresentações, entre outros.

como um *shopping* de venda de artesanato. Porém, como diz Clifford Geertz, “A perspectiva da cultura como “mecanismo de controle” inicia-se com o pressuposto de que o pensamento humano é basicamente tanto social como público.”(GEERTZ, 2012, p. 33).

Diante das exposições feitas no decorrer desta dissertação sobre o funcionamento na atualidade dessas antigas casas de detenção que sempre foram motivos de controvérsias quando de sua análise como bem cultural, resolvi tecer alguns comentários tomando por base a sua conceitualização.

Apresentar o conceito de cultura não foi fácil, pelo fato de ser a mesma de interesse multidisciplinar e cada área utiliza aspectos e abordagens características de seu âmbito do conhecimento em relação ao tema em questão. “Registra A. Buarque de Hollanda, em seu conhecido Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa, que a palavra “cultura”, em seu uso corrente, significa “saber, estudo, elegância, esmero”; ela evoca os domínios da filosofia das ciências e das belas artes.” (ARANTES, 2012, p. 9).

Geertz (2012) coloca a cultura como uma teia de significados que são organizados e orientados pelo homem.

Acreditando, como Marx Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais, enigmáticas na sua superfície. (GEERTZ, 2012, p.39)

Wagner (2012) esclarece que o antropólogo ao vivenciar a experiência do trabalho de campo, tendo assim contato com distintas realidades, percebe as diferenças culturais a partir das “relações” desenvolvidas.

Os antropólogos tomaram uma palavra de uso corrente para nomear o fenômeno e difundiram o seu uso. Essa palavra é *cultura*. Quando eles falam como se houvesse apenas uma cultura, como em “cultura humana”, isso se refere muito amplamente ao fenômeno do homem; por outro lado, quando falam sobre “uma cultura” ou sobre “as culturas da África”, a referência é a tradições geográficas e históricas específicas, casos especiais do fenômeno do homem. Assim, a cultura se tornou uma maneira de falar sobre o homem e sobre casos particulares do homem, quando visto sob uma determinada perspectiva. (WAGNER, 2012, p.37)

Para compreensão sobre o assunto do ponto de vista antropológico, que neste feito constitui-se de caráter relevante, faço menção ao entendimento da cultura pela percepção da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2009), que dialoga e tece considerações acerca do uso do conceito de cultura, fazendo distinção entre a cultura com aspas e cultura sem aspas. A cultura sem aspas são costumes e significações, que tradicionalmente pertençam a uma determinada sociedade e a cultura com aspas como a seguir descreve sua autora: "É por isso que é em plena consciência, e em concordância com uma convenção clássica, que opto por colocar "cultura" entre aspas quando me refiro àquilo que é dito acerca da cultura." (CUNHA, 2009, p. 358).

Diante do exposto e das múltiplas definições de cultura apresentadas, tornou-se necessário esclarecer que o conceito ao qual me baseei para melhor entender antropológicamente o que se sucedia nesses bens patrimonializados e ressimbolizados quando se falava na sua nova maneira de atuação como equipamentos sociais, foi o da autora Manuela Carneiro da Cunha (2009).

Mediante a interpretação dos resultados obtidos através da pesquisa de campo e com base na distinção entre os dois tipos de cultura adotados pela citada autora, entendemos que pelo modo de pensar da maioria das pessoas, ou seja, pelo senso comum, esses antigos cárceres utilizados como equipamentos culturais foram cogitados a lógica de "cultura" como produto artístico.

Portanto, foi identificado que grande parte dos cárceres tombados ou em fase de instrução, obtinham a garantia de funcionamento por meio da sua utilização como espaços dedicados à práticas "culturais". Estes bens faziam parte da rotina de lazer dos moradores? Estes se identificavam com os mesmos? O que os visitantes pensavam a respeito? Através do trabalho de campo foi possível estabelecer parâmetros para que estes questionamentos fossem respondidos.

Por fim, o conhecimento sobre o destino dessas edificações após o processo de tombamento, torna-se de grande valia para identificação de necessidades que conduzam a adoção de medidas cabíveis e inerentes a preservação, memória e valorização de suas histórias.

3.2 DO TOMBAMENTO ÀS NOVAS SIMBOLIZAÇÕES

O patrimônio pode ser conceituado como um conjunto de bens móveis e imóveis, de excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, uma vez que configura-se como de amplo significado e importância para a população local ou para uma nação. Tem como características a heterogeneidade, o valor e os atributos culturalmente relevantes e representa uma fonte inesgotável no campo investigativo, abrangendo as mais diversas áreas de atuação. Por serem de valor histórico inestimável, constitui-se a sua preservação, como de fundamental relevância, porque gente sem passado é como viver na escuridão no clarão do dia; isto quer dizer, que quando um bem patrimonial é resguardado, a memória de um povo jamais será esquecida.

Sob a concepção do SPHAN (atual IPHAN), cuja função inicial era a criação de uma lei federal que regulamentasse a preservação do patrimônio nacional, foi aprovado em 1937 o decreto até hoje em vigor, Decreto-Lei nº 25 (BRASIL, 1937), onde foram adotados os preceitos contidos na Carta de Atenas em 1931.

Através desse decreto foi instituída a regulamentação do tombamento que continua sendo o principal instrumento de proteção legal ao patrimônio material brasileiro. A carta de Veneza de 1964 (BRASIL, 1964), relata o patrimônio como um meio de expressão social refletida através de muitas formas e meios, tornando referência uma localidade.

O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos. Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos, define o *site* do IPHAN ³⁵.

³⁵Site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>> Acesso em: 18.Dez.2017.

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). [...] O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. [...] Para atender às determinações legais e criar instrumentos adequados ao reconhecimento e à preservação desses bens imateriais, o Iphan coordenou os estudos que resultaram na edição do Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000 - que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) - e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR). Em 2004, uma política de salvaguarda mais estruturada e sistemática começou a ser implementada pelo Iphan a partir da criação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI). Em 2010 foi instituído pelo Decreto nº. 7.387, de 9 de dezembro de 2010 o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), utilizado para reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, relata o site do IPHAN ³⁶.

Tomando por base a interpretação do IPHAN sobre o significado do patrimônio material e imaterial, confirma-se o que foi acima exposto, quanto a amplitude de variáveis temas na área do patrimônio, para serem exploradas por pesquisadores com interesse nessa especialidade. Vale no momento enfatizar que dentre os três objetos de estudo deste trabalho, apenas um foi identificado como patrimônio material e que possuía uma correlação com o patrimônio imaterial. Sendo assim, o mesmo foi analisado sobre o ângulo das relações entre os seus moradores, comerciantes e turistas com o espaço físico, depois das novas simbolizações. Trata-se da Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Pirenópolis no estado de Goiás que após ressimbolizada, passou a atuar como Museu do Divino Espírito Santo, onde sua expografia retratava o patrimônio imaterial festa do Divino Espírito Santo, inscrita no livro de Registro das Celebrações pelo IPHAN em 2010.

Por conseguinte, para maior entendimento e reflexão:

De modo geral, os principais aspectos que configuram o patrimônio podem ser sintetizados da seguinte forma: a) O patrimônio está relacionado à cultura em seu sentido amplo, bem como ao ambiente natural; b) O patrimônio está fundamentalmente relacionado com o passado de um povo, é uma herança, faz parte de um legado cultural; c) O patrimônio apresenta eficácia simbólica, refere-se a uma realidade cultural que supera o objeto ou ação em si- manifestações tangíveis e intangíveis do patrimônio- converte-

³⁶Site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234> > Acesso em: 18.Dez.2017.

se em uma representação da comunidade que herdou e o detém, bem como de seu passado a fim de tornar-se um símbolo de identidade dessa comunidade (DIAS, 2006, p.77).

Para a compreensão de toda a dinâmica simbólica que envolve a patrimonialização de um bem é fundamental o entendimento do processo de tombamento. Tomando como exemplo a Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis, atual Museu do Divino Espírito Santo, foi erguida em 1733, sendo a primeira cadeia do estado de Goiás. Teve durante anos a função de cadeia no térreo e de câmara municipal no primeiro pavimento; neste caso específico, houve a desativação da função carcerária no local e a mudança da câmara municipal para outra edificação, por conta da falta de condições de uso das instalações.

Pode-se perceber o tombamento como um processo simbólico da transformação de um lugar antes tido como “comum”, mas que por sua história, edificação, paisagem, entre outros, desperta a necessidade de proteção para que o passado não seja apagado através da manutenção do bem material. É como se, apenas após o ato da inscrição no livro do tombo, passasse a ser “digno” de proteção e perpetuação.

A patrimonialização perpassa pela idéia de que o processo de tombamento, o ato legislativo, visa a proteção de bens de interesse da Nação, do Estado ou Município. Ao passar pela avaliação de um grupo seletivo de especialista cujo **poder é concedido pelo Estado** (funcionários especialistas de órgãos de proteção municipal, estadual ou federal), dependendo da esfera do tombamento, estes fazem a análise técnica e designam ou não aquele com *status* de natureza singular, especial, proporcionada ao bem pelo tombamento, o diferenciando do contexto das outras construções locais tidas como “comuns” no Estado/Município/País.

Ao apresentar essa diferenciação, após o processo de seu reconhecimento, o bem é inscrito como patrimônio material em um ou mais livros do tombo e após este ato jurídico está submetido a uma proteção com direitos, obrigações e restrições.

O bem obedece a várias etapas cerimoniais, que vão desde seu anúncio a sociedade até os atos comemorativos que enfatizam sua inauguração social. “a obra de arte ou a arquitetura passam a conter, quase que ontologicamente, significados expressos a partir de um referencial social comum.” (KERSTEN, 1998, p. 48).

O bem ao iniciar seu processo de tombamento passa por etapas cerimoniais que tornam-se duráveis enquanto patrimonializados. Atos solenes equivaleriam a reuniões formais ou celebrações mediante presença de pessoas com prestígio político e social da localidade.

Como no caso da entrega do restauro da Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis a população em 27 de Março de 2007, que foi marcada por uma solenidade com a presença do Presidente do IPHAN e do Prefeito de Pirenópolis na época. A ocasião marcava a reabertura do local e a instalação de um espaço cultural no imóvel.

Nesta oportunidade houve também a abertura de uma exposição fotográfica de Marco Antônio Galvão, apresentação da tradicional banda da cidade a “Phoenix” e o grupo de choro de Goiânia “Alma Brasileira”. “A proposta do museu era aproveitar o aniversário de 200 anos da imprensa brasileira, em 2008, para destacar a participação do primeiro jornal do Centro-Oeste e terceiro do Brasil”, relata Salma Saddi, superintendente do IPHAN em Goiás, Tocantins e Mato Grosso, cita o *site* do Instituto.³⁷

Posteriormente, no dia 07 de outubro de 2009, foi inaugurado o Museu do Divino Espírito Santo em menção aos 282º aniversário de fundação da cidade de Pirenópolis.

Dando prosseguimento as questões relacionadas ao tombamento, cabe ao IPHAN na esfera federal a responsabilidade de fiscalizar e verificar as condições quanto à conservação e a apreciação de solicitações de intervenções no bem. “O objetivo do tombamento de um bem cultural é impedir sua destruição ou mutilação, mantendo-o preservado para as gerações”, expõe o *site* do IPHAN.³⁸

Qualquer pessoa pode requerer o tombamento de um bem, por meio de correspondência a ser entregue na superintendência do órgão no seu Estado. Mediante a solicitação existe um processo administrativo, que no caso do tombamento federal, analisa a sua relevância para a nação. Posteriormente o bem é indeferido ou deferido e inscrito em um ou mais livros do tombo. “A palavra tombo, significando registro, começou a ser empregada pelo Arquivo Nacional Português,

³⁷Site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1791/iphane-entrega-obras-de-restauro-da-casa-de-camara-e-cadeia-de-pirenopolis-go>> Acesso em: 11.Set.2015.

³⁸Site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>> Acesso em: 08.Sep.2017.

fundado por D. Fernando, em 1375, e originalmente instalado em uma das torres da muralha que protegia a cidade de Lisboa”, relata o *site* do IPHAN.³⁹

Porém, como perceber se este é um ato de responsabilidade de poucos? Como já foi dito, um grupo seletivo determina essa dignidade, embora alguns bens possam ser tombados a pedido de determinadas comunidades. Nessas condições, como fica a identificação da população com este bem, já que este pode conter relevância para aqueles que os selecionaram, mas não necessariamente para uma coletividade.

Em anuência com o pensamento de Arantes (2012), ao refletir sobre a nossa sociedade, sobressai a indústria e as políticas culturais oficiais “[...] padrões cognitivos, estéticos, éticos, produzidos por especialistas e de interesse da classe dominante são difundidos por toda sociedade.” (ARANTES, 2012, p. 44-45).

Ao sofrer essa transformação, o bem é também recontextualizado socialmente, obtendo assim um novo significado e pertencendo ao passado e ao presente.

Entende-se, assim, que o bem patrimonial não carrega em si mesmo, em sua essência, significados naturalmente emanados dele, mas se caracteriza por possibilitar que um conjunto de signos verbais e não-verbais, definidos historicamente, seja acionado para *significar, através dele*. Dado que os universos de representação são orientados em direção à realidade por meio de signos específicos, o mundo exterior torna-se significativo na interação social, materializando-se socialmente num processo de convenção. O bem patrimonial passa a simbolizar algo, alguma coisa, um fato, um ser (KERSTEN, 1998, p. 48).

Seguindo com o exemplo, a Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis foi desativada e por sua relevância arquitetônica, urbanística, paisagística e histórica foi tombada em nível Federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Tendo esta nova conotação social, um novo uso foi dado ao espaço com a implementação do Museu do Divino Espírito Santo. “Ocupando a seu modo esse monumento, os usuários o transformam simbolicamente, redefinindo as funções dos equipamentos existentes segundo suas próprias necessidades e concepções.” (ARANTES, 2012, p.49).

³⁹Site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>> Acesso em: 08.Sep.2017.

Sendo Assim, fica claro que o tombamento é um ato no qual a proteção e manutenção são procedimentos que tornam real a existência de um bem patrimonial.

3.3 A RESSIMBOLIZAÇÃO: CASA DA CULTURA DE PERNAMBUCO, MUSEU DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PIRENÓPOLIS E MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA DE PERNAMBUCO

3.3.1 Casa da Cultura de Pernambuco

Minha relação mais íntima com o patrimônio em questão foi enquanto pesquisadora por época do desenvolvimento de minha dissertação do mestrado sobre Gestão Pública concluído em 2011 pela Universidade Federal de Pernambuco. Quanto ao objeto de estudo recaiu sobre a Casa da Cultura de Pernambuco, com vistas a elucidação de alguns questionamentos por mim levantados, como: falta de definição de sua função e finalidades, ou melhor, se era um equipamento cultural de acordo com o discurso do governo do Estado, se consistia num patrimônio tombado pela sua relevância arquitetônica e utilizada para venda de artesanatos ou apenas um “shopping de artesanato” com essa única finalidade.

Após a pesquisa de campo, ficou comprovado que a Casa da Cultura de Pernambuco era tida apenas como um centro de venda de artesanato, freqüentado majoritariamente por turistas e que na realidade não funcionava como um equipamento cultural, visto que, não havia a propagação da cultura pernambucana certificada pelo governo da época, tais como: apresentações folclóricas, divulgação de sua história e até o artesanato vendido era proveniente não só do Estado, mas de toda a região Norte/Nordeste.

Quando da escolha do tema para minha dissertação de mestrado em Antropologia, resolvi incluí-la como um dos objetos de estudo, com o intuito de aprofundar e locupletar uma visão restrita que se tinha nas áreas de gestão pública e patrimônio, com a inclusão de um novo viés de cunho antropológico.

Necessário se fazia voltar ao campo. Como iria encontrá-la após esses anos, pois, comprovadamente deveria ser um bem, cujo passado estivesse incutido na

memória e história dos pernambucanos, à imagem dos casos sucedidos em outras sociedades apresentados no capítulo 1.

A Casa da Cultura de Pernambuco foi inaugurada em 14 de abril de 1976 e as antigas celas foram transformadas em cento e dez lojas de artesanato. A modificação da antiga Casa de Detenção do Recife para um centro cultural, foi sugerida pelo artista plástico Francisco Brennand com o intuito de promover um espaço dedicado as artes na cidade. “[...] Convidados por Brennand, a arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi e o arquiteto Jorge Martins Júnior foram os responsáveis pela elaboração do projeto de renovação e adequação do edifício”, expõe o *site* da FUNDARPE.⁴⁰

Conforme o relato histórico, a nova significação da edificação ocorreu antes do processo de tombamento, porquanto, foi reconhecida como bem patrimonial apenas em 1980. Sem embargo, podemos afirmar que pela localização do presídio ser na região central da cidade do Recife, o intuito das autoridades competentes centrava-se no seu deslocamento para uma outra localidade e fazer novo uso do seu espaço, transformando-o em centro de cultura. Todavia, só ganhou forças como bem ressimbolizado após a conclusão do processo de patrimonialização.

O edifício da Casa da Cultura tinha um formato cruciforme, com uma entrada principal na Rua Floriano Peixoto, e mais outras entradas secundárias, o que fazia com que as pessoas transitassem em todos os sentidos.

Na entrada secundária localizada entre as ruínas dos muros que ficavam as margens do rio Capibaribe estava a rua de ingresso ao estacionamento e por onde normalmente os ônibus de turismo deixavam seus clientes, em razão de dar acesso direto a cúpula central.

⁴⁰Site da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. Disponível em <<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/espacosculturais/casa-da-cultura/>> Acesso em: 10.Set.2017.

Foto 1 - Entrada secundária da Casa da Cultura de Pernambuco



Fonte: Acervo da autora, Maranhão (2017)

Ao ultrapassar este portão secundário e chegar na cúpula central surgiu a atmosfera do panóptico, devido a sua planta cruciforme e a ambientação, apesar de não existir mais a torre de observação que facilitava a vigilância das celas nos três blocos radiais (sul, leste e oeste). Em cada um desses raios existiam três pavimentos, cujos compartimentos eram as celas ocupados pelos presidiários durante sua finalidade de origem, dispondo-se as mesmas em ambos os lados, hoje, transformadas em lojas para vendas de artesanato. Os pavimentos e as escadas de ingresso foram confeccionados em madeira, bastante estreitos e na ocasião necessitava de restauração urgente, visto os desgates evidentes. A passagem dos visitantes as lojas nos andares superiores não estava comprometida, devido a presença de elevadores panorâmicos em cada raio.

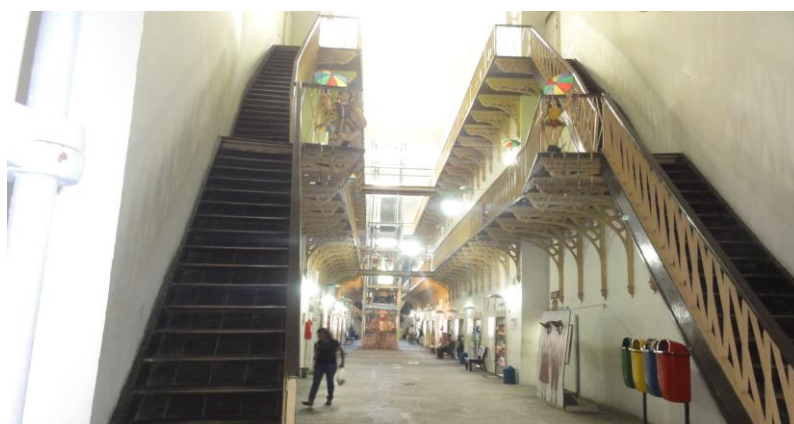
As alas correspondentes aos corredores das lojas não possuíam uma decoração unificada; mas sim, evidenciava vários artigos que remetiam a cultura de Pernambuco a exemplo das sobrinhas de frevo, enquanto outros corredores não encontrávamos absolutamente nada. Nos dias em que lá estive encontrei todo espaço limpo, paredes e grades aparentemente recém pintadas, os portões de acesso abertos, alas e placas de sinalizações visíveis. As exceções conforme citado anteriormente, recaíram nas áreas próximas as janelas que expunham pichações e as escadas de acesso aos pavimentos superiores que precisavam de restauro emergencial e que deveriam terem sido interditadas. O estado de conservação das mesmas se constituíram como um perigo de acidente iminente.

Caminhando pelos andares superiores que tinham um menor fluxo de visitantes, tornou-se comum encontrar várias pichações nas paredes próximas as grades com vista para a área externa e muitos lojistas ociosos. Outro aspecto que

constatei e achei gravíssimo, foram as alterações feitas nas celas pelos lojistas, onde muitas delas foram revestidas de azulejos, tirando assim a “originalidade” do ambiente patrimonializado.

O prédio passou por um restauro em 2004 que recuperou a área externa e todas as instalações hidráulicas e elétricas, foi quando colocaram três elevadores panorâmicos, alvo de muita polêmica entre os arquitetos já que alguns acreditavam que isso poderia descaracterizar o projeto arquitetônico original.

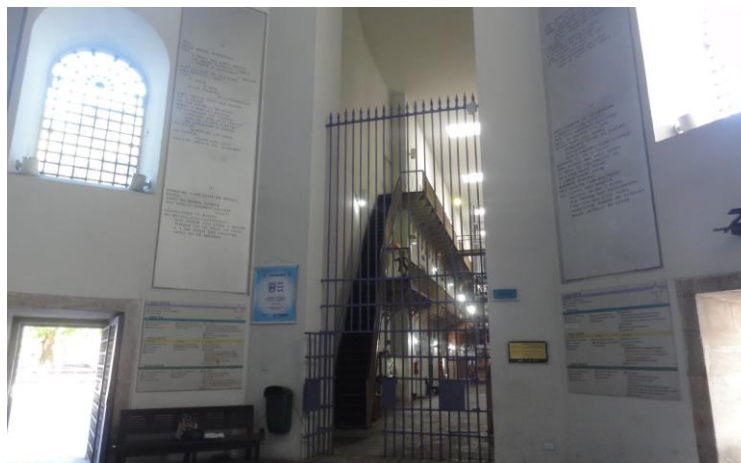
Foto 2 - Elevador e escadas



Fonte: Acervo da autora, Maranhão (2017)

No primeiro e segundo pavimentos existia uma maior incidência de lojas com vendas de produtos como: bordados, rendas, tapeçaria, artigos em barro e cerâmica, entre outros. Já o terceiro pavimento era quase todo destinado para o funcionamento de poucas sedes de movimentos, associações e sindicatos.

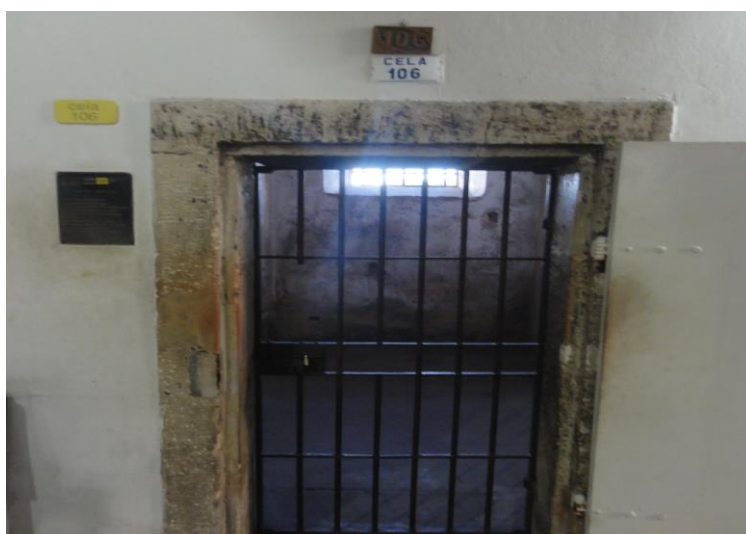
Foto 3 - Entrada secundária e raio leste



Fonte: Acervo da autora, Maranhão (2017)

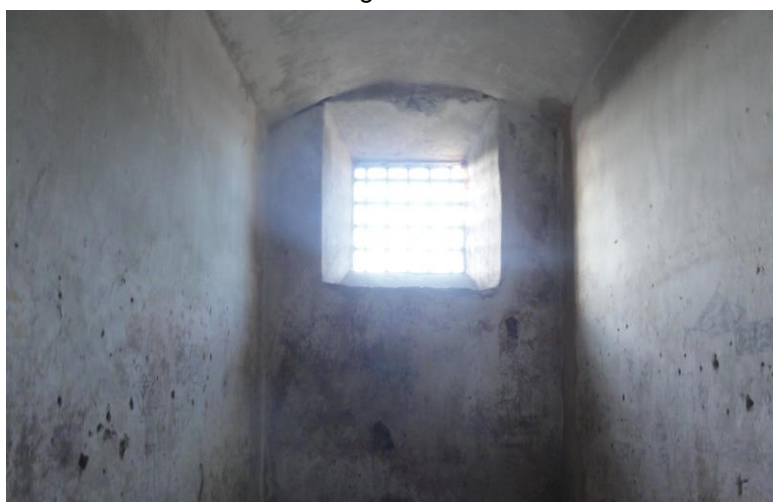
A Casa da Cultura de Pernambuco continha uma cela “original” mantida como representação da memória da Casa de Detenção do Recife, localizada na área oeste térrea. No centro acima da parte superior da grade havia uma discreta placa indicativa, sendo facilmente despercebida, já que as pessoas que passavam a sua frente não paravam para observá-la.

Foto 4 - Cela “original”



Fonte: Acervo da autora, Maranhão (2017)

Foto 5 - Cela “original” vista interna



Fonte: Acervo da autora, Maranhão (2017)

Numa reflexão contemporânea, melhor dizendo, após a patrimonialização desse bem e das novas significações de seus usos, me permito indagar: a Casa da Cultura de Pernambuco atuava de forma compatível com sua vigente missão, qual seja, como equipamento cultural? A sua utilização estava restrita apenas as

atividades turísticas com primazia para a venda de artesanato e não como centro de difusão cultural? Havia uma preocupação dos órgãos competentes quanto a preservação do seu patrimônio arquitetônico? O que teria impossibilitado o funcionamento no espaço físico desse bem patrimonial de ações inerentes ao encargo a que se destinava?

Na verdade, estamos diante de alguns questionamentos, os quais, considero incitadores de reflexões mais aprofundadas, de caráter investigativo e analítico, para elucidar as controvérsias existentes neste objeto de estudo, a partir dos resultados adquiridos no processo de inquirição, relatados abaixo:

De conformidade com o documento constituinte no anexo A que me foi entregue pela administração do prédio por época da pesquisa, constava afora o resumo histórico do bem patrimonial como Casa de Detenção do Recife, a sua destinação após ressimbolizada como Casa da Cultura de Pernambuco, cujo espaço público, tinha por finalidade a **promoção e a divulgação da Cultura Pernambucana** e o perfil do público frequentador:

Extremamente diversificado, com turistas internacionais que muitas vezes vêm em cruzeiros marítimos (quando da sua temporada), escolas que trazem estudantes para conhecer de perto a história e cultura materializados no espaço e pessoas que trabalham nos arredores e vão apenas passar seu horário de almoço no local ou que moram perto e vão lá para passar o tempo, por assim dizer. Portanto o espaço caracteriza-se como ponto evidente de interação social, o que demanda fundamentalmente uma maior observância do seu papel divulgador, propagador e ativista não só da cultura popular pernambucana, mas de questões relevantes para a sociedade, como a educação e a proteção ambiental, o que inclui o patrimônio histórico e natural e também cultural, relata o documento da Casa da Cultura.⁴¹

Foram citados também ainda alguns artigos comercializados e que pessoas que trabalhavam nas proximidades utilizavam o equipamento para passear ou passar seu horário de almoço, fato porém, não presenciado em todo o período de execução da pesquisa de campo. As pessoas aproveitavam a casa muitas vezes apenas para irem ao banheiro ou diminuírem o caminho a percorrer, visto que, a edificação conforme já citado, dava ingresso a vários pontos de acesso e as principais ruas do entorno, o que as vezes produzia a impressão de ter um fluxo maior, uma movimentação mais intensa; mas, quando observava-se melhor o vai e vem das pessoas ficava nítido que estas cruzavam ou utilizavam as dependências

⁴¹Vide anexo A.

do local, sem se envolver com o que está a sua volta ou fazer alguma compra. Para muitos tratava-se de um lugar transitório.

Torna-se adequado alegar, que o texto acima mencionado não condizia com o material contido na página virtual de sua mantenedora a FUNDARPE⁴², no qual enfatizava-se o local de forma sucinta como **um dos maiores pólos de comercialização de artesanato do Recife e um dos cartões postais do Estado de Pernambuco**. Rememorando o texto fornecido *in loco*, destacava o espaço com a finalidade de **promoção e divulgação da cultura pernambucana**. Outro fato inusitado foi que a Associação de Lojistas possuía um site próprio⁴³ com autonomia total de informações. Considerei este mais completo, pois, descrevia sua história, um mapa de localização das lojas, galeria de fotos, programação (embora desatualizada) e dados para contato.

As entrevistas foram iniciadas pelo administrador da casa, que me recebeu de maneira bastante atenciosa e cortês, não colocou nenhum empecilho quanto aos temas abordados e autorizou a publicação da entrevista e a realização da pesquisa no local. O entrevistado descreveu a Casa da Cultura de Pernambuco dessa forma:

Eu descrevo a Casa da Cultura como um equipamento cultural muito importante, não só para Recife, mas para todo Pernambuco. Por ter diversos elos de ligações com todo o Estado de Pernambuco, em respeito ao artesanato. Todo o Estado de Pernambuco vem pra cá fazer a oferta de artesanato para o público recifense e de fora também⁴⁴.

Quanto ao foco de atuação, foi **idealizada para ser uma base de venda para os artesões de Pernambuco (artigos representativos da região)**. Os artesões faziam as peças e vendiam no próprio local onde as produziam; porém, segundo eles, com o passar do tempo não dava mais para confeccioná-las e atender os clientes ao mesmo tempo. Assim sendo, continuaram seu processo produtivo no lugar habitual e os comercializavam na Casa da Cultura de Pernambuco. Com a mudança na forma de administrar a vender as peças, automaticamente se ampliava os lucros.

⁴²Site da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. Disponível em <<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/espacosculturais/casa-da-cultura/>> Acesso em: 10.Set.2017.

⁴³Site da Casa da Cultura de Pernambuco. Disponível em < <http://www.casadaculturape.com.br/>> Acesso em: 03.Sep. 2017.

⁴⁴Entrevista com o Sr. Luiz Carlos Silva na Casa da Cultura de Pernambuco, realizada por Ana Paula Maranhão, em 02 de setembro de 2015.

Questionado sobre os critérios estabelecidos para a escolha dos lojistas respondeu que a concessão ficava sob a responsabilidade direta da FUNDARPE, através de licitação e assinatura de contrato por 2 anos, renováveis por mais 2 anos. Este acordo de permissão para o uso, estabeleciam cláusulas para que o comerciante não descaracterizasse o espaço físico das antigas celas (lojas), mantendo assim, a preservação da edificação tombada. Para tal, caso necessitasse fazer alguma pequena adequação teria que solicitar à administração da casa que repassava à FUNDARPE para análise de sua viabilidade.

Por ser uma edificação vinculada a FUNDARPE, recebiam apoio total e efetivo do órgão mantedor, servindo seu administrador como seu intercessor com pertinência a proteção e manutenção do espaço físico; contudo, no tocante ao recebimento das mensalidades dos lojistas, do estacionamento que por época era terceirizado, bem como, os contratos de prestação de serviços, ficavam a cargo direto do órgão gestor do equipamento. Portanto, o administrador da casa de posse de suas necessidades, que por sua vez, baseavam-se também nas solicitações de sua equipe, que eram identificadas através dos lojistas, dos turistas, dos funcionários e de todo aparelhamento social, repassava para as providências cabíveis.

No que concerne a realização de reuniões sobre a dinâmica de funcionamento deste bem ressignificado entre o órgão mantenedor e sua administração, eram periódicas. Não ocorrendo o mesmo com os lojistas, porque quando se tornava preciso, aconteciam encontros com o coordenador. Aproveitando o ensejo, referiu-se o administrador a sua boa relação com os lojistas, apesar de que, “[...] sempre tem de vez em quando porque é muita gente, sempre tem um “pega ali pega aqui”. Mas, é bem normal, nada de absurdo. A gente tem que conversar porque não adianta[...]”.⁴⁵

Por se tratar de um centro de difusão cultural, minha atenção voltou-se neste momento para esta questão, com perspectivas de absorver o que de certo existia na prática, em resposta a missão que lhe foi designada. Segundo o entrevistado, no que dizia respeito as atividades culturais recebiam a programação da FUNDARPE. Normalmente consistiam em “apresentações folclóricas” que aconteciam em épocas de grande fluxo turístico como a temporada de navios e férias escolares e nos ciclos

⁴⁵Entrevista com o Sr. Luiz Carlos Silva na Casa da Cultura de Pernambuco, realizada por Ana Paula Maranhão, em 02 de setembro de 2015.

festivos, sobressaindo-se o carnavalesco, junino e natalino, respeitando o horário de funcionamento e a acústica do local. A própria FUNDARPE indicava o grupo que iria se apresentar, por existir no órgão uma diretoria de programação com essa finalidade. Também foi citado a existência de um grupo de dança e outro de capoeira, que utilizavam o espaço local para ensaios e em troca realizavam apresentações esporádicas como uma forma de agradecimento. Contudo, não consegui assistir a nenhuma atividade pertinente aos citados grupos durante todo o período em que lá estive, o que deixa a pensar é que esses treinos sucediam de maneira mais excepcional do que regular.

Para o administrador, a cultura significava um elo que agregava vários segmentos como dança, música, *shows*, etc. e que a Casa da Cultura de Pernambuco atendia de forma eficiente sua proposta de centro de difusão de cultura e em relação à passagem de uma antiga casa de detenção para uma casa de cultura, foi um passo fundamental e muito positivo, já que não seria possível manter um presídio no meio da cidade: “[...] seria como um barril de pólvora prestes a explodir [...]”, dizia ele.

Refletindo acerca dos impactos provocados pela atividade turística gerada no local, foi mencionado que nela se recebia um grande fluxo de pessoas, o que se tornava muito bom para todos. E quanto ao fato desses visitantes saberem que naquele recinto funcionou na sua utilização anterior como uma casa de detenção, respondeu que:

Muita gente não sabe. Muita gente daqui mesmo de Recife não sabe. Não conhece nada. Tem gente que não vê aqui [...] quando entra aqui diz o que é isso? É aqui mesmo do Recife, de fora às vezes sabe mais porque lê sobre o local que vai. Sempre dá uma paginada lá pra ver⁴⁶.

Ou ainda, se existia algum interesse quanto à questão da edificação pelos visitantes:

É mais pela parte de artesanato, mas, pela parte de edificação não é tanta. Depois que o “cabra” chega aqui, ele começa a ver a edificação e vai se interessar, depois de entrar na Casa da Cultura, mas não vem especificamente⁴⁷.

⁴⁶Entrevista com o Sr. Luiz Carlos Silva na Casa da Cultura de Pernambuco, realizada por Ana Paula Maranhão, em 02 de setembro de 2015.

⁴⁷Entrevista com o Sr. Luiz Carlos Silva na Casa da Cultura de Pernambuco, realizada por Ana Paula Maranhão, em 02 de setembro de 2015.

Torna-se oportuno fazer referência ao verdadeiro nome usado pela FUNDARPE deste objeto de estudo, que intitulava-se Casa da Cultura Luiz Gonzaga, e que de conformidade com o material pesquisado o encontramos unicamente em sua página virtual; porém, quase ninguém a conhecia como tal, mas sim, como: **Casa da Cultura de Pernambuco**, que funcionava de segunda à sexta das 09:00h às 19:00h, aos sábados das 09:00h às 18:00h, e aos domingos das 09:00h às 14:00h.

A média de público conforme o entrevistado, perfazia um total de 1.800 pessoas por dia na baixa estação, porém, não existia nenhuma pesquisa estatística formal de estudo de público. A divulgação do local era feita através do *site* institucional da FUNDARPE e do *site* da Casa da Cultura.

Ao longo do trabalho foi observado baixo movimento, identificado através das respostas dos informantes como que a maioria deles eram do Estado de Pernambuco e que estavam lá de passagem ou para levarem algum parente e/ou amigo. Apesar da maioria ser do próprio Estado, todos estavam lá pela primeira vez e na medida em que levavam alguém, aproveitavam para inteirar-se com o bem ressimbolizado.

Outro aspecto que me chamou a atenção, foi o entrar e sair das pessoas das lojas de forma rápida e objetiva, como se tivessem alheios ao que os rodeava e nenhum ar de percepção e contemplação quanto a estrutura do prédio.

Durante as conversas houve um equilíbrio no quantitativo de pessoas entrevistadas do sexo feminino e masculino. A maioria possuía a faixa etária de 20 a 40 anos e apresentavam alto grau de escolaridade, com no mínimo ensino superior completo. No caso dos turistas chegados na maioria à cidade por transporte aéreo, visitavam a Casa da Cultura de Pernambuco por intermédio de amigos e/ou parentes e em segundo lugar pelo viés de guias de Turismo. O meio de transporte dos pernambucanos utilizado para visitar o local foram todos carros particulares e táxi.

Em relação ao motivo da viagem, quando turistas, a maioria veio a lazer e visitavam o Recife pela primeira vez. Este dado contribuiu para reforçar o que já havia sido observado: o contato com o bem por todos pesquisados foi pela primeira vez. Durante a coleta de dados, foi percebível que os turistas conheciam pouco sobre a cidade do Recife. Muitos estavam hospedados em Porto de Galinhas e só

passavam o dia na capital pernambucana. Tudo tinha que ser feito de forma rápida e estes não estavam muito solícitos para contribuir com a pesquisa.

Ao serem questionados sobre o que para eles seria um patrimônio, especificaram que era(m): a história do povo, o que o País tem, a cultura dos Estados, a preservação dos monumentos, os monumentos, a conservação de crença, aquilo que lembra o passado, a cultura física ou simbólica, a dança, música e folclore e outros não souberam responder. Indagados se no ato da visita houve alguma apresentação folclórica, todos disseram que não. Quando questionados se conheciam a história da Casa da Cultura e se sabiam que o local era tombado, a maioria disse que sim, porém, não conseguiam aprofundar o assunto.

Quanto à qualificação do atrativo e em relação à segurança, limpeza, acessibilidade, variedade das lojas e qualidade das mercadorias, foi classificado como “bom”, mas, o que deixava a desejar era o serviço de informações turísticas considerado “regular”.

Todas as informações obtidas através das perguntas formuladas, como, pela riqueza dos detalhes observados no decorrer dos contatos, foram determinantes para percepção do perfil dos visitantes.

Tal como previsto cheguei ao local em um dos dias onde se realizava a pesquisa às 8:20min, antes da abertura dos portões com o intuito de presenciar a chegada do público. De imediato centrei meu olhar na cúpula metálica, de beleza ímpar, tido como grande “símbolo” do local. A cúpula servia como ponto de encontro dos guias com os turistas, onde se desenrolava uma espécie de “ritual”, em que toda chegada e saída dos grupos era feita por lá. “O ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica. Ele é constituído de seqüências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, em geral expressos por múltiplos meios.” (PEIRANO, 2002, p.05). Ao chegar na casa, o guia se posicionava no meio da cúpula e fornecia as instruções aos turistas quanto ao tempo que passariam no local, ponto de encontro final (sempre na cúpula), qual seria o próximo ponto a ser visitado, etc. Em média, os turistas que chegavam acompanhados por guias tinham 20 minutos como tempo de permanência. Torna-se conveniente referir como fato de suma significação para o trabalho e que tornou-se inadmissível, a inexistência de informações dos guias aos turistas sobre o passado histórico da Casa da Cultura de Pernambuco como antiga Casa de Detenção do Recife. Acontecimento percebido no transcorrer de todo o período de investigação.

Em uma das minhas observações no recinto, me despertou atenção a presença de duas pessoas que andavam de um lado para outro tirando fotos da estrutura arquitetônica do prédio e conversando com o guarda como que tivessem tirando dúvidas. Esperei algum tempo para que elas pudessem fazer o reconhecimento do local sem minha interferência e daí, me apresentei e iniciamos a conversa. Tratava-se de duas turistas de Porto Alegre/RS, uma professora de ensino médio de 40 anos e a outra Engenheira de 35 anos.

Não conhecíamos o local. Queríamos comprar algumas lembrancinhas e a recepcionista do hotel que estamos hospedadas nos indicou a Casa da Cultura. Ela falou que o local era seguro e abriria às 08h, mas descobrimos que só abre às 09h. Então fomos conhecer melhor o local.⁴⁸

Segundo elas, chegaram às 08:30min, encontraram o local se preparando ainda para abrir, e para aproveitarem o tempo foram conhecer a edificação. O objetivo de ambas era a compra de artesanato. Foi perceptível a diferença do olhar destas turistas em relação a outros com os quais conversei, frente as lojas abertas.

O atraso na abertura das lojas fez com que as duas visitantes despertassem para a arquitetura do bem patrimonializado, para os painéis existentes no seu interior, foram até o estacionamento observar o entorno e a edificação pela vista externa. As indaguei se sabiam o que era aquela construção antes de ser um local de venda de artesanatos e elas não sabiam. Conversamos sobre a ausência de informações da história do local e ao perguntar se elas não tivessem chegado mais cedo e tido que esperar as lojas abrirem, se teriam a mesma preocupação em observar a edificação. Elas responderam que não e “agradeceram” a recepcionista do hotel por passar o horário de abertura do local errado. É importante enfatizar que a recepcionista trabalhava em um hotel de padrão médio da zona sul da cidade e que estava totalmente desinformada sobre a história do local que a mesma indicou, afirmando apenas ser um lugar agradável e seguro para comprar artesanato.

Por fim, sugeriram a implantação de um ponto de informações sobre sua história, já que este, possuía relevância para o Estado e muitas pessoas que aqui visitavam, iam embora sem saber detalhes da edificação.

⁴⁸Conversa informal com a turista gaúcha de 40 anos nos corredores da Casa da Cultura de Pernambuco, realizada por Ana Paula Maranhão, em 04 de setembro de 2015.

Eu colocaria um ponto de informações e deixaria um destes corredores para fazer uma espécie de museu. Para conhecer como era na época de presídio, embora ache um tema triste. Um lugar onde o turista conheça a história. Aqueles que querem conhecem, quem não quer vai direto para as lojas.⁴⁹

Após algum tempo de diálogo as lojas já haviam sido parcialmente abertas e encerramos a conversa para que elas pudessem desfrutar do atrativo. Diante desta ocorrência e de outras observadas por época deste estudo, deixamos aqui registrado que o estabelecimento tem horário fixo, porém, os lojistas não os respeitam. As lojas vão abrindo aos poucos de acordo com o critério de cada lojista e algumas nem abrem todos os dias.

Logo em seguida me sentei novamente no banco abaixo da cúpula para organizar minhas anotações, foi quando, um Guia de Turismo Nacional⁵⁰ que estava aguardando dois turistas que faziam compras no local percebeu que se tratava de uma pesquisa acadêmica e a partir daí deu-se início a uma conversa sobre sua percepção enquanto profissional do Turismo.

Em harmonia com o que relatou o guia, estava muito difícil trabalhar na Casa da Cultura de Pernambuco e que esta terminaria falindo. Era comum na atividade de prestação de serviços turísticos que os guias recebessem uma porcentagem sobre o valor total dos artesanatos comprados pelos turistas nas lojas por eles indicadas.

Todos os guias em atrativos turísticos recebem dos lojistas 10% do valor total da compra do nosso cliente na sua loja. Sempre trabalhamos assim, aqui na Casa da cultura e em vários outros lugares como shows folclóricos, restaurantes [...] De dois anos prá cá está impossível trabalhar na Casa da Cultura e quem perde não sou eu. Já aconteceu várias vezes de um turista meu comprar R\$ 3.000,00 reais em uma loja, eu ver a nota fiscal e depois de umas 3 semanas sem pagar a comissão e eu cobrando ele veio me dar R\$ 30,00 reais. Falou que o turista tinha comprado R\$ 300,00. Mentira! Esse era o valor da minha comissão. Isso acontece sempre [...] com todos os guias, então o que fizemos [...] Se eu parava 40 minutos aqui antes, agora só paro 10-15 minutos e depois levo para as lojas de Olinda. Lá eles pagam certinho e são honestos com quem trabalha com eles. Às vezes eu faço o contrário, levo primeiro para Olinda (os clientes já compram tudo) e depois passo na Casa da Cultura para eles só conhecerem, porque o dinheiro grande já foi gasto e minha comissão garantida⁵¹.

⁴⁹Conversa informal com a turista gaúcha de 40 anos nos corredores da Casa da Cultura de Pernambuco, realizada por Ana Paula Maranhão, em 04 de setembro de 2015.

⁵⁰O Guia de Turismo Nacional é o profissional encarregado de acompanhar, orientar e transmitir informações individuais ou a grupos que visitam atrativos turísticos em excursões (municipais, estaduais ou interestaduais).

⁵¹Entrevista informal com guia de turismo nacional na Casa da Cultura de Pernambuco, realizada por Ana Paula Maranhão, em 10 de Setembro de 2015.

Relatou o mesmo, que se recordava de uma campanha feita há quatro anos atrás de incentivo à venda, que era intitulada “aqui o turista é 10”: Consistia numa menção para o guia de turismo saber que ao indicar a loja ele teria 10% de comissionamento sobre o total das compras feitas pelo turista. O guia “desabafou” na entrevista que não existia um trabalho “leal”, visto que os clientes efetuavam as compras nas lojas e os lojistas não queriam pagar o comissionamento acertado. Ocasionalmente, diminuição no tempo de permanência do visitante no atrativo turístico. Continuando, informou que os guias do Recife em geral fecharam um acordo com os lojistas do Alto da Sé em Olinda/PE e o comissionamento de 10% era pago sem nenhum problema. Deste modo, o que ocorria é que eles passavam na Casa da Cultura de Pernambuco de forma rápida para que essas pessoas efetuassem um maior volume de compras em Olinda e assim “todos lucravam” segundo o guia.

“Todos lucravam”, observem a problemática. Se a Casa da Cultura de Pernambuco possuía um público majoritariamente de turistas, já que o recifense não tinha nenhum costume ou vínculo memorial e não utilizava o local como equipamento de lazer, a tendência seria pouco a pouco perder cada vez mais seus visitantes.

Quanto aos vendedores e comerciantes das lojas principio por uma ocorrência que me deixou perplexa, quando ao contemplar o monumento com meu material de campo em mãos para verificar o seu estado de conservação, uma lojista se aproximou e iniciamos um conversa no corredor:

Lojista - O que é isso que você está fazendo? É uma pesquisa? É pesquisa para a administração ou para FUNDARPE?

Autora - É uma pesquisa para minha dissertação de mestrado.

Lojista - Ah...então é tipo de pesquisa que fazem escolas, faculdades.

Autora- Sim, inclusive a Sra. poderia responder algumas perguntas?

Lojista - Não minha filha! estou com pressa⁵².

Tomando por base as respostas concedidas pelos lojistas, percebe-se que: os vendedores em sua maioria tinham um bom nível de escolaridade (ensino médio completo) e não existiam mais a presença de artesões vendendo diretamente suas obras. Por época, a comercialização dos produtos para o público externo estava nas

⁵²Diálogo entre a autora e uma lojista nos corredores da Casa da Cultura de Pernambuco, em 14 de Setembro de 2015.

mãos dos vendedores e dos proprietários das lojas que aparentavam alta insatisfação, o que tornava-se nítida a tensão entre os lojistas e a administração/FUNDARPE.

Os lojistas em sua maioria qualificavam a Casa da Cultura de Pernambuco como um atrativo turístico e não como um centro de difusão cultural, ao passo que pelo Estado ela era ofertada como centro de difusão de cultura. O impasse existente acentuou-se quando a grande maioria dos entrevistados afirmaram que as apresentações folclóricas eram sazonais e outros, até não perceberam nenhuma atividade voltada para este fim. “A Casa da Cultura é um ponto turístico, um cartão postal de Pernambuco. Não tem muitos artesões aqui, as pessoas revendem, ou seja, somos comerciantes.”⁵³

Prosseguindo, explanaram que eram raras as reuniões entre a administração e os lojistas e no que diz respeito à história do local enquanto Casa de Detenção do Recife, relataram conhecer a história, contudo não demonstraram interesse na realização de um aprofundamento sobre a historicidade do bem e nem em divulgá-la aos seus clientes. Falaram sobre o assunto de maneira muito pontual, somente quando eram questionados e de forma resumida, sem dar importância.

Por ser o mês de setembro (quando da realização da pesquisa), tido como de baixa estação no turismo, os entrevistados reclamaram do fraco movimento, que estava mais baixo que o normal e que às vezes nem valia a pena manter a loja aberta. Informaram ainda, que até no período de alta estação o movimento deixava muito a desejar, afetando no lucro. Lembro que o ano em vigência não estava sendo fácil pela instabilidade financeira do País, aliado ao que foi relatado pelo guia de turismo, sobre o “boicote” em relação a redução no tempo de duração das visitas pelos turistas, decorrente da falta de pagamento das comissões aos guias e pelo acordo firmado com os lojistas da cidade de Olinda. Como a conversa foi informal e com garantia de anonimato, a maioria dos entrevistados falou que não estavam satisfeitos com a administração do local.

Vários lojistas explicitaram de modo espontâneo que a Casa da Cultura de Pernambuco era um lugar esquecido pelo poder público e que ela precisava de uma maior divulgação como atrativo turístico, para que o público frequentador não se resumisse meramente a turistas, o que seria de bom alvitre estimular a frequência do

⁵³Entrevista com proprietário de loja da ala norte na Casa da Cultura de Pernambuco, realizada por Ana Paula Maranhão, em 16 de setembro de 2015.

recifense ao local. “A cultura representa a identidade de um povo, que deve ser transmitida de geração para geração. É algo que tem que se preservar e mostrar para os mais jovens que não conheceram antes.”⁵⁴

É um ponto turístico e precisa receber mais visitantes. Deveria ser mais divulgado e ter mais atrações turísticas, não só quando há navios. A FUNDARPE deveria ter iniciativa para fazer as coisas, que só acontecem quando os lojistas pedem⁵⁵.

A situação aqui é complicada. Tem que trabalhar na divulgação que nem existe. Aqui só tem burocracia por pertencer a um órgão público que nada faz. A infraestrutura é uma vergonha⁵⁶.

Para quem mora aqui isso tudo não é nada. Para turistas, eles se encantam. Desde o presídio até a cultura. O patrimônio histórico é que deveria ser mais divulgado⁵⁷.

Um lojista comentou que muitas pessoas não visitavam a Casa da Cultura de Pernambuco porque passam mal (tonturas, sensações ruins, dor de cabeça).

Logo quando cheguei aqui, não gostava muito do lugar me sentia mal, principalmente nas sextas-feiras. Aqui é um lugar de muito sofrimento, é muita corrente negativa. Orei bastante e hoje em dia se (sic) acostumei e estou aqui já há 36 anos⁵⁸.

No tocante ao fato do local ter sido um presídio, em nenhum momento foi considerada a questão quanto a importância histórica da edificação, tão somente que foi um local de muito sofrimento, dito por alguns. Então, se questiona a utilização da cultura pela instituição governamental, que fez com que a Casa da Cultura de Pernambuco se transformasse num equipamento cultural. Será que por essa direção enxergaram uma maneira de “subliminar” neste caso específico a “cultura” de Pernambuco, fazendo com que as pessoas que a visitassem não se sentissem num espaço cujo cenário foi alvo da geração de tantos conflitos e

⁵⁴Entrevista com proprietário de loja da ala norte na Casa da Cultura de Pernambuco, realizada por Ana Paula Maranhão, em 16 de setembro de 2015.

⁵⁵Entrevista com vendedora de loja da ala sul na Casa da Cultura de Pernambuco, realizada por Ana Paula Maranhão, em 19 de setembro de 2015.

⁵⁶Entrevista com proprietária de loja da ala norte na Casa da Cultura de Pernambuco, realizada por Ana Paula Maranhão, em 19 de setembro de 2015.

⁵⁷Entrevista com proprietário de loja da ala sul na Casa da Cultura de Pernambuco, realizada por Ana Paula Maranhão, em 16 de setembro de 2015.

⁵⁸Entrevista com proprietário da lanchonete na ala norte na Casa da Cultura de Pernambuco, realizada por Ana Paula Maranhão, em 16 de setembro de 2015.

tensões, mas que levassem para seus estados e países os bons momentos aqui vividos? Será que a falta de ações que servissem para esclarecer os visitantes não estavam servindo para encobrir e evitar a estigmatização das pessoas quanto ao passado histórico desta edificação enquanto prisão?

Destarte, cabe registrar que diante dos resultados e da análise dos dados alcançados na pesquisa de campo, ficou nítida a falta de comprometimento do poder público com a história da Casa de Detenção do Recife. De acordo com as respostas emanadas pela representação governamental através da entrevista com o administrador do local, a percepção da FUNDARPE em relação ao bem era bastante equivocada. Na sua concepção tudo funcionava perfeitamente e sem necessidade de modificações, porquanto a antiga Casa de Detenção do Recife estava bem representada enquanto memória coletiva do recifense. Percebi uma política cultural por meio de ideologias estatais, que possuía um discurso pronto, porém que não se mostrava condizente com a realidade.

Importa referir que durante todo o decorrer do trabalho de investigação não presenciei nenhuma manifestação cultural, o que me levou a indagar quanto a ressignificação da Casa de Detenção do Recife como um **Centro Cultural** denominado Casa da Cultura de Pernambuco.

3.3.2 Museu do Divino Espírito Santo

No dia 07 de outubro de 2009, foi inaugurado o Museu do Divino Espírito Santo em menção aos 282º aniversário da fundação da cidade de Pirenópolis em Goiás. O museu abrigava peças relativas à Festa do Divino Espírito Santo, uma das mais populares do Estado. Festa de repercussão internacional, que era mostrada ao público visitante através de suas peças, fotografias, textos e vídeo, como também, pela transmissão de sua história e de sua simbologia. Como Pirenópolis era uma cidade turística não só por ser considerada uma das mais bonitas dentre as demais do estado, como também pelas suas belas cachoeiras, fez com que essa edificação tombada pelo IPHAN passasse a ser um museu como bem ressimbolizado, concebido com o intento de possibilitar aos turistas que freqüentam o município durante todo o ano, conhecer o evento por intermédio de um acervo representativo.

Constituída por vários rituais religiosos e expressões culturais, a Festa do Divino é uma celebração profundamente enraizada no cotidiano dos moradores de Pirenópolis e determinante dos padrões de sociabilidade local. A esta estrutura básica, os agentes da Festa do Divino de Pirenópolis vêm incorporando outros ritos e representações, como as encenações de mascarados e cavalcadas, responsáveis pela grande notoriedade da festa, que se realiza nesta cidade a cada ano, desde 1819, durante cerca de 60 dias, com clímax no Domingo de Pentecostes, cinquenta dias após a Páscoa, relata o *site* do IPHAN⁵⁹.

Foto 6 - Museu do Divino Espírito Santo (exposição permanente)



Fonte: Acervo da autora, Maranhão (2017)

Minha primeira referência sobre este bem patrimonial se deu através dos relatos de viagem dos meus pais, que freqüentavam cidades do interior goiano a turismo. Eles sempre comentavam da beleza arquitetônica do lugar e de como toda a população da cidade se mobilizava por época desse evento religioso. Daí, quando da realização do levantamento parcial das casas de câmara e cadeia ressimbolizadas, lembrei-me dele, ponderei e cheguei a conclusão que seria de grande relevância para o trabalho investigar um local em outra região do Brasil e poder confrontar a realidade de duas regiões (nordeste e centro-oeste) quanto à ressimbolização do cárcere.

Pirenópolis era uma cidade de costumes interioranos que conservava seu aspecto antigo e bucólico, cercada por morros e cachoeiras. Quando do meu deslocamento de Recife para lá, foi cansativa, visto que tive que pegar um voo de quase três horas para Brasília e como Pirenópolis ficava a 174 Km tive que me

⁵⁹Site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/72>> Acesso em 13.Out.2016.

deslocar por mais três horas utilizando o ônibus de linha. Porém ao chegar, a beleza peculiar da cidade, fez valer todas as horas de viagem.

Figura 6 - Localização de Pirenópolis - GO



Fonte: (Site da Pirenópolis Turismo)⁶⁰

Ao longo da estadia percebi que a cidade era movida pelo turismo, fato reforçado posteriormente pelo Secretário de Cultura do município. Durante a semana, quer dizer, de segunda a quinta era uma cidade pacata de interior, com pouquíssimo movimento externo, uso quase exclusivo dos moradores. Tanto que, no sistema hoteleiro existia uma tabela diferenciada de diárias durante a semana, cujo valor cobrado era menor que no final de semana, pois de sexta a domingo aumentavam consideravelmente, pelo fluxo de turistas que era muito intenso nesses dias, vindos majoritariamente de Brasília, Goiás e cidades circunvizinhas, em busca de um dos principais atrativos de Pirenópolis que eram as cachoeiras. Me antecipo em dizer, que quando da realização da pesquisa de campo nos dias de final de semana no centro histórico, as pessoas ficavam sem entender porque num dia de sol intenso e seco do cerrado eu não estava desfrutando das belíssimas cachoeiras. Não foi difícil imaginar como seria prazeroso.

Continuando minha caminhada pelo centro histórico, passei a vislumbrar suas ruelas e tornava-se impossível não se sensibilizar com tamanho *glamour*. Logo a seguir visualizei o Museu do Divino Espírito Santo que possuía na frente uma placa informativa. Constava a casa de uma única entrada e o pavimento térreo possuía

⁶⁰Site da Pirenópolis Turismo. Disponível em <<http://www.pirenopolis.tur.br/cidade/localizacao>> Acesso em:11.Set.2017.

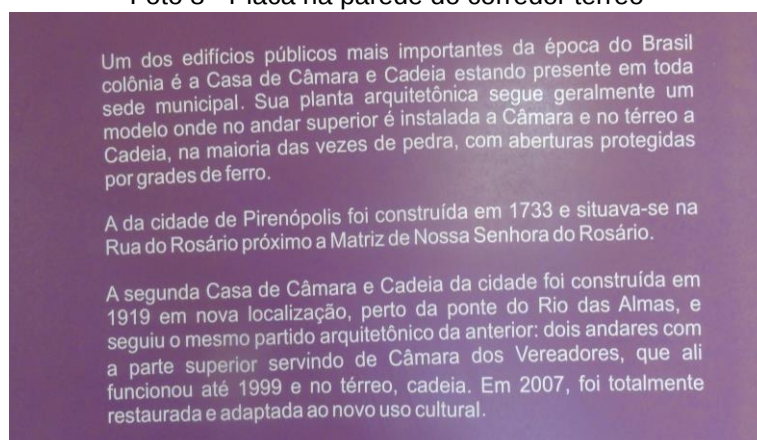
duas salas, onde estavam instaladas as secretarias municipais e nas paredes do corredor placas narrando um pouco da história do local enquanto casa de câmara e cadeia.

Foto 7 - Museu do Divino Espírito Santo



Fonte: Acervo da autora, Maranhão (2017)

Foto 8 - Placa na parede do corredor térreo



Fonte: Acervo da autora, Maranhão (2017)

Prosseguindo pelo corredor, do lado esquerdo existia um vão com um elevador para o acesso de portadores de deficiência e dificuldade de locomoção, além de uma escada em madeira. Ambos faziam a ligação da parte térrea com o Museu do Divino Espírito Santo que ficava localizado no primeiro pavimento. Ainda no térreo por trás do elevador, o local possuía uma lojinha onde eram vendidos artigos ligados a história da cidade e a Festa do Divino Espírito Santo. Após a loja havia um pátio aberto com um mezanino onde ficavam as celas na época de prisão; porém, não existia mais nenhuma cela “original”, porque tudo havia sido modificado

passando a ser copa, banheiro e mezanino. As celas do antigo presídio, na realidade foram destruídas.

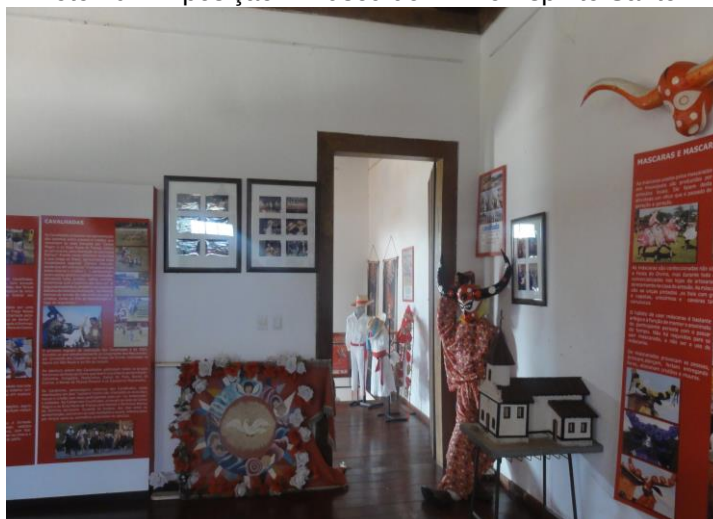
Foto 9 - Área de convivência (local das antigas celas)



Fonte: Acervo da autora, Maranhão (2017)

No pavimento superior onde funcionava no passado a câmara dos vereadores ficava o Museu do Divino Espírito Santo, cujo ambiente pequeno e dividido em duas salas continha exposição de vídeos, roupas, adereços, instrumentos, fotos e placas com algumas explicações sobre a festa.

Foto 10 - Exposição – Museu do Divino Espírito Santo



Fonte: Acervo da autora, Maranhão (2017)

Após agendamento retornei ao museu no dia seguinte para realização das entrevistas que foram iniciadas com Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude, Sr. João Luiz Teixeira Brandão, bacharel em Direito.

Assim que cheguei à sala da secretaria que se encontrava localizada no pavimento térreo da casa, o Secretário já estava no local acompanhado por dois assessores e sua secretária. Aguardei cerca de 15min no mesmo ambiente, para que o Secretário terminasse os despachos do dia e iniciássemos a entrevista.

O Secretário me recebeu de modo bastante solícito e expressou está muito feliz por ter uma pesquisadora que foi para a cidade especialmente para estudar o bem de um local tão distante de sua residência e se colocou a disposição para maiores esclarecimentos. Portanto, não houve nenhum empecilho para a realização da entrevista.⁶¹

Iniciei pela descrição da Casa de Câmara e Cadeia pelo Secretário:

A Casa de Câmara e Cadeia, hoje o Museu do Divino, uma casa de dois andares onde na parte de baixo funciona a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Esportes né? Em cima funciona o Museu do Divino, nós recebemos as visitas e um patiozinho lá no fundo, onde temos os sanitários e área de convivência dos funcionários⁶².

O lugar que o Secretário chamou de local de convivência era onde ficavam as celas no período da Casa de Câmara e Cadeia (vide foto 9). A secretaria funcionava neste prédio desde o ano de 2009, quando foi sentido pelas autoridades a necessidade de efetivar sua autonomia diante da importância da cultura na cidade; pois até então não existia Secretaria de Cultura de forma independente. Nas gestões anteriores, subordinava-se a Secretaria de Turismo.

O museu começou a funcionar desde 2008, mas ele foi remodelado em 2009 na atual gestão. O museu foi feito pelo IPHAN. O Instituto restaurou o prédio e fez o museu, para o tombamento⁶³ (sic) da Festa do Divino. A nossa festa ela é tombada como patrimônio imaterial. O IPHAN fez a implementação do museu com a ajuda da comunidade. Desde sua inauguração, o Museu do Divino vem melhorando o acervo com peças da tradicional Festa do Divino Espírito Santo, muitas delas foram adquiridas através de parcerias com os moradores da cidade, sensibilizados em manter nossa cultura. As pessoas fazem parte dessa manifestação cultural, e nada melhor que ser parte também do lugar onde esse evento é representado de forma tão natural aos visitantes. Toda doação feita ao museu, recebe uma etiqueta, informando a pessoa que a fez⁶⁴.

⁶¹Vide apêndice C.

⁶²Entrevista com o Sr. João Luiz Teixeira Brandão Sobrinho no Museu do Divino Espírito Santo, realizada por Ana Paula Maranhão, em 02 de Outubro de 2015.

⁶³Não existe tombamento de patrimônio imaterial. A Festa do Divino Espírito Santo é registrada pelo IPHAN, no Livro das Celebrações. Processo número: 01450.000715/2010-15. Data de Registro: 13/05/2010.

⁶⁴Entrevista com o Sr. João Luiz Teixeira Brandão Sobrinho no Museu do Divino Espírito Santo, realizada por Ana Paula Maranhão, em 02 de Outubro de 2015.

O Museu do Divino Espírito Santo contava com a colaboração de pessoas que se preocupavam em preservar a cultura e manter viva essa tradição que perdurava a 288 anos na cidade. Com as parcerias o seu acervo vinha melhorando e muitas das peças foram doadas pelo Sr. Eduardo Tadeu do Nascimento (Sacristão), pelo Sr. Adelmo Carvalho (funcionário do IPHAN local), entre outros, que também foram responsáveis pelo aumento da quantidade das peças em exposição desde sua inauguração.

Segundo o entrevistado, o foco principal das atividades turísticas da localidade concentrava-se na visita ao museu, cujo público freqüentador em sua maioria eram turistas. Questionado se existia alguma prática cultural no local além do próprio museu: “Não. Às vezes [...] Muito raramente a gente faz algumas exposições. Só quando as exposições são de complexidade menores e voltada também a algo mais próximo a festa ou ao patrimônio.”⁶⁵

Quanto ao imóvel era preservado e mantido pela Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal; em outras palavras, O IPHAN o restaurou e a sua conservação de um modo geral ficou a cargo do município. Então, quando preciso pediam a autorização do IPHAN para realização das obras. Informou ainda que não existia nenhuma burocracia extrema entre os órgãos, que resultasse em retardamento das obras de restauro quando solicitadas.

E sobre a relação dos moradores com o Museu do Divino Espírito Santo:

A relação é muito tranquila. A comunidade hoje vê a falta de uma nova cadeia, de um novo presídio, ela sente essa falta, porque na época que foi assinado o termo de conduta entre o governo Estadual e Municipal, houve uma “promessa” do governo Estadual de construção em 90 dias de uma nova cadeia pública, um novo presídio e isso não foi cumprido. Então, isso vem desgastando. Existe a cobrança da população muito grande, porque as pessoas se sentiram meio que desprotegidas, “cidade que tudo pode, que ninguém vai preso”. Então senti nesta parte, mas na parte cultural foi muito bom, tanto que hoje em dia temos uma parceria na parte da educação. As crianças são trazidas desde a creche até o quarto ano, para que elas aprendam a visitar museus, a visitar outros patrimônios públicos. A gente faz questão de ter uma parceria. Eles vão ao cinema, temos o projeto de “sessão pipoca” dentro da Secretaria de Educação. A Secretaria de Educação junto com a Secretaria de Cultura. Para que as crianças possam

⁶⁵Entrevista com o Sr. João Luiz Teixeira Brandão Sobrinho no Museu do Divino Espírito Santo, realizada por Ana Paula Maranhão, em 02 de Outubro de 2015.

ir ao cinema. [...] Aprendam essa cultura de ir ao cinema. A gente tem o cuidado de sempre ter um evento⁶⁶.

De acordo com o Secretário não existia presídio em Pirenópolis e todas as ocorrências iam para as cidades vizinhas. Geralmente quando se tratava de sentença transitada e julgada, o detento era encaminhado para o Presídio de Goiânia ou o Presídio de Anápolis. Quando consistia em algum flagrante que teria que aguardar o julgamento, ia para alguma cidade próxima. Diante da situação exposta, ficou claro que a briga entre os municípios se dava por questão da jurisdição. Fui informada de que já houve um caso em que Anápolis não quis aceitar uma ocorrência, e esta, terminou sendo feita em Luziânia. Conforme o entrevistado isso termina em um problema social também, porque a família dos detentos têm que se locomover, se desgastar física e emocionalmente “[...] a família não tem culpa se o “cara” entrou para o crime [...]” relata. É uma questão bastante incômoda na cidade.

E, sobre a presença de um presídio para Pirenópolis:

Presídio é um vizinho que ninguém quer né? Ai fizeram um abaixo assinado, uma ação popular, para não construir um presídio na cidade. É um vizinho que ninguém quer. A gente entende também a parte do poder público. Se for construir um presídio tem que ser em uma área mais afastada do centro histórico, do centro comercial, tem que ser em uma área afastada. Eu não quero isso perto da minha casa, creio que ninguém quer⁶⁷.

Questionado se os moradores faziam uma ligação com o fato do Museu do Divino Espírito Santo haver sido um cárcere, o entrevistado respondeu que não. Que hoje virou uma casa cultural mesmo, patrimônio cultural. Deixou aquele “ranço de presídio”. É que a nova geração não vivenciou o local sendo presídio, então o tempo vai passando e o local é visto como um patrimônio. Até o turista vem mais pela questão cultural, relata.

Qual a necessidade da patrimonialização?

Eu acho fundamental para uma cidade histórica. Se não houvesse, eu acho que muitas coisas teriam sido destruídas. Eu acho que aqui ainda demorou a vir. Acho que deveria ter sido mais cedo. Eu moro em uma casa no centro

⁶⁶Entrevista com o Sr. João Luiz Teixeira Brandão Sobrinho no Museu do Divino Espírito Santo, realizada por Ana Paula Maranhão, em 02 de Outubro de 2015.

⁶⁷Entrevista com o Sr. João Luiz Teixeira Brandão Sobrinho no Museu do Divino Espírito Santo, realizada por Ana Paula Maranhão, em 02 de Outubro de 2015.

histórico e nós estamos fazendo um restauro na casa agora. A gente tem todo cuidado, faz questão de gastar um pouco a mais. É algo que meu bisavô fez, meu vô cuidou, agora meu pai tá passando pra mim. Mas ainda existe gente que não aceita, tem gente que odeia o IPHAN aqui, só falta tacar pedra. Eu acho que se não fosse o IPHAN não tinha essa preservação, essa cultura, a gente não teria essa riqueza não.⁶⁸

Ao longo da observação participante diária não encontrei nenhuma etiqueta de identificação no acervo e me chamou a atenção o baixo fluxo de pessoas que visitavam o museu, inclusive com relação a quantidade de turistas, que segundo o Secretário era majoritário. Ao mesmo tempo, me informou que a frequência atingia em média cerca de 200 pessoas por semana, porém não existia nenhuma pesquisa formal de estudo estatístico de público. A maior visita durante o período da pesquisa foi de uma escola municipal com cerca de 20 crianças, com faixa etária entre 04 e 06 anos.

O Museu do Divino era propagado pelo site da Prefeitura e pelos guias de informações turísticas e seu horário de funcionamento ia das 09:00hs às 17:00hs de segunda a sábado e aos domingos das 09:00hs às 15:00hs. As secretarias funcionavam de segunda à sexta.

No caso dos turistas, o meio de transporte utilizado para chegarem a localidade foi o automóvel (carros particulares), visto que eram de cidades circunvizinhas. A faixa etária entre eles variou de 30 a 50 anos e em relação ao motivo da viagem, foram a cidade à lazer.⁶⁹

Quase que por unanimidade os visitantes estavam bastante satisfeitos com o local: “O museu tem uma bela arquitetura e conta de forma resumida a história da Festa do Divino Espírito Santo da cidade. Adorei! assisti a um filme sobre a origem da festa, e me senti como se estivesse lá.”⁷⁰ “O museu traz toda a história das Festas do Divino da região. O casarão também é belo. Vale a visita.”⁷¹ Com exceção de um deles, que alegou ter gostado do museu, mas questionou a falta de

⁶⁸Entrevista com o Sr. João Luiz Teixeira Brandão Sobrinho no Museu do Divino Espírito Santo, realizada por Ana Paula Maranhão, em 02 de Outubro de 2015.

⁶⁹Entrevistas e conversas informais com moradores, comerciantes e turistas no Museu do Divino Espírito Santo e no centro histórico de Pirenópolis, por Ana Paula Maranhão, no período 29 de setembro a 04 de outubro de 2015.

⁷⁰Conversa informal com turista de 46 anos no Museu do Divino Espírito Santo, realizada pela autora, em 03 de outubro de 2015.

⁷¹Conversa informal com turista de 50 anos no Museu do Divino Espírito Santo, realizada pela autora, em 03 de outubro de 2015.

informações históricas sobre o local: “O prédio é legal, mas na minha opinião não explica bem sua história.”⁷²

Já com os moradores e/ou comerciantes foi perceptível através das conversas que mantivemos, que existia uma clara divisão entre eles quanto a insatisfação de alguns no que dizia respeito a ausência de uma penitenciária que atendesse aos interesses da comunidade e a opinião de outros que se mostravam suscetíveis a transformação do prédio existente em museu.

No tempo em que estive em uma tradicional loja de artigos em prata e pedras brasileiras de Pirenópolis, que também se sobressaia pela confecção artesanal de adornos femininos neste metal, percebi que o momento se apresentava propício para obter respostas mais naturais e sinceras e aproveitei para incluir na lista das entrevistas a vendedora da referida loja, onde mantivemos um diálogo da maneira mais informal possível, fato que se tivesse me apresentado como pesquisadora, jamais teria obtido as respostas que me foram dadas sobre o assunto.

Natural de Pirenópolis, tinha 25 anos e trabalhava na loja acerca de seis anos. Indaguei sobre o que ela achava do patrimônio histórico cultural da cidade e ela me relatou que achava fundamental para o turismo, mas que o bom mesmo eram as cachoeiras. Ao perguntar qual era a sua opinião acerca do Museu do Divino Espírito Santo ela respondeu:

Fecharam o presídio para ali colocarem o tal museu. Lindo, a cultura da cidade é importante. Mas o inteligente não é construir uma cadeia antes de fechar a outra? Chegaram e começaram a construir uma lá no alto da cidade, pouco tempo depois parou tudo. Já aconteceram dois assaltos aqui na loja, levaram tudo. O prejuízo foi enorme. Sabe quanto tempo demora para fazer uma peça? As joias são artesanais, feitas à mão uma a uma. Fora o prejuízo, o dono demorou meses para refazer o estoque. No dia do assalto demorou muito a chegar policiamento, aqui não tem pericia, aí é complicado⁷³.

Ao longo das várias entrevistas percebi um detalhe que considero um foco de essencial importância a considerar durante a análise deste bem, que incidiu sobre a posição dos entrevistados quanto ao seu uso depois de ressimbolizado. A maioria dos moradores se mostraram descontentes com o governo em relação às medidas de segurança. Eles exigiam a construção de um presídio, mas tudo sempre

⁷²Conversa informal com turista de 32 anos no Museu do Divino Espírito Santo, realizada pela autora, em 03 de outubro de 2015.

⁷³Conversa informal com comerciante de 25 anos na loja de prataria – centro histórico, realizada por Ana Paula Maranhão, em 01 de outubro de 2015.

terminava em uma encruzilhada. **Ninguém queria um presídio perto de sua casa, porém desejavam que fosse construído um na cidade.** Não concordavam com o uso da casa de câmara e cadeia como museu, inclusive porque o mesmo não poderia ser de representação religiosa, todavia não tinham mais o objetivo de manter presos em suas instalações há anos atrás.

O Museu do Divino de Pirenópolis é uma palhaçada com o povo. Falta planejamento e um gestor público coerente. Ali era a cadeia da cidade, as celas femininas ficavam instaladas na parte térrea da casa e as masculinas no quintal⁷⁴.

Por ocasião de outra conversa com um vendedor e um cliente de uma lanchonete próxima a minha pousada, falávamos sobre os bens históricos da cidade e quando questionados sobre o Museu do Divino Espírito Santo, o que foi mais discutido e com muita indignação, foi a falta de cumprimento das promessas públicas.

Os políticos se elegem, prometem mil coisas, fazem um ato para mídia, coloca a plaquinha de construído o chafariz, faz discurso. Mas o tempo passa e o prometido cadê? O tempo passa a criminalidade aumenta, aí pergunto vamos combater o crime com cultura?⁷⁵.

O grande resultado de tudo é que o museu foi inaugurado e até hoje não há onde "guardar" os presos da cidade⁷⁶.

Sempre acreditei que o prédio deveria abrigar a biblioteca pública e a sede da Academia Pirenopolina de Letras. Poderia ter uma pinacoteca, uma cinemateca com filmes produzidos em Pirenópolis, enfim ser um centro cultural de fato. Seria bem mais útil. Nada contra museus, mas não acho a cadeia um local apropriado para abrigar referências de uma festa religiosa⁷⁷.

Deste modo, considerando as respostas concedidas pelos entrevistados, percebi que sem sombra de dúvidas estavam os mesmos divididos em três vertentes em relação ao novo uso da casa de câmara e cadeia. Uma parcela não estava a favor da implementação de um museu pelo desagrado com a ausência de um

⁷⁴Conversa informal com morador de 40 anos no centro histórico, realizada por Ana Paula Maranhão, em 03 de outubro de 2015.

⁷⁵Conversa informal com morador de 50 anos na lanchonete próxima ao centro histórico, realizada por Ana Paula Maranhão, em 30 de setembro de 2015.

⁷⁶Conversa informal com morador de 28 anos na lanchonete próxima ao centro histórico, realizada por Ana Paula Maranhão, em 30 de setembro de 2015.

⁷⁷Conversa informal com morador de 50 anos em frente à sua casa próxima ao Cine Teatro Pireneus, realizada por Ana Paula Maranhão, em 03 de outubro de 2015.

presídio na cidade; a outra se mostrava indiferente e não tinha nada a comentar sobre o assunto e a última mostrava-se contra a concepção expográfica do museu.

3.3.3 Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco

O Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco (MAC) foi inaugurado em 23 de dezembro de 1966, com a doação de parte da Coleção do Embaixador Assis Chateaubriand ao Estado de Pernambuco.

“O prédio, datado de 1765, foi projetado para ser o Aljube da Diocese, sendo durante todo o período da Inquisição a única prisão eclesiástica que se tem notícia na história do Brasil”, retrata o *site* do museu.⁷⁸

O MAC integrava o conjunto de equipamentos da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, voltados para o lazer e cultura no centro histórico da cidade de Olinda, a citar: “além da sede, fazem parte do seu Complexo Cultural a Capela de São Pedro Advíncula, a Praça Assis Chateaubriand (ambas em frente à sua sede), a Casa da Reserva Técnica e a Galeria de Arte Tereza Costa Rêgo”, relata o *site* do Museu.⁷⁹

Foto 11 - Fachada do Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco



Fonte: Acervo da autora, Maranhão (2017)

⁷⁸Site do Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco. Disponível em<<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/espacosculturais/museu-de-arte-contemporanea-mac/>> Acesso em: 31.Out.2016.

⁷⁹Site do Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco. Disponível em<<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/espacosculturais/museu-de-arte-contemporanea-mac/>> Acesso em: 31.Out.2016.

Meu primeiro contato com a edificação foi enquanto adolescente em visita escolar a Olinda, durante um *tour* pela cidade. Lamentavelmente não estava previsto entrarmos no museu e o mesmo só foi citado no interior do ônibus pelo guia da excursão pedagógica.

Foi quando no ano de 2015, fui convidada pelo Departamento de Turismo e Hotelaria (DHT) da Universidade Federal de Pernambuco para ser examinadora externa numa banca de trabalho de conclusão de curso (TCC) do aluno Vítor Souza, que intitulava-se “Projeto de intervenção - Bem Atender: como ser um bom mediador – (MAC/PE).” Por ocasião conheci os bastidores do museu e como ex mediador do MAC, Souza se referia ao local com muita propriedade. O projeto propunha a criação de uma cartilha de cunho didático, com vistas a uma melhor qualificação para mediadores do Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco.

Do ponto de vista do proponente, a necessidade desse material surgiu de maneira evidente a partir de sua vivência como estagiário no referido equipamento cultural, por conta da carência de instrução existente, quanto à sua realidade e dinâmica de funcionamento e pela ausência de treinamentos específicos, sobretudo na forma de como lidar com público, fato este, conforme Souza, que interferia na relação direta com o visitante no que se referia ao atendimento.

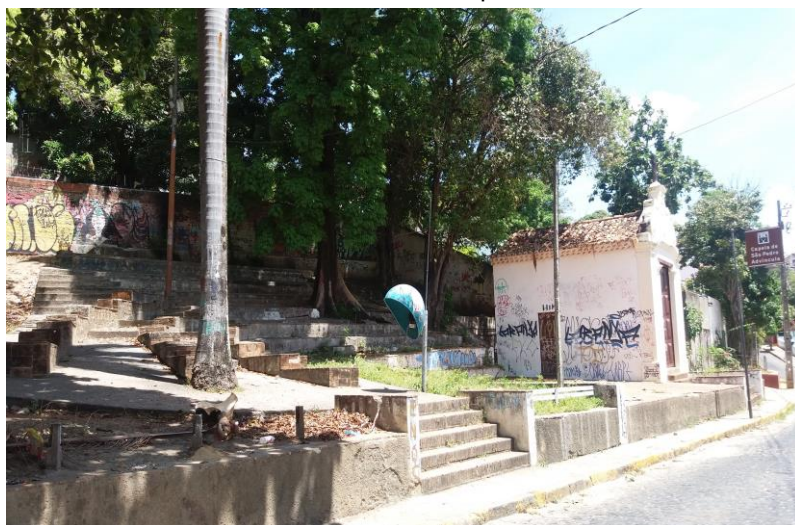
Sendo o referido museu um dos equipamentos culturais selecionados para fazer parte deste estudo, torna-se de bom alvitre informar que ele não seguiu o mesmo direcionamento dado aos outros, porque estava em restauro. Assim sendo, a pesquisa de campo não pôde ser feita em sua totalidade.

Quando de minha primeira aproximação com a diretora do museu Sra. Célia Labanca, que se deu através de contato telefônico, fui de pronto informada que não poderia ter acesso ao estabelecimento pelo seu fechamento temporário e cuja previsão de reabertura era para março ou abril de 2017, melhor dizendo, três ou quatro meses depois. Como a dissertação não havia ainda sido finalizada, voltei a ligar para a direção, isto após mais três meses do último prazo profetizado para o término do restauro, mas infelizmente a diretora me informou que o período havia sido prorrogado novamente, com perspectiva de reabertura para aproximadamente mais dois meses, inteirando em nove meses o intervalo após o primeiro contato. Acontecimento imprevisto, pois contava conhecê-lo integralmente e com riqueza de detalhes, como havia planejado.

O que me levou a optar por manter essa edificação como referencial nessa pesquisa de campo, foi a sua extrema relevância histórica, por ser a única prisão eclesiástica no Brasil, mesmo sabendo da impossibilidade de permanecer com a linha de trabalho que vinha sendo aplicada aos demais bens patrimoniais. Encontrava-se aberto ao visitante exclusivamente a casa da administração, que continha uma exposição temporária da coleção de Assis Chateaubriand.

No dia agendado para realização das entrevistas com as duas funcionárias da FUNDARPE, estando inclusa a diretora, segui para a cidade de Olinda e no percurso de chegada a referida edificação, me reportei em pensamento ao visitante em vislumbrar e desfrutar das belíssimas Igrejas, ladeiras e casarios do sítio histórico localizado no bairro do Varadouro. Contudo, ao chegar na rua Treze de Maio, onde situava-se o museu, tive um impacto muito forte com o desprezo e a falta de segurança no local.

Foto 12 - Entorno em frente ao MAC e Capela de São Pedro Advíncula



Fonte: Acervo da autora, Maranhão (2017)

Assim que cheguei me forneceram um *folder* institucional em inglês e português, elaborado pela própria diretora que versava sobre o histórico do local desde Aljube até sua reconfiguração como MAC. Conversamos um pouco sobre a questão do local como Aljube, posteriormente como Casa de Detenção de Olinda e sobre o processo de tombamento até a implementação do museu com a doação do acervo.

Foto 13 - Administração e Exposição temporária MAC



Fonte: Acervo da autora, Maranhão (2017)

Quanto à descrição e foco de atuação do museu, a diretora mais uma vez se referiu a sua história, além do seu rico acervo com mais de 4.000 obras entre esculturas, arte fotográfica, artes plásticas, etc. que foram sendo constituídos ao longo dos anos, estando nelas incluída a coleção doada pelo Embaixador Assis Chateaubriand ao Estado. Enfatizou que se o local não fosse um prédio tombado e munido de tanta historicidade, provavelmente já haveria sido destruído.

Comentários de Célia Labanca sobre o processo de restauro do MAC:

O restauro oficialmente começou no início deste ano (2016). Não é um restauro é uma limpeza. O museu é um complexo: a capela, a casa de número 157 e 103 que foram adquiridas pelo governo e a casa do museu. Elas formam o MAC. O MAC possui uma reserva técnica⁸⁰ na casa de número 157, que passou a receber toda a parte de acervo e documentos.⁸¹

No decorrer das entrevistadas foi citado que a exposição temporária sobre a coleção de Assis Chateaubriand exposta por época na casa da administração, teve a intenção de manter o fluxo de visitantes ativo, mesmo que muito reduzido, enquanto perdurasse o processo de restauro. Caso contrário, todo o complexo estaria fechado há mais de 1 ano. “Não tem condições financeiras, é uma luta diária. Para continuar e preservar toda a herança histórica”⁸²

⁸⁰A reserva técnica é um espaço destinado à preservação do acervo que não está em exposição.

⁸¹Entrevista realizada com a Diretora do MAC Sra. Célia Labanca na administração do local, realizada por Ana Paula Maranhão, em 07 de dezembro de 2016.

⁸²Entrevista realizada com a Diretora do MAC Sra. Célia Labanca na administração do local, realizada por Ana Paula Maranhão, em 07 de dezembro de 2016.

Em relação às atividades culturais existentes, tomei conhecimento de um documento denominado “pauta museológica”, executada pelo MAC/PE entre os anos de 2007 a 2014, onde existiam informações sobre as ações desenvolvidas pela unidade, inclusive os eventos promovidos ano por ano, durante o período supracitado. Foram muitas as ações indo desde o retorno de obras emprestadas a outros museus, vídeo aulas, passando por seminários sobre cultura pernambucana, visitas especiais de embaixadores, projetos de contadores de história, exposições temporárias, festividades, coletiva de imprensa de blocos carnavalescos, peças teatrais, até a renovação do acervo no circuito de visitação da sede, entre outros.

No que tange ao quantitativo de visitação conforme os dados que nos foram cedidos por uma das duas entrevistadas, ficou evidente que no período de 2007 a 2014, quando foi feito o último levantamento, a maioria dos visitantes eram turistas.

Nesse espaço de tempo, ou seja, em sete anos totalizou em 24.389 (vinte e quatro mil trezentos e oitenta e nove) visitas; em termos numéricos foi considerado como um bom fluxo, todavia poderia ter sido melhor, por ser um bem de tamanha importância, quer seja pelo seu valor arquitetônico, histórico e com um acervo de qualidade. Dados a questionar: Quais medidas poderiam ser adotadas para aumentar o fluxo turístico do Museu de Arte Contemporânea de Olinda? Será que a sua divulgação restrita a página virtual da FUNDARPE não seria um dos focos de trabalho para aumentar essa frequência?

Tabela 4: Quantitativo de Visitantes – MAC (2007-2014)

2007	1.368 visitantes, sendo 218 estudantes
2008	4.484 visitantes, sendo 2.399 estudantes
2009	6.200 visitantes, sendo 2.351 estudantes
2010	2.443 visitantes, sendo 916 estudantes
2011	4.139 visitantes, sendo 1.457 estudantes
2012	2.669 visitantes, sendo 1.658 estudantes
2013	1.446 visitantes, sendo 355 estudantes
2014	1.640 visitantes, sendo 461 estudantes
Total	24.389 visitantes, sendo 9.815 estudantes

Fonte - Acervo da autora, Maranhão (2017)

O museu ele já foi uma grande efervescência, movimento artístico em termos de artes plásticas. Lançando excelentes artistas plásticos com notoriedade mundial e que inclusive seus trabalhos fazem parte do nosso acervo. Mas infelizmente a coisa vai esfriando. A cultura hoje em dia não é nada. Os museus são as casas dos artistas e isso tem que ser preservado⁸³.

⁸³Entrevista realizada com a Diretora do MAC Sra. Célia Labanca na administração do local, realizada por Ana Paula Maranhão, em 07 de dezembro de 2016.

Sobre a utilização inicial do bem patrimonializado como Aljube, só era referida se solicitada pelos visitantes. Não existia uma intervenção direta sobre o assunto na visita por parte dos mediadores. Foi citado também no ato das entrevistas, que em grupos a exposição era diferenciada, porque já se tinha conhecimento sobre os interesses específicos dessas pessoas. Para melhor esclarecimento, os mediadores eram voluntários, alunos dos cursos de turismo, história e artes, normalmente em época de estágio curricular na faculdade e sob a supervisão da diretora e funcionários.

Quanto a administração e manutenção do bem, era de total responsabilidade do governo do Estado através da FUNDARPE, não existindo nenhuma participação da Prefeitura de Olinda. O tombamento do imóvel enquanto antigo Aljube foi feito pelo IPHAN, porém não havia ajuda financeira; apenas a fiscalização para que não houvesse descaracterização e depredação do imóvel.

Em relação as mudanças estruturais da época de Aljube e cadeia para a implementação do museu, as entrevistadas acreditavam que houveram modificações na estrutura, mas não tinham como garantir porque não trabalhavam no local na época e as documentações acerca da estrutura do prédio eram escassas.

A diretora complementou que a percepção de que no local funcionava uma casa de detenção era visível pelas chaves, dobradiças, grades, material e o tipo de tijolos utilizados na construção. A transformação de um antigo presídio em espaço cultural: “É uma grande idéia. Se não se faz a transição a história se perde. Isso aqui é um monumento e o que vai ser feito com um prédio como esse? Eu acho o máximo.”⁸⁴

Com o museu fechado, não foi possível realizar as entrevistas com os mediadores e visitantes. O MAC assim como a Casa da Cultura de Pernambuco era um espaço cultural do governo do Estado, porém no primeiro caso “Os turistas quando vem ao museu eles já sabem que aqui foi um presídio e que agora é um museu,” afirmou a diretora.⁸⁵

⁸⁴Entrevista realizada com a Diretora do MAC Sra. Célia Labanca na administração do local, realizada por Ana Paula Maranhão, em 07 de dezembro de 2016.

⁸⁵Entrevista realizada com a Diretora do MAC Sra. Sônia Castro na administração do local, realizada por Ana Paula Maranhão, em 07 de dezembro de 2016.

Concluindo, notifico que partir dos dados coletados principalmente através das informações fornecidas pela diretora do museu, ficou evidente que a utilização do bem com atividades turísticas tornara-se importante, embora fosse um turismo de caráter especializado, artístico, para a sua manutenção. Servia como medida protetiva para que ele não fosse destruído pela falta de uso. Resultado este, que corrobora com as práticas utilizadas nas antigas casas de detenções patrimonializadas discutidas neste capítulo.

4 RESSIMBOLIZAÇÃO E MEMÓRIA

Esta fase da dissertação perpassa pela reminiscência de episódios transcorridos no passado desses anosos espaços pesquisados, cujas edificações foram escolhidas em consonância com os critérios adotados pelos órgãos governamentais de níveis Federal e Estadual, responsáveis pelo tombamento e patrimonialização de bens.

No decorrer deste capítulo, a discussão ficará em torno de dois pontos, iniciando pela memória e identificação por se tratar de bens ressimbolizados, foco este, de extrema necessidade para o entendimento das razões por essa incansável busca e o turismo atuando como principal atividade para ocupação dessas construções seculares, muitas vezes em situações precárias ou em ruínas. Com isto, o turismo desponta como uma nova forma de olhar sobre o cárcere, derivando em experiências na utilização desses ambientes pelo mundo, a protótipo de albergues, hotéis, museus e outros.

Contudo, o aproveitamento desses espaços carcerários apenas com o propósito da ocupação do local não é suficiente. A ineficiência de ações que promovam uma interligação entre a ressimbolização e a memória, deixa uma lacuna indiscutivelmente profunda quando da ocupação dessa edificação patrimonial.

Ficam a seguir, algumas indagações para serem feitas quando da visita a um bem patrimonial, como provocação para o exercício de reflexões inerentes a questão memorial, porque sem ela não existe perpetuação. Com relação aos objetos de pesquisa, foram contemplados no transcorrer deste estudo.

Como se encontra a situação memorial e de identificação desse patrimônio histórico? Como este equipamento cultural, desenvolve seu papel como articulador e mediador nas relações dos comunitários com o bem? Como fazer o reconhecimento e a propagação de sua memória, como fator contundente para sua preservação e integração com a comunidade? Como perceber o sentido de pertencimento dos comunitários, quanto ao patrimônio histórico existente, muitas vezes ao seu lado? Como está a educação patrimonial como processo permanente e sistemático, fonte viva de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo?

4.1 MEMÓRIA E IDENTIFICAÇÃO⁸⁶

De início, vale referir que o desenvolvimento do assunto alusivo a este ítem, será explicitado tomando por base a percepção de vários autores sobre o tema e é com muito respeito que elevo a partir de então, meus pensamentos para esses brilhantes mestres.

“Os estudos sobre memória e sua relação com a história ocupam, há muito tempo, um lugar privilegiado nas ciências sociais, dando origem a um campo fértil para pesquisadores que se debruçam sobre o tema.” (SILVA, 2012, p. 245).

Na década de 1980, Pierre Nora enfatizou o famoso conceito de “lugares de memória” locais onde o passado era sempre evocado, utilizando as noções de memória e história. Ele compreendeu com maestria que o que sobrou dos espaços foram lugares de memória e que se perpetuavam ao longo dos anos, visto que a sociedade precisava destes locais por não ter mais memória. “A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos, e nesse sentido, ela está em permanente evolução aberta, à dialética da lembrança e do esquecimento” (NORA, 1993, p. 9).

Ao realizar o levantamento dos bens correspondentes as antigas casas de detenções tombadas ou em processo de patrimonialização pelo IPHAN e analisar quais os usos atuais dos quarenta bens patrimonializados encontrados, percebeu-se que vinte e dois deles funcionavam como centros de educação ou cultura, sendo quatorze museus, cinco casas de cultura/centros culturais e três bibliotecas. Dentre os museus, apenas dois se referiam de forma parcial a prática original do bem, que eram casas de câmara e cadeia e cadeia/câmara municipal. No que concerne aos três campos pesquisados, não foi encontrado divergências na leitura da realidade. Tanto o centro cultural como os museus não divulgavam o passado enquanto casas de detenções e não existia vínculo memorial dos moradores com os locais em questão.

Consagrado como um nome importante dentro da sociologia Durkheimiana, Halbwachs (2013) destaca-se com a análise da memória no âmbito coletivo, ou seja, a memória não é uma exclusividade individual e nenhuma lembrança existe de

⁸⁶Identificação é o efeito de identificar ou identificar-se. Está diretamente relacionada com a identidade, que é o conjunto de características próprias ou de uma comunidade. A palavra identidade e seus desdobramentos conceituais foram utilizados dentro desta pesquisa de modo aproximativo, visto que, percebe-se a identidade de forma mais essencializada e a identificação de maneira mais processual.

maneira isolada a uma coletividade. A conjuntura social torna-se primordial para a tarefa da reconstrução da memória.

O desenvolvimento da afetividade mediante convívio social entre os indivíduos, faz com que as lembranças individuais surjam como reflexo das lembranças dos grupos aos quais pertençam. Portanto, sob este prisma, o ser social participa de dois tipos de memória a individual e a coletiva. (HALBWACHS, 2013, p. 30).

Conforme Halbwachs (2013), a memória individual sempre foi constituída sob a ótica da referência de uma memória coletiva. Portanto, “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós.” (HALBWACHS, 2013, p. 30).

A exemplo, o Museu do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, condiz muito bem com o assunto em apreciação, pois, possuía sua expografia baseada na festa do Divino Espírito Santo que realiza-se há quase 200 anos na cidade e desde 2010 foi inscrita no Livro de Registro das Celebrações como Patrimônio Imaterial Brasileiro. Marcava a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e das práticas da vida social dos pirenopolinos. A citação abaixo, refere-se à informação prestada pelo IPHAN sobre o tradicional evento, centrada na memória e na tradição.

Transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. É apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade, cita o *site* do IPHAN.⁸⁷

Sendo assim, a sustentação da memória de cada um de nós, está radicada nas concepções provindas da lembrança da coletividade. Assim sendo, pode-se afirmar que a festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis é um caso expressivo, transmitido de geração para geração, sendo perceptível o sentimento de identidade e continuidade no que diz respeito ao patrimônio cultural da região.

⁸⁷Site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2158/festa-do-divino-espirito-santodepirenopoliscompleta-cinco-anos-como-patrimonio-cultural>> Acesso em:18.Dez.2017.

Na concepção de (LE GOFF, 1996, p. 426), a memória pode ser diferenciada sob a ótica específica, étnica e artificial. A memória específica define a fixação de comportamentos, a étnica afirma a necessidade da reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas e, no mesmo sentido, a memória artificial certifica a repetição de atos mecânicos encadeados.

Oportunamente, retorno ao Museu do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, como uma prática de todas as referências aqui explicitadas, sobre quão importante é o cuidado que se deve ter com a perpetuação da história desses patrimônios, passando pela aplicação de procedimentos adequados que os levem a ter uma memória e identificação com as coisas do passado, repercutindo nas gerações futuras. O processo é lento, porque as informações vão se acumulando paulatinamente até se tornarem parte integrante do modo de pensar das pessoas, que por si só repassam para os grupos sociais de sua convivência e a partir disto os atos são assumidos automaticamente.

Logo, as palavras identidade, memória e patrimônio, podem ser reduzidas a duas se for percebido que o patrimônio é uma das extensões da memória. A memória fortalece a identidade. As lembranças guardadas de cada época é o que permitem sua perpetuação (CANDAU, 2011, p.16).

A proporção que se faz contínuas referências a interligação de fatores como memória, identificação e patrimônio, haja visto as exigências que o tema em debate requer, torna-se de bom alvitre facilitar o entendimento pela interpretação da citação a seguir: a noção de patrimônio se inseriu no projeto mais amplo da identidade nacional e passou a servir ao processo de consolidação dos Estados-nações modernos. Nesse sentido, vinha a cumprir inúmeras funções simbólicas:

1. Reforçar a noção de cidadania, na medida em que são identificados, no espaço público, bens que não são de exclusiva posse privada, mas propriedade de todos os cidadãos, a serem utilizados em nome do interesse público. Nesse caso, o Estado atua como guardião e gestor desses bens;
2. Ao partir da identificação, nos limites do Estado nacional, de bens representativos da nação – demarcando-a assim no tempo e no espaço – a noção de patrimônio contribui para objetivar, tornar visível e real, essa entidade ideal que é a nação, simbolizada também por obras criadas expressamente com essa finalidade (bandeiras, hinos, calendário, alegorias e mesmo obras de artistas plásticos) a necessidade de proteger esse patrimônio comum reforça a coesão nacional;
3. Os bens patrimoniais, caracterizados desde o início por sua heterogeneidade, funcionam como documentos, como provas materiais das versões oficiais da história nacional, que constrói o mito de origem da nação e uma versão da ocupação do território, visando legitimar o poder atual;
4. A conservação

desses bens – onerosa, complexa e frequentemente contrária a outros interesses públicos e privados – é justificada por seu alcance pedagógico a serviço dos cidadãos (FONSECA, 2005, p.59).

Ao longo de toda pesquisa, buscou-se não só refletir a prática da patrimonialização e à ação do tombamento, como um ato de preservação e de manutenção da estrutura física de um bem, mas também como um espaço de perpetuação de memória. Com as ponderações acerca da eficácia na prática do uso desta política de preservação traçada pelos órgãos de proteção ao patrimônio, no caso o IPHAN e a FUNDARPE, concluiu-se que as comunidades não eram envolvidas na escolha do seu passado representativo, o que aumentava ainda mais o abismo entre elas e os espaços patrimonializados, por inexistência da identificação.

As relações de poder sempre marcaram a construção social da identidade e cada tipo de processo de construção, levava a um resultado diferenciado no que tange à constituição da sociedade. São eles: identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto (CASTELLS, 1999, p. 24).

A **identidade legitimadora**, fornece subsídios para constituição de uma sociedade civil (organizações, instituições, atores sociais, entre outros) que reproduzem a identidade e que racionaliza as fontes de dominação estrutural. Já a **identidade de resistência**, leva a formação de comunidades. É provável que seja esta, o tipo mais importante de construção de identidade, uma vez que, dá origem as formas de resistência coletiva diante de uma opressão. E por fim, a **identidade de projeto**, na qual os atores sociais a partir do material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, buscam a transformação de toda a estrutura social (CASTELLS, 1999, p. 24-26).

Já Candau (2011) enfatiza 05 idéias que são basilares no estudo da memória:

1. Tal como a noção de cultura, os conceitos de memória e identidade são fundamentais para qualquer um que tenha algum interesse no campo das ciências humanas e sociais; 2. Contra concepções “objetivistas”, “reificadoras”, “primordialistas”, “substancialistas”, “essencialistas”, “originárias”, “fixistas” etc. de identidade, observa-se um relativo consenso entre os pesquisadores em admitir que essa seja uma construção social, de certa maneira sempre acontecendo no quadro da relação dialógica com o *Outro*; 3. O consenso existe igualmente em reconhecer que a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado,

mais do que uma reconstrução fiel do mesmo [...]; 4. O mnemotropismo⁸⁸ de numerosas sociedades modernas encontra sua origem na “crise do presentivismo”: o desaparecimento de referências e a diluição de identidades [...]; 5. Enfim, admite-se que geralmente a memória e identidade estão indissoluvelmente ligadas (CANDAUI, 2011, p. 09-10).

De volta a prática, reconheço que em todos os objetos investigados, o público frequentador essencialmente eram turistas. Por parte das gestões locais, este, constituía-se como fator positivo pelo fato de necessitarem de visitantes para manterem os espaços abertos e justificarem sua existência. Todavia, estes locais não eram utilizados pelos seus moradores; quer dizer, pelos recifenses, olindenses nem pirenopolinos. Como então promover a preservação da memória, se não existe por parte dessas comunidades o hábito de visitar estes espaços, como citado ao longo da pesquisa? Hoje, a sociedade apresenta uma espécie de “crise da memória”, onde as pessoas passam a não mais reconhecerem esses ambientes como representativos do seu passado.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM (2014) e conforme percebido no presente trabalho, apenas uma pequena parte da população local conhecia e utilizava os museus e centros culturais como uma atividade de lazer, em seu momento de ócio. “Os museus têm como desafio melhorar a comunicação e a aproximação com moradores, primeiramente, para permitir o direito ao lazer e à cultura da sua comunidade, mas também para tê-los como parceiros e construtores do patrimônio que guardam e exibem.” (IBRAM, 2014, p. 53-54). Desta forma, o museu é algo mais que um mercado de tempo livre, porquanto deveria tratar de preservar os traços da memória de uma coletividade para as gerações presentes e futuras.

No entanto, tal iniciativa poderá ser assumida pela própria comunidade, no caso, pelos recifenses, olindenses e pirenopolinos, que têm identicamente aos órgãos públicos, o dever de agir em busca deste resgate, bem como, adquirir o hábito da observação e percepção quando de suas presenças em ambientes alusivos as histórias de suas cidades. Abrindo assim, a possibilidade de um diálogo cultural, no qual se verifica não apenas as relações sociais, mas o sentimento de pertencimento e identificação. A experiência que se tem ao visitar o lugar é que fará com que aquele patrimônio mobilize um sentimento de emoção e de afetividade ou

⁸⁸A constante busca da memória.

de indiferença, fazendo vir à tona um passado selecionado. Assim, torna-se basilar, que estas instituições museológicas destinadas ao lazer e ao aprendizado, dialoguem, reflitam e percebam a importância da preocupação com o público que não chega até elas.

Em defesa do que foi comentado nos parágrafos anteriores quanto a preservação da memória de um passado que embora longínquo é fundamental para o reconhecimento do verdadeiro significado da ressimbolização, exponho o pensamento do autor a seguir:

Para Tuan, “espaços” transformam-se em “lugares” quando permitem que a pessoa desenvolva afetividade em relação a esse local, e isso só é possível por intermédio da experiência do espaço (Tuan, 1983). Não existe, contudo um momento exato em que o espaço se “torna” lugar. Existe sim um processo contínuo, ininterrupto, no qual o ambiente modificado recebe afetos, toma nova significação, modifica o indivíduo que o usa e volta a ser alterado, em seus valores e significados, a cada momento. A esse processo ininterrupto chamamos de “moldagem do lugar (DUARTE, 2013, p.28).

A conscientização da necessidade da preservação do patrimônio, contribuirá sem dúvida, para que as futuras gerações possam conhecer e fazer uso dessa herança cultural, passando a sentir através das testemunhas do passado, o envolvimento dessas pessoas com a identificação da realidade histórica. Como preservar o que é indiferente ou até mesmo desconhecido? “Na falta dessa intenção de memória os lugares de memória serão lugares de história.” (NORA, 1993, p.22).

Diante das alegações supracitadas, a educação patrimonial como um processo contínuo e de aprendizagem, desponta como um poderoso instrumento como recurso para facilitar o encontro do indivíduo com seu passado, ou seja, com a sua identidade. Os primeiros envolvidos serão os habitantes da localidade e do entorno imediato, porquanto, serão eles que irão garantir sua preservação de maneira formal por intermédio das escolas e/ou informal, pelo lazer ou na própria família.

4.2 O TURISMO COMO PERSPECTIVA PARA ANTIGOS CÁRCERES

Com a constatação de que o público que visitava as instituições culturais pesquisadas eram turistas, tornou-se fundamental esclarecer a organização da atividade. Ela é feita através de segmentos para a gestão e o planejamento do

destino. Os segmentos turísticos, normalmente são definidos a partir do que se tem a ofertar e quem irá “consumir”. Sob a ótica da oferta, têm-se vários tipos de turismo: lazer, negócios, saúde, cultural, ecoturismo, eventos, religioso, dentre outros.

Para compreensão efetiva faz-se necessário conceituar atividade:

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (DE LA TORRE, 1992, p. 19).

O processo de constituição do turismo como objeto de investigação nas ciências sociais, passou pela mudança de panorama predominantemente econômico para os estudos culturais, que contribuíram de forma direta na delimitação do papel dos processos simbólicos, das representações, formações de experiências e práticas sociais, na qual o turismo também está incluso (SAMPAIO, 2013, p. 178).

Em conformidade com Sampaio (2013), a proposta de Maria Cardeira da Silva (2004) ao encarar o turismo como um “novo terreno da antropologia”, onde a idéia é tomar o ponto de vista dos lugares (turísticos, de origem e de destino) para produzir “observações diretas e descrições densas”, desse modo explorando a capacidade da antropologia de “atribuição de voz ao local”, sem negligenciar um “enquadramento mais vasto no seu quadro de produção social.” (SILVA, 2004, p. 10-11 *apud* SAMPAIO, 2013, p. 180).

Diante da relação do turismo no Brasil ligado aos cárceres desativados, nenhuma atividade diretamente envolvida com o assunto foi encontrada. Conforme já explicitado, o que temos é sua nova utilização, como museus, bibliotecas, centros culturais, prefeituras, depósitos, entre outros.

A atividade turística é dinâmica, abrangente e eclética. Comumente, o ofício é relacionado ao lazer e o turismo desponta como uma nova perspectiva de olhar sobre o cárcere. Não são apenas museus e centros culturais que despertam a curiosidade e o desejo dos turistas. Em vários países, o turismo através de antigas prisões, fazem parte da rotina de viagem de muitos turistas.

Um exemplo é a House of Terror Museum em Budapeste, na Hungria ou “Casa do Terror, que faz uma homenagem às vítimas do nazismo e do comunismo na Hungria do século XX. O museu relembra as pessoas que foram torturadas e

mortas nesta edificação. Salas de interrogatório, ambiente dedicado aos campos de concentração, labirinto de celas são os locais mais expressivos do local. O mesmo proporciona a oportunidade de manter a história e a memória destes momentos de terror vivos, para que nunca sejam repetidos tais atos, relata o *site* Viagem em Pauta.⁸⁹

Já o **Best Western Hotel Katajanokka** na Finlândia, foi construído em 1837 e funcionou até o ano de 2002, como presídio. Em 2007, após uma reforma, deu origem a um hotel que manteve parte de sua estrutura prisional original. “São 106 quartos confortáveis com boas camas, televisores, ar condicionado e banheiros relativamente espaçosos. O hotel ainda dispõe de dois restaurantes e um pub.”, cita o *site* Pure Viagem⁹⁰

No caso da antiga prisão **Old Melbourne Gaol** na Austrália, esta oferece uma experiência de simulação carcerária de muito sucesso⁹¹. A ideia é que o turista tenha a plena sensação de estar detido no local. A *Watch House Experience* é uma das atrações turísticas mais procuradas de Melbourne. O Portal de Notícias da Rede Globo (G1), através da jornalista Flávia Mantovani, relata com detalhes sua experiência na prisão Old Melbourne Gaol que funcionou entre 1845 e 1994. Os corredores cheios de celas da prisão histórica aberta à visitação, estão repletos de placas informativas sobre como era a rotina da casa de detenção, durante seus mais de cem anos de funcionamento, informa o Portal de Notícias da Rede Globo.⁹²

Mas, para os turistas que quiserem ir além das informações escritas, o estabelecimento da cidade de Melbourne oferece também uma opção extra: a chance de sentir na pele o que significa estar preso. A simulação começa já na entrada no recinto. Sob o comando de um guarda uniformizado, os visitantes são dispostos em fileira e precisam deixar seus pertences no chão. Com cara de poucos amigos e as algemas no seu cinto tilintando enquanto caminha, ele vistoria o grupo, chama a atenção de algumas pessoas, dá ordens a todos. Os “prisioneiros” são colocados então nas celas coletivas, que têm apenas um banco, uma privada, uma pequena janela gradeada e inscrições por todos os lados – essas, feitas por presos reais. A pesada porta é trancada e poucos minutos depois a luz se apaga e todos ficam às escuras. Depois de um tempo, a porta se abre e os turistas são levados para a ala feminina, onde o ator que

⁸⁹*Site* Viagem em Pauta. Disponível em <<http://viagemempauta.com.br/2014/07/20/casa-do-terror-e-viagem-cenografica-pela-historia-recente-da-hungria/>> Acesso em: 02.Out.2017.

⁹⁰*Site* Pure Viagem. Disponível em < http://www.pureviagem.com.br/noticia/veja-10-prisoas-que-viraram-hoteis_a6357/2#2> Acesso em: 28.Sep.2017.

⁹¹Para alguns autores esse tipo de turismo é denominado como “turismo de experiência”. Para mais informações, vide Panosso Netto e Gaeta (2010).

⁹²Portal de Notícias da Globo. Disponível em < <http://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2014/01/turistas-sao-presos-em-celas-de-penitenciaria-historica-na-australia.html>> Acesso em: 02.Ago.2017.

interpreta o guarda conta detalhes sobre a história da prisão e responde às perguntas do público, descreve o Portal de Notícias da Globo.⁹³

Ao final do *tour*, os visitantes podem tirar fotos como se estivessem sendo fichados pela polícia local, com placa e marcação de altura. “A experiência dura pouco, mas pode ser aflitiva para os mais sensíveis. No dia da visita do G1, uma mãe tentava acalmar o filho de cerca de 4 anos que chorava durante o passeio.”, narra a jornalista Flávia Mantovani do Portal de Notícias da Rede Globo.⁹⁴

Na Letônia, a **Karosta Prision-Liepaja** era uma antiga cadeia militar desativada, em que os hóspedes possuem um verdadeiro experimento carcerário.

O hóspede é conduzido pelas dependências da prisão por um guia que explica a história do lugar e recebe uma refeição feita aos moldes da época. O local ainda dispõe de celas originais, com camas desconfortáveis, banheiros compartilhados e nenhum luxo. Para os mais corajosos, a "noite extrema" inclui encenações de antigos hábitos da cadeia, como gritos de guardas durante as rondas aos quartos. É atualmente uma das atrações mais visitadas de Liepaja, expõe o *site* Pure Viagem.⁹⁵

Em Boston nos Estados Unidos, o **The Liberty** é um hotel localizado no antigo presídio Charles Street. “Devido à superlotação, a prisão foi fechada em 1990 e transformada em um dos mais luxuosos hotéis de Massachuset. O The Liberty possui 298 suítes - algumas com vista privilegiada para a cidade de Boston - áreas de lazer e restaurantes internacionais”, relata o *site* Pure Viagem.⁹⁶

A Inglaterra possui como destaque o **Oxford Castle**, um antigo castelo que também funcionou como um presídio e esta função foi desativada em 1996. Atualmente, é um importante atrativo turístico da região. Conforme o *site* do castelo, o *tour* é direcionado por guias “fantasiados” como personagens de época, que contam a rica história de Oxford e do castelo. O local é um verdadeiro complexo que conta com várias atividades: recepções privadas e aluguel do espaço; local para conferências e reuniões de negócios; passeios noturnos e temáticos e um jogo

⁹³Portal de Notícias da Globo. Disponível em < <http://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2014/01/turistas-sao-presos-em-celas-de-penitenciaria-historica-na-australia.html>> Acesso em: 02.Ago.2017.

⁹⁴Portal de Notícias da Globo. Disponível em < <http://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2014/01/turistas-sao-presos-em-celas-de-penitenciaria-historica-na-australia.html>> Acesso em: 02.Ago.2017.

⁹⁵*Site* Pure Viagem. Disponível em <http://www.pureviagem.com.br/noticia/veja-10-prisoos-que-viraram-hoteis_a6357/10#10> Acesso em: 28.Sep.2017.

⁹⁶*Site* Pure Viagem. Disponível em http://www.pureviagem.com.br/noticia/veja-10-prisoos-que-viraram-hoteis_a6357/1#1 Acesso em: 28.Sep.2017.

altamente procurado, para no máximo 15 pessoas. Pistas são fornecidas e o grupo tenta “fugir” do presídio, narra o *site* do *Oxford Castle Unclked*.⁹⁷

Já na Holanda tem-se o **Hotel Het Arresthuis**, que serviu como prisão até o ano de 2007. Em 2013, o hotel foi inaugurado e praticamente todo o espaço remete a prisão. “As 150 celas foram transformadas em 38 espaçosas suítes, incluindo quatro chamadas “O Carcereiro”, “O Advogado”, “O Diretor” e “O Juiz”, informa o *site* Pure Viagem.⁹⁸

Em Ottawa no Canadá, o **Hi-Ottawa Jail Hostel** é um albergue instalado na edificação do antigo presídio do condado de Carleton. Funcionou como cárcere de 1822 a 1972. Manteve a maioria da estrutura edificada da época de cárcere ao ser transformado em *hostel*. Os quartos são amplos e relembram uma cela (individual e coletiva). O *hostel* também oferece um *tour* guiado por suas instalações. “Dentro do edifício há ainda um agitado pub que funciona no lugar onde os presos com sentença de morte eram executados.”, descreve o *site* Pure Viagem⁹⁹.

O **Hotel Långholmen** fica localizado na ilha de mesmo nome, na cidade de Estocolmo na Suécia. “O lugar era um considerado um dos maiores presídios da Suécia até 1975, mas foi desativado juntamente com outras três cadeias por falta de presidiários para ocupá-las.”, cita o *site* Pure Viagem.¹⁰⁰ No local existe um “museu-prisão” aberto ao público com *tour* guiado nos finais de semana. O hotel possui lojas, bares e luxuosas suítes (as antigas celas do presídio), expõe o *site* Pure Viagem.¹⁰¹

Após realizar esse levantamento sobre os usos de alguns antigos cárceres desativados nos mais diversos países, que possuem sua utilização voltada para o turismo, foi efetuada uma pesquisa em 28 de setembro de 2017 no *site* de viagens TripAdvisor¹⁰², com intuito de perceber o nível de satisfação dos turistas com os locais supracitados.

Através dos dados obtidos por meio do *site* informado, observou-se que todos os estabelecimentos possuíam um excelente percentual de contentamento por parte

⁹⁷*Site* do *Oxford Castle Unlocked*. Disponível em <<https://www.oxfordcastleunlocked.co.uk/>> Acesso em: 28.Sep.2017.

⁹⁸*Site* Pure Viagem. Disponível em <http://www.pureviagem.com.br/noticia/veja-10-prisoas-que-viraram-hoteis_a6357/3#3> Acesso em: 28.Sep.2017.

⁹⁹*Site* Pure Viagem. Disponível em <http://www.pureviagem.com.br/noticia/veja-10-prisoas-que-viraram-hoteis_a6357/5#5> Acesso em: 28.Sep.2017.

¹⁰⁰*Site* Pure Viagem. Disponível em <http://www.pureviagem.com.br/noticia/veja-10-prisoas-que-viraram-hoteis_a6357/6#6> Acesso em: 28.Sep.2017.

¹⁰¹*Site* Pure Viagem. Disponível em <http://www.pureviagem.com.br/noticia/veja-10-prisoas-que-viraram-hoteis_a6357/6#6> Acesso em: 28.Sep.2017.

¹⁰²*Site* TripAdvisor Brasil. Disponível em <<https://www.tripadvisor.com.br/>> Acesso em: 28.Sep.2017.

dos clientes. O destaque de maior satisfação foi o **Best Western Hotel Katajanokka** na Finlândia com aprovação de 94,0% dos hóspedes, classificando como excelente ou muito boa a estadia, do total de 1.759 avaliações, expõe o *site* TripAdvisor.¹⁰³ Já o **HI-Ottawa Jail Hostel** obteve a menor aprovação, mas ainda assim mais da metade dos turistas, ou seja, 59,0% aprovaram a experiência do quantitativo de 498 avaliações, relata o *site* TripAdvisor.¹⁰⁴

Neste sentido, algumas das múltiplas facetas do uso de antigos cárceres foram apresentadas e compreendeu-se através das informações analisadas que esta pratica é bem aceita por quem já utilizou.

Portanto, é importante enfatizar a relevância deste breve diagnóstico, na medida em que se propõe um olhar diferenciado aos cárceres reutilizados, onde a aquisição destas informações foi primordial na constituição de uma reflexão. É fundamental lembrar que a prática do turismo vai além da estrutura física, ou seja, apenas estar na ambientação não constitui a rememoração do passado. A vivência é única e pessoal, diz respeito ao sentimento que a ambientação provoca em cada um. Deixando de lado o cotidiano, agregando valores e ampliando as experiências expressivas.

¹⁰³Site TripAdvisor Brasil. Disponível em https://www.tripadvisor.com.br/Hotel_Review-g189934-d652575-Reviews-Hotel_Katajanokka-Helsinki_Uusimaa.html Acesso em: 28.Sep.2017.

¹⁰⁴Site TripAdvisor Brasil. Disponível em https://www.tripadvisor.com.br/Hotel_Review-s1-g155004-d253895-Reviews-HI_Ottawa_Jail_Hostel-Ottawa_Ontario.html Acesso em: 28.Sep.2017.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como em todo estudo de campo existem surpresas, insatisfações, comprovações, confrontos, exaustão, limitações e com este, não poderia ser diferente. Ao definir a problemática a ser explorada e após selecionados os antigos cárceres que fariam parte integrante do presente estudo, que para tal foi levado em consideração os fundamentos que tinham em comum, como o da relevância histórica, artística, arquitetônica, social, memorial, dentre outras significâncias, tornou-se evidente que existiram diferenciações nos seus preceitos, contudo, na prática os problemas foram semelhantes, sem levar em conta a realidade de seus usos.

Portanto, considero de suma importância esta etapa do trabalho, pois, a partir de então, tecerei comentários de forma analítica sobre uma experiência de campo que perdurou alguns meses, distribuídos entre os três antigos cárceres situados nos estados de Pernambuco e Goiás, como já referido em outras ocasiões. Vale registrar, que todas as fases antecedentes obtiveram o mesmo grau de seriedade, pois sem elas não existiria o saber, o conhecimento adquirido pelas leituras de uma bibliografia adequada e outros materiais afins, bem como, por meio dos dados obtidos em decorrência de uma prática. Igualmente, estarão inclusas algumas sugestões, com vistas à minimizar efeitos danosos ocorridos na ressimbolização destes bens, considerando enfoques socioculturais, organizacionais e sobre sua memória e identificação.

Estando numa fase conclusiva, me reporto aos objetivos traçados na introdução desta dissertação, para que se possa fazer uma análise precisa sobre os dados colhidos a partir das informações do campo e de conformidade com a problemática existente. Dos cinco objetivos específicos, três foram pertinentes as questões teóricas, que implicaram em pesquisas bibliográficas e outras fontes, sendo os mesmos atingidos em sua totalidade, mediante exposto no corpo do trabalho. Os demais, que têm implicações diretas com os resultados da pesquisa de campo, serão tratados logo a seguir.

Primeiramente, lembro que todos os bens investigados, nas suas ressimbolizações voltavam-se para a “cultura”, tendo como “carro-chefe” o turismo, aquele que mais traria rentabilidade, sendo que, um deles era centro cultural e os outros dois museus.

A frente deles estavam órgãos governamentais, entre os quais dois estaduais e um municipal, que mantinham todo o controle de suas administrações, abrangendo manutenção, pessoal e centralização de todo o poder decisório. De fato, os três antigos cárceres eram de propriedade do poder público e como tal, deram o destino a cada um deles de acordo com os seus interesses. Vejam, que os mesmos eram localizados em três cidades diferentes, e em duas regiões do Brasil, entre elas o Nordeste e o Centro-Oeste e a realidade foi a mesma. Mudou-se apenas ínfimas considerações, porque na essência, na questão estrutural, não existiu diferença, como pode-se verificar a seguir:

A antiga Casa de Detenção do Recife, foi fechada exclusivamente com o intuito de retirar os presos do centro da cidade pelo seu crescimento urbano, não comportando mais na época, este serviço público no local. Foram removidos os detentos e como já havia a idéia de transformá-lo em centro cultural, foi feito um projeto para sua implementação em dois anos; não acontecendo o mesmo com a Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis, que consistia num espaço ocioso e a concepção do museu fora idealizada para que ao longo de todo o ano os turistas pudessem conhecer a festa do Divino Espírito Santo, a mais popular e realizada anualmente na cidade; do mesmo modo, o Aljube, passou a ser a Cadeia Pública de Olinda e posteriormente o Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco, que também efetivou-se para ocupação do patrimônio em desuso, quando houve a doação de parte do acervo do embaixador Assis Chateaubriand ao Estado de Pernambuco.

Em função das falas da totalidade dos gestores, os espaços foram utilizados como uma maneira de ocupação do bem. Porquanto, com exceção do gestor da Casa da Cultura de Pernambuco, a posição do restante foi a de que, se as edificações patrimonializadas não recebessem novos usos, tenderiam a se transformarem em ruínas e provavelmente chegariam a serem destruídas. Se deduz que, a emissão de medidas institucionais para utilização de espaços patrimonializados inativos, eram empregadas para evitar a sua futura destruição e que o público frequentador desses ambientes, majoritariamente eram turistas. Responsáveis deste modo, por manter de forma sistemática o fluxo de visitação e assim garantir sua sobrevivência estrutural.

O centro cultural notoriamente despontou como receptor de um número superior de público comparado aos museus, devido a sua localiza o ser no centro

de uma grande metrópole, por possuir uma imponente estrutura arquitetônica e por comercializar artigos de interesse da aludida clientela, que consistia no artesanato local. Embora, tenha-se comprovado que boa parte dos boxes comercializavam produtos de outros estados do Brasil. Já os museus, que embora apresentassem acervos de inestimável valor artístico e cultural, ficavam em duas cidades consideradas como de porte populacional médio e pequeno como é o caso de Olinda e Pirenópolis respectivamente, cujas pessoas ou grupos que os procuravam eram seletos nas suas preferências. As riquezas culturais deles advindas, tornaram-se incalculáveis, quer seja por meio da exposição de artes contemporâneas ou a exemplo de simples peças que representavam a fé, a memória e a identificação do povo pirenopolino, praticados anualmente por meio de um evento popular religioso, comemorado a cerca de duzentos anos na cidade.

A medida em que se reproduz o papel que deveria ser desempenhado por esses bens após suas novas significações e coloca-os frente a uma realidade confirmada pela prática, chega-se a vislumbrar lacunas quanto a sua utilização. Um centro cultural que tinha a missão de comercialização de artesanato e o desenvolvimento de atividades ligadas a música, literatura, gastronomia regional, teatro e manifestações culturais e na realidade limitavam-se quase que exclusivamente a venda de peças artesanais; ao passo que, as demais não foram vistas durante a pesquisa de campo, através da qual, presume-se não serem rotineiras, mas sim de caráter assistemático. Por ter sido criado para uso da população local "inclusive com a finalidade de divulgar a cultura pernambucana para toda a sociedade" conforme seu resumo histórico no anexo A, mantinha um público que em sua maioria era de visitação turística.

Em contraposição, foi citado pelo seu administrador que o equipamento cultural era considerado como de grande importância não só para a cidade do Recife como para todo o Estado, em razão de favorecer uma ligação entre os municípios pernambucanos por intermédio da oferta do artesanato. Porém, no dia a dia, observou-se que Casa da Cultura de Pernambuco não fazia parte da rotina de lazer e uso do recifense. Como a pesquisa abrangeu também os finais de semana, verificou-se que, os presentes no espaço não tinham como motivo a diversão/lazer em seu tempo de ócio. Marcavam presença por estarem acompanhando alguém da família ou amigo "turista", para que estes, fizessem compras. Portanto, no que se

constatou, não existia por parte deles nenhum vínculo, tampouco identificação com o local.

Incisivamente faço registrar, que com base nas observações realizadas e depoimentos dos entrevistados, ficou evidenciado que tratava-se apenas de um centro de venda de artesanato, freqüentado por turistas e que na realidade não funcionava como um equipamento cultural; visto que, não havia a propagação da cultura pernambucana como enfatizava seu registro documental. Apresentações folclóricas sazonais, precária divulgação de sua história e até o artesanato local estava dividindo espaço com outros provenientes de diversos lugares do Brasil.

Aproveitando o ensejo, faz-se oportuno atentar para inclusão dos museus na presente discussão, devido apresentarem similaridade nos enfoques concernentes aos visitantes, a falta de envolvimento da população e a destinação do bem, que por serem subordinados a órgãos públicos, suas utilizações foram determinadas por diferentes pretextos, porém, atreladas as determinações dos mantenedores. Em relação ao Museu do Divino Espírito Santo, despontou logo a princípio como um objeto de estudo peculiar. Ao contrário do Recife, Pirenópolis era uma cidade interiorana que conservava seus aspectos mais tradicionais e que possuía no turismo a fonte de renda principal de toda cidade, devido as suas belezas naturais, históricas e o comércio de objetos em prata.

A Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis era percebida como um imóvel utilizado pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude e como museu. Não existia na cidade uma preocupação com o local em respeito a sua história por parte dos moradores. Pirenópolis foi patrimonializada como Conjunto Urbano, ou seja, todo o núcleo da cidade fora tombado como conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico, incluso a Casa de Câmara e Cadeia. Pelo descrito, a cidade respirava patrimônio. Não eram bens isolados geograficamente como no Recife. Os moradores compreendiam a Casa de Câmara e Cadeia tal e qual o restante dos bens constituintes do centro histórico. Por esta questão, identificou-se um certo ofuscamento da edificação pela população. Quem morava no local não enxergava o espaço com deslumbre como os turistas, que o classificaram como sendo muito bom, citando apenas algumas ressalvas de melhoria na sua expografia.

Existiu um episódio que de início identifiquei como sendo específico do lugar, que se referiu a insatisfação demonstrada pela maioria dos comerciantes e

moradores com o poder político da cidade, que mostravam-se indignados com a ausência de uma infraestrutura carcerária. Motivo pelo qual, causou o desinteresse pela construção patrimonializada e transformada em museu, em outras palavras, por ter sido o mesmo alojado na antiga Casa de Câmara e Cadeia, local de aprisionamento. No entanto, mediante um olhar mais aguçado sobre os dados, foi possível admitir que por trás desses dois espaços históricos existiam duas comunidades desinformadas e desengajadas de um processo vital em problemas desta natureza, que é a ausência de um trabalho de conscientização e de envolvimento da população.

Em atenção ao equipamento cultural localizado em Olinda, segunda cidade brasileira a ser declarada Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 1982, equiparou-se ao de Pirenópolis, haja visto que seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico foi tombado pelo IPHAN, em 1968. O que me fez pensar nestas duas cidades quanto aos seus tombamentos. Observou-se que nos dois municípios foram patrimonializados todo o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico e que não havia como realçá-los diante das pessoas que ali residiam ou a visitavam, porque se misturavam com as outras edificações construídas na mesma época. Só que, no Aljube de Olinda, além disto, adquiriu o tombamento individual, diferindo-se do Museu do Divino Espírito Santo, que se bem trabalhado na divulgação do seu valor histórico, teria um honroso reconhecimento. Em relação a Recife, havia um maior realce do patrimônio, porque ele não compunha nenhum conjunto de imóveis históricos, mas sim, mantinha-se isolado geograficamente de outros existentes.

A memória e a preservação se justapõem a partir da transmissão e de sua permanente atualização. Sem transmissão, à memória social não se constitui. Preservar é antes de tudo prever o perigo da destruição. Valorizar, enaltecer e inserir os bens dentro do contexto social se torna essencial para sua perpetuação (CHAGAS, 2009, p.160).

O Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco (MAC), assim como a Casa da Cultura de Pernambuco compunham com outros espaços, a rede de equipamentos culturais da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), tais como: Museu de Arte Sacra de Pernambuco (MASPE), Museu Regional de Olinda (MUREO), Cinema São Luiz, Museu do Estado de Pernambuco (MEPE), Museu do Barro de Caruaru (MUBAC) e a Galeria do

Centro de Artesanato de Pernambuco. Os pernambucanos que visitavam o museu eram poucos e o público presente em quase sua totalidade eram turistas, como expôs a sua diretora; ou seja, assim como em todos os objetos da pesquisa, mais uma vez essas antigas construções não faziam parte da rotina de visitação e lazer dos seus moradores, uma vez que, enquanto não houver a adoção de medidas que façam com que esses bens patrimoniais sejam parte integrante da sociedade, tenderão ao aniquilamento.

Os conflitos existentes serão alvo de notoriedade na narração das próximas linhas, porque continuarão no escopo das discussões os dois objetos de estudo anteriormente referidos pelas identificações, mantendo-se afastado unicamente o Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco, cujos moradores, não houve condições para atuarem como atores nas conversas e entrevistas informais devido o fechamento temporário do museu para restauro, aparecendo portanto, em hora propícia.

Na Casa da Cultura de Pernambuco constatamos adversidades internas relativas aos lojistas/comerciantes das mercadorias artesanais e o clima era de total insatisfação com a falta de atenção com suas reivindicações pelo órgão que a mantinha e as reuniões quase que não existiam. O que resultava no acúmulo das dificuldades existentes e com pendências nas resoluções. O ambiente era de tensão e desconfiança.

Uma outra questão verificada e extremamente preocupante, foi a interferência de interesses particulares e exclusivamente econ mico, que repercutiu negativamente e ficou passível de prejuízos para o desempenho funcional da casa. Segundo um guia de turismo entrevistado, houve um desentendimento entre os lojistas e os profissionais de turismo que atuavam no atrativo, por conta da ausência do pagamento do comissão sobre o valor total das compras efetuadas pelos turistas. Com isso, o acordo foi “quebrado” e os mesmos realizaram uma nova parceria com os lojistas de Olinda, impactando de forma direta no fluxo de turistas na Casa da Cultura de Pernambuco.

Os guias diminuíram o tempo de permanência dos visitantes, com o intuito do tempo não ser suficiente para as compras, ou em outras ocasiões nem passavam por l , indo direto para a cidade vizinha de Olinda. A venda de artesanato para turistas significava tanto para a casa, como para todos que ali conviviam, um meio de sobrevivência, já que o recifense não demonstrou ter costume em utilizar o local

como equipamento de lazer, nem ter vínculo memorial. Logo, presume-se que caso o impasse permaneça, a tendência será a perda cada vez maior desta modalidade de público e até mesmo o comprometimento de sua funcionalidade como “*shopping* de artesanato”.

Por parte do museu em Pirenópolis existiam igualmente insatisfações e contestações, as quais, externas ao seu espaço físico. Havendo portanto, uma diferenciação significativa e digna de comentários com os tipos de conflitos existentes no centro cultural de Recife, onde as pressões procediam internamente como um “barril de pólvora”.

Bem interessante a controvérsia no interior goiano. No decorrer das entrevistas e conversas informais com os comerciantes, quando o Museu do Divino Espírito Santo era mencionado, em sua maioria falavam que a cidade precisava era de uma penitenciária. Em vista disto, a população reivindicava uma prisão; mas, quando o governo iniciou a obra para execução do projeto tão “almejado”, os moradores interferiram devido a sua proximidade com a cidade e então, paralisaram a obra e o impasse continuava. Ninguém queria um presídio perto da residência, porém, esperavam com afincos, que ele fosse construído.

No transcorrer da prática, mais uma informação veio a tona sobre o desconforto dos autóctones com relação ao objeto estudado. Quando da sua ressimbolização, nada mais existiu da época originária como Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis, fora a parte exterior de sua estrutura arquitetônica e a expografia do museu que voltou-se totalmente para a festa do Divino Espírito Santo. O povo da cidade tinha uma característica marcante centrada na religiosidade e tal acontecimento ocasionou na intolerância de parte dessas pessoas, pela exposição de materiais representativos de uma festa religiosa em uma antiga cadeia. Além do mais, no ambiente alojava-se do mesmo modo à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude, ficando por conseguinte, a área dividida.

Notadamente ficou evidenciado que em cidades do interior, quão explicitado na conjuntura acima, independente das determinações do poder político, o povo se mobiliza e tenta mudar a situação em benefício dos comunitários. Por serem cidades menores a proximidade e integração é maior, fazendo com que haja a formação de grupos que representem as idéias e decisões das pessoas pertencentes ao município. Como pode-se presenciar, conseguiram fazer com que fosse dado início a construção de uma prisão e quando verificaram que o local não era adequado a

seus interesses interceptaram. Daí, através das observações adquiridas no campo, pôde-se ter uma visão mais realista do porque da ausência de moradores e pouco fluxo turístico no museu.

Em meio aos acontecimentos resultantes da prática, surgiu uma grata surpresa diante da chegada de uma visita escolar, por intermédio da qual, me reporto ao relato do Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude de Pirenópolis, que quando da entrevista, relatou que o governo sempre fomentou atividades culturais junto ao público escolar. Destacando-se assim, como a única cidade dos bens pesquisados que demonstrou uma certa preocupação com a educação patrimonial. Na ocasião, refiro-me a visão entusiasta do secretário, no que concerne à preservação do patrimônio e ao segmento cultural da cidade.

De posse deste mesmo raciocínio, retorna-se ao centro cultural do Recife, quanto a falta de comparecimento e envolvimento da população local nas atividades oferecidas por essa unidade representativa da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. Por se encontrar numa grande metrópole, com problemas sérios e semelhantes ao de outras no país, a atenção para com a cultura, na realidade não acontecia como deveria. Não importava a participação da população, desde que, a clientela predominante advinda do turismo, que concordava com o uso do local e do restante estava tudo "muito bom". Mantinham o prédio ocupado e as determinações vinham de um órgão governamental, implicando na ausência de mobilização, incentivo e conscientização dos habitantes, sobre o seu papel diante de um bem patrimonializado.

Dedicarei a seguir, um cuidado exclusivo em respeito aos três antigos cárceres, enquanto parte integrante de um processo memorial e de identificação coletiva, decorrentes das implicações sucedidas de suas transformações em equipamentos culturais e turísticos.

As questões imateriais e de memória não estavam sendo consideradas como prioritárias pelas autoridades competentes. No Brasil, o hábito de se manter algo não importa, tal como, inexistem políticas públicas adequadas e efetivas para este fim.

É lastimável que a herança cultural esteja sendo decepada e os gritos daqueles que passaram pelos horrores do cárcere estejam silenciados. Foram escolhidas para este estudo prisões de alta representatividade histórica no país, com proeminência para o Aljube da Diocese de Olinda e Recife, que ao longo da época

da inquisição, foi a única no Brasil. Delas, somente a Casa de Detenção do Recife estava sendo lembrada por uma cela dita como “original”, sem utilização de nenhuma estratégia para visitação do público, como também, não haviam outras iniciativas que alcançassem o campo memorável. No terceiro caso, restou exclusivamente suas paredes externas.

Será que estavam esquecidos: Esses velhos cárceres que serviram de palcos para geração de tensões e conflitos? A historicidade desses bens, onde viveram pessoas das(os) mais diversificadas(os) origens, classes sociais, graus de conduta anti-social que os levaram a cometerem os mais variados tipos de crimes?

Sobre os seus passados, todos possuíam em comum o descaso com a sua historicidade e cujas missões vinham sendo ocultadas, repercutindo inegavelmente na questão memorial, pela ausência de um trabalho efetivo de conscientização e fortalecimento do sentimento de identificação da sociedade com os citados bens patrimoniais.

Ao assentar a lupa sobre o tecido resultante da costura entre memória e poder, o pesquisador coloca-se em condições de compreender a teia de forças que lhe confere sentido. Memória e poder exigem-se. Onde há poder, há resistência, há memória e há esquecimento. O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento da sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir, incluir fragmentos no campo do memorável. A ação política, por seu turno, invoca, com frequência, o curso da memória, seja para afirmar o novo, cuja eclosão dela depende, seja para ancorar o passado, em marcos fundadores especialmente selecionados, a experiência que se desenrola no presente (CHAGAS, 2009, p.136).

Nada mais adequado para as reflexões em andamento que a citação de Chagas (2009). “[...] Onde há poder há resistência, há memória e há esquecimento [...]” (CHAGAS, 2009, p.136). A clareza de suas palavras por si só já satisfaz, contudo, a aplicação delas na execução, fizeram com que se tornassem mais nítidas a concepção do poder sobre os destinos da memória. No caso em discussão, as edificações estavam sob o controle e guarda do poder governamental, isto é, dos órgãos executores das políticas culturais dos estados de Pernambuco e Goiás.

Dito isto e estando estes patrimônios entregues as decisões suscetíveis a atos políticos, conseqüentemente tornou-se evidente que os processos memoriais e de identidade coletiva, engajadas na ressimbolização desses remotos espaços, penderam para o esquecimento.

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram ou dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história não são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1996, p. 422).

Lidar com o patrimônio é encarar a responsabilidade diante da precariedade e dificuldade que é manter o mesmo em estado digno. Mais uma vez insisto em mostrar o componente que mais contribuiu para a situação caótica que presenciamos na realidade, sobre a questão da memória e identificação dos moradores com relação aos três patrimônios estudados, que derivou em plena desinformação dos mesmos em alusão as suas funções primárias. E, deste jeito, o esquecimento se constituiu como fato real, enquanto bens ressignificados.

De que vale tão rica diversidade cultural, se não as (re)conhecemos e não somos aliados no processo de (re)construção e pertencimento? Uma sociedade que não reconhece seu passado está fadada a inevitavelmente perder sua identificação. O envolvimento da população no processo de proteção ao patrimônio é fundamental para que seja constituída uma sociedade consciente e ativa no desenvolvimento de sua cidadania.

Dias (2006), resume como os gestores dos referidos campos investigados deveriam agir, de forma a atenderem as suas necessidades, com vistas ao alcance dos resultados desejados. Quais sejam: uma atuação mais eficaz e condizente com suas missões como equipamentos culturais e que sejam preservadas suas histórias como garantia de perpetuação.

O turismo cultural apresenta um duplo aspecto: pode se tratar de uma direção para o alcance de fundos necessários à conservação da herança cultural de um povo e como um meio para proporcionar desenvolvimento local, regional e até mesmo nacional. Porém é fundamental refletir sobre os papéis que os espaços destinados à salvaguarda da história podem ter dentro da sociedade (DIAS, 2006, p. 79).

Deste modo, o autor reflete que é possível haver por meio do turismo cultural uma provocação para à auto sustentabilidade do patrimônio, com a geração de renda proporcionada por esta atividade, para que o bem seja protegido com os fundos econômicos arrecadados, a exemplo do pagamento de uma taxa de ingresso. Por outro lado, ressalva o importante encargo que estes possuem para a sociedade e que medidas de conscientização precisam ser propagadas, com

atuação direta nas futuras gerações, quanto à relevância de sua história. No ensejo, faço referência aos casos existentes em outros países, que despontam como novas perspectivas de reutilização de espaços carcerários por meio do turismo.

Por certo, a preservação é uma das formas de manter viva a memória. Os resultados iniciais apontam que grande parte dos antigos cárceres tombados, sobrevivem pela sustentabilidade turística, garantindo sua manutenção; porém, no âmbito mais econômico do que memorial.

Resta convir, que enquanto perdurar a ineficiência das instituições governamentais responsáveis pela patrimonialização e delegação dos usos dessas construções históricas quanto ao cumprimento de suas reais atribuições e mobilização da comunidade, continuarão as mesmas ainda em processo de ressimbolização. Com isto, se quer dizer que este procedimento deverá ser constante, pois a qualquer momento pode haver mudança devido a ressimbolização e requerer uma releitura do passado, que no presente pode trazer novas ressignificações.

Não haverá nenhum patrimônio ressimbolizado, sem que haja uma clara definição no cumprimento dos seus preceitos e que neles estejam incluídos o trabalho com os moradores a exemplo da educação patrimonial. Existe a necessidade de haver mudanças para que a prática seja compatível com a proposta de atuação desses bens.

Perante o exposto, torna-se inaceitável a situação de importantes locais que outrora serviram para enclausurarem pessoas do convívio social e que deixaram marcos históricos e culturais, hoje se encontrem ignorados e mal preservados.

Ao longo do texto referenciamos a evolução dos dados coletados no campo num contexto analítico, os quais forneceram subsídios para que fosse possível elencar a título de sugestão, algumas medidas compatibilizadas com a problemática existente nos três patrimônios estudados, do modo a seguir:

A educação patrimonial destaca-se como de notoriedade ímpar, por intermédio da qual, o processo de ensino e aprendizagem possa ser dinamizado e ampliado, incluindo o ambiente escolar e toda sociedade, em direção a uma consciência crítica e de responsabilidade com o patrimônio. "A educação patrimonial é um instrumento de "alfabetização cultural" que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e

da trajetória histórico-temporal em que está inserido." (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4).

Assim sendo, pode-se implantar um projeto direcionado a educação patrimonial, que tenha como intuito atuar através de um conjunto de ações planejadas e executadas por uma equipe multidisciplinar, firmando parcerias com órgãos governamentais que possam dar apoio as ações a serem desenvolvidas, como as Secretarias de Educação e Cultura, dentre outras e igualmente com a iniciativa privada.

Quanto as atividades, pode-se implementar : Visitas guiadas por mediadores nestes espaços, de acordo com a faixa etária e o objetivo do visitante; Observação e registro do espaço; Identificação da história da edificação e das manifestações culturais locais; Elaboração de material gráfico incluindo *folders* e cartilhas, com vistas a esclarecer de forma objetiva a necessidade da proteção patrimonial, a partir do seu conhecimento desde a construção, até o uso atual. O material poderá ser distribuído de forma gratuita e elaborado de acordo com o público alvo, ou seja, escolares de ensino fundamental e médio de escolas públicas e particulares, visitantes individuais e grupos organizados; Desenvolvimento de ações que reforcem as políticas culturais direcionadas para a preservação, valorização e propagação desses patrimônios culturais; Sensibilização quanto a importância da implementação e ampliação do projeto, com palestras e treinamentos para professores da rede pública e privada, bem como, para a inserção da educação patrimonial no currículo escolar. Daí, os professores de qualquer disciplina poderão utilizar as visitas aos bens para trabalhos escolares de âmbito multidisciplinar, auxiliando na fixação dos conteúdos.

Destarte, com a implementação deste projeto, será possível incrementar um trabalho educacional de forma ordenada e contínua, como estratégia de ação para o envolvimento da comunidade nas questões culturais, especificamente no "Patrimônio Cultural". Paulatinamente passarão a se consolidar pelos conhecimentos adquiridos e a se fortalecer quanto ao sentimento de pertença, com condições de fazerem uma leitura do legado cultural existente ao seu redor e a partir disto, possam servir como guardião deste bem, desfrutando do seu uso de forma consciente.

Por ser a Casa da Cultura de Pernambuco possuidora de um modelo de gestão, na qual foi identificado desvio por parte de sua mantenedora na função a

que se destinou quando da utilização deste espaço como um equipamento cultural, constatou-se nitidamente que o referido órgão na prática não operacionalizava sistematicamente ações que garantissem o seu uso como tal. Por conseguinte, torna-se imprescindível uma avaliação quanto a sua finalidade aliada a prática habitual, para que sejam tomadas as providências oportunas quanto a sua adequação ao que lhe foi designado, para que o mesmo, seja reformulado nas suas ações, proporcionando outrossim, o uso consciente pela sociedade, respeitando sua memória e desenvolvendo possibilidades para um melhor aproveitamento do bem e conseqüentemente uma maior inserção no contexto social dos pernambucanos e turistas.

A seguir, serão apontadas algumas idéias que adequadas as necessidades, poderão minimizar os danos no que diz respeito a sua finalidade e as questões memoriais e de identificação coletiva, advindos do seu processo de ressimbolização.

Neste modo, segue a concepção do **Projeto “Espaço Cultural Casa de Todos”**. Para sua implantação, torna-se preciso estabelecer parcerias com a iniciativa privada e outros de conformidade com as exigências durante o exercício de suas atividades, podendo ser composto por três tipos de implementos, a seguir dispostos:

- **Centro de Manifestações Folclóricas de Pernambuco:** Oficinas e apresentações das manifestações culturais de Pernambuco, digo, frevo, coco, ciranda, maracatu, caboclinho, etc. em frequência diária, incluso nos finais de semana e feriados e com três horários fixos para exhibições. Podendo os horários serem alterados, mediante variação na demanda. Por ser o artesanato pernambucano muito diversificado e forte na tradição, a comercialização deverá ser feita unicamente com a produção dos artesãos do Estado. Dessa forma, aqui confeccionados, se utilizará uma etiqueta de identificação do artesão, cidade de origem e material contido no artefato. Com isso, valoriza-se o artista, a cidade e a economia local.
- **Exposições artísticas temporais:** A sala de exposições temporais servirá para abrigar mostras que tenham como referência à cultura pernambucana, sejam estas, pinturas, esculturas, documentos, fotografias, entre outros. Espaço apropriado para fins de lazer e estudo. Horários e agendamento de visitas para estabelecimentos de ensino, públicos e privados, visitas individuais, bem como

para grupos turísticos, de acordo com a disponibilidade do local e o calendário de atividades.

- **Museu do Cárcere:** Consistirá em uma das principais iniciativas do Projeto "Espaço Cultural Casa de todos." Acomodado nas antigas e históricas celas, o Museu do Cárcere proporcionará aos visitantes o relato histórico e de funcionamento do local enquanto Casa de Detenção do Recife, até o seu fechamento e a implementação da Casa da Cultura de Pernambuco. Será o lugar onde os recifenses e os turistas possam ter acesso ao processo de construção, estrutura arquitetônica, principais detentos, a rotina do cárcere, dentre outros aspectos a explorar. Tudo demonstrado pela expografia, com fotografias de época, material áudio visual, exposição permanente dos processos jurídicos dos apenados que atualmente estão arquivados no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP).

A implantação de um museu desta envergadura será de estimável valor para à preservação da memória carcerária, comprovadamente ocultada por época da atuação investigativa. Tal procedimento favorecerá a interlocução entre as pessoas, que poderão discutir sobre um assunto digno de tantas controvérsias; como também, aproximar aquelas que apresentarem apatia ou não demonstrarem interatividade com o local, mediante o conhecimento de sua historiografia. Desta maneira, todos os registros de uma determinada época são importantes na luta para manter viva a memória de uma localidade e o patrimônio exerce um papel essencial na construção e (re)construção desta identificação.

Dando prosseguimento a outras iniciativas que poderão advir para melhoria do que foi constatado na investigação, inclui-se uma proposta de maior abrangência, sendo que nela, estão incluídos o Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco e Casa da Cultura de Pernambuco.

Por meio de pesquisas anteriores, percebeu-se que o Estado era possuidor de um grande potencial de edificações carcerárias ressimbolizadas e em sua maior parte desconhecidas. Foi aí que surgiu a idéia e lançou como indicação um Projeto, que o denomino "**Circuito dos Cárceres**", que servirá para favorecer a utilização consciente; a divulgação do destino destes espaços; suas histórias como antigas: cadeia pública, casa de câmara e cadeia, aljube e casa de detenção; a arquitetura de suas construções; além de favorecer o engajamento e a integração inicial de quatro municípios localizados na região metropolitana do Recife a considerar:

Jaboatão, Igarassu, Olinda e Recife, com perspectiva de expansão, caso haja aceitação.

Na prática, o Projeto “Circuito dos Cárceres” poderá ter a duração de um dia e ser desenvolvido durante todo o ano. Um dado fundamental para sua efetuação é a utilização de guias/monitores profissionais que tenham pleno conhecimento dos aspectos históricos e dados específicos de cada local a ser visitado (do cárcere, ao processo de ressimbolização e uso atual).

Primeiras antigas cadeias escolhidas para fazerem parte do circuito:

- **Cadeia Pública de Jaboatão dos Guararapes/PE:** A cadeia pública foi inaugurada em 1923, pelo governador Sérgio Loreto. Até recentemente, funcionou também como delegacia. O prédio foi abandonado e o então governador do Estado Mendonça Filho, no ano de 2006 cedeu-o ao Instituto Histórico de Jaboatão, que foi inaugurado no dia 12 de maio de 2007. “O Instituto Histórico de Jaboatão conta com auditório, galeria de arte, memorial, espaço de arte e sala para pesquisas, estando aberto ao público e recebem doações de peças e obras que sejam inerentes a história de nossa terra.”, cita o *site* Portal da Cultura de Jaboatão dos Guararapes.¹⁰⁵
- **Casa de Câmara e Cadeia do Recife/PE:** “Em 1824, com a mudança da Câmara Municipal para um prédio nas proximidades da atual Praça Dezessete, o edifício passou a ser inteiramente ocupado pela Cadeia, função que abrigou até 1855, quando seus presos foram transferidos para a Casa de Detenção.”, aponta pesquisa divulgada no *site* da FUNDARPE.¹⁰⁶ Atualmente no local funciona o Arquivo Público Estadual.
- **Casa de Detenção do Recife/PE:** Foi inaugurada no dia 25 de abril de 1855 e funcionou como detenção até o ano de 1973. Com seu fechamento foi aberta em 14 de abril de 1976, a Casa da Cultura de Pernambuco e as antigas celas foram transformadas em cento e dez lojas de artesanato, retrata o *site* da FUNDARPE.¹⁰⁷

¹⁰⁵Site Portal da Cultura de Jaboatão dos Guararapes. Disponível em <<http://cultura.jaboatao.pe.gov.br/predio-da-antiga-cadeia-publica-mudar-foto/>> Acesso em: 15.Out.2017.

¹⁰⁶Site Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. Disponível em <<http://www.cultura.pe.gov.br/canal/fundarpe/conselho-de-preservacao-do-patrimonio-tomba-a-antiga-casa-de-camara-e-cadeia-do-recife/>> Acesso em: 15.Out.2017.

¹⁰⁷Site Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. Disponível em <<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/espacosculturais/casa-da-cultura/>> Acesso em: 15.Out.2017.

- **Aljube de Olinda/PE:** A edificação foi projetada em 1722. A casa do Aljube “após o fim da inquisição até o ano de 1950, passou a ser a Cadeia Pública de Olinda. Atualmente, o prédio da antiga cadeia abriga o Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco.”, relata o *site* do Museu ¹⁰⁸.
- **Casa de Câmara e Cadeia de Olinda/PE:** “Inaugurado no dia 11 de abril de 1977, o Museu de Arte Sacra de Pernambuco (MASPE) está instalado numa das primeiras edificações da Vila de Olinda, a antiga Casa da Câmara, fundada por Duarte Coelho em 1537.”, descreve o *site* da FUNDARPE¹⁰⁹
- **Casa de Câmara e Cadeia de Pernambuco – Igarassu/PE:** É a primeira Casa de Câmara e Cadeia de Pernambuco. “O pesquisador Jorge Paes Barreto faz referência à existência da Casa de Câmara e Cadeia desta cidade, na segunda metade do Século 16, datado de 1564, no Outeiro dos Santos Cosme e Damião, próxima à homônima Igreja Matriz.”, Cita o *site* do IPHAN¹¹⁰. Desde 15 de Agosto de 2015 passou a ser a Casa do Patrimônio de Igarassu.

Sendo assim, finalizamos esta dissertação com a certeza de dever cumprido quanto à investigação de um tema com que muito me identifico e consciente de que tudo foi feito para que se possa, por intermédio dos resultados aqui obtidos e as sugestões de estratégias propostas, abrir caminhos para realização de novas pesquisas, inclusive de maior amplitude, pelo fato de ser um assunto que envolve várias disciplinas, tornando-a multidisciplinar, possibilitando portanto, o seu desdobramento e mudanças no paradigma atual.

¹⁰⁸*Site* do Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco. Disponível em <<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/espacosculturais/museu-de-arte-contemporanea-mac/>> Acesso em: 03.Set. 2017.

¹⁰⁹*Site* Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. Disponível em <<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/espacosculturais/museu-de-arte-sacra-maspe/>> Acesso em: 15.Out.2017.

¹¹⁰*Site* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1839/primeira-casa-de-camara-e-cadeia-de-pernambuco-sera-restaurada>> Acesso em: 15.Out.2017.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira; WELTMAN, Fernando; BELOCH, Israel *et al.* (Org.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, v.2, 2001.
- AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, Clarissa Nunes *et al.* (Org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, v.1, 2009.
- ARANTES, Antônio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- CANDAU, Joel. **Antropologia da memória**. Lisboa: Instituto PIAGET, 2005.
- _____. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARVALHO, Adelmo. **Pirenópolis, coletânea 1727-2010: Histórias & curiosidades**. Pirenópolis: Livro Digital, 2011.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAGAS, Mário. Memória política e política da memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- CORDEIRO, Suzzan. **Até quando faremos relicários: a função social do espaço penitenciário**. Maceió: EDUFAL, 2010.
- COSTA, Cleonir; ACIOLI, Vera Lúcia. **José Mamede Alves Ferreira: sua vida- sua obra, 1820-1865**. Recife: Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano, 1985.
- CUNHA, Manoela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- DE LA TORRE, Oscar. **El turismo, fenómeno social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- DIAS, Ronaldo. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- DUARTE, Cristiane; VILLANOVA, Roselyne. Olhares sobre o lugar In: _____. (Org.). **Novos olhares sobre o lugar: ferramentas e métodos, da arquitetura à antropologia**. Rio de Janeiro: Contra Capa; FAPERJ, 2013.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 40 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectivas, 2001.

GUERRA, Fernando; MENEZES, José Luiz. **Arquitetura Brasileira: Aljube de Olinda**. Recife: No prelo, 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HORTA, Maria de Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museu e Turismo: estratégias de cooperação**. Brasília: IBRAM, 2014.

KERSTEN, Márcia. **Os rituais de tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1934-1937**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 1998.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. São Paulo: UNICAMP, 1996.

LIMA FILHO, Manoel; ABREU, Regina. A antropologia e o patrimônio cultural no Brasil. In: LIMA FILHO, Manuel; ERKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Filipe (Org). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

MAIA, Clarissa Nunes *et al.* (Org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, v. 1, 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARANHÃO, Ana Paula Barradas. **Turismo e patrimônio histórico: preservar para relembrar**. Trabalho de Conclusão (Graduação em Turismo) - Faculdade Frassinetti do Recife. Recife: FAFIRE, 2005.

_____. **Museu infantil no Recife: Perspectivas e possibilidades**. Trabalho de Conclusão (Especialização em Turismo e Patrimônio) - Faculdade Frassinetti do Recife. Recife: FAFIRE, 2007.

_____. **Política Cultural e Patrimonialização da Casa da Cultura Recife/PE: O desafio da aplicabilidade**. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2011.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP, n. 10, 1993.

PANOSSO NETTO, Alexandre; GAETA, Cecília. **Turismo da Experiência**. São Paulo: SENAC, 2010.

PEIRANO, Mariza. **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

PERROT, Michell. **Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. 45ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo: 1822-1940**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

SAMPAIO, Sofia. Estudar o turismo hoje: para uma revisão crítica dos estudos de turismo. Etnográfica: **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**. v.17, n. 1, 2013.

SANT'ANNA, Marilene. Trabalho e conflitos na casa de correção do Rio de Janeiro. In: MAIA, Clarissa Nunes et al. (Org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, v.1, 2009.

SILVA, Elisabeth. Inventário do arquivo histórico do colégio Pedro II. In: CHUVA, Marcia; NOGUEIRA, Gilberto. **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

SOUZA, Vitor. Projeto de intervenção: **Bem Atender: como ser um bom mediador?** (MAC/PE). Trabalho de Conclusão (Graduação em Turismo) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2015.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

SITES GOVERNAMENTAIS

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Arquivo Noronha Santos/IPHAN**. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/ans/> > Acesso em: 25.Fev.2016 e 03.Jul.2017.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens tombados/IPHAN**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>> Acesso em: 08.Set.2017.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento**. 2015. Disponível em<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20por%20Estado.pdf>> Acesso em: 15.Mar.2016.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento**. 2016. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_de_bens_tombados_2016.pdf> Acesso em: 03.Jul.2017.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Veneza de Maio de 1964**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>> Acesso em: 10.Jan.2016.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Entrega da obra de restauro da Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1791/iphan-entrega-obras-de-restauro-da-casa-de-camara-e-cadeia-de-pirenopolis-go>> Acesso em: 11.Set.2015.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/72>> Acesso em 13.Out.2016.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis completa cinco anos como patrimônio cultural**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2158/festa-do-divino-espirito-santo-de-pirenopolis-completa-cinco-anos-como-patrimonio-cultural>> Acesso em: 18.Dez.2017.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Livros do Tombo**. 2017. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608/>> Acesso em: 08.Set.2017.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O IPHAN**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>> Acesso em: 03.Set.2017.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Material**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>> Acesso em: 18.Dez.2017.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Imaterial**. 2017. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>> Acesso em: 18.Dez.2017.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Primeira Casa de Câmara e Cadeia de Pernambuco será restaurada**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1839/primeira-casa-de-camara-e-cadeia-de-pernambuco-sera-restaurada>> Acesso em: 15.Out.2017.

_____. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm> Acesso em: 01.Jun.2016.

PERNAMBUCO. Casa da Cultura de Pernambuco. **Galeria de Fotos**. Disponível em <<http://www.casadaculturape.com.br/galeria001.php>> Acesso em: 21.Set.2015.

_____. Casa da Cultura de Pernambuco. Disponível em <<http://www.casadaculturape.com.br>> Acesso em: 03.Set. 2017.

_____. Casa da Cultura de Pernambuco. **Histórico**. 2017. Disponível em <<http://www.casadaculturape.com.br/aCasa.php>> Acesso em: 03.Set. 2017.

_____. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. **A FUNDARPE**. Disponível em <<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/fundarpe/institucional/a-fundarpe/>> Acesso em: 03.Set.2017.

_____. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. **Casa da Cultura Luiz Gonzaga**. Disponível em <<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/espacosculturais/casa-da-cultura/>> Acesso em: 10.Set.2017 e 15.Out.2017.

_____. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. **Casa de Câmara e Cadeia do Recife**. Disponível em <<http://www.cultura.pe.gov.br/canal/fundarpe/conselho-de-preservacao-do-patrimonio-tomba-a-antiga-casa-de-camara-e-cadeia-do-recife/>> Acesso em: 15.Out.2017.

_____. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. **Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco**. Disponível em <<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/espacosculturais/museu-de-arte-contemporanea-mac/>> Acesso em: 31.Out.2016 e 03.Set. 2017.

_____. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. **Museu de Arte Sacra de Pernambuco**. Disponível em <<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/espacosculturais/museu-de-arte-sacra-maspe/>> Acesso em: 15.Out.2017.

_____. Ilha de Fernando de Noronha/PE. **Vila dos Remédios**. Disponível em <http://www.prontotecnologia.com.br/noronha2/instHistoria_06.php> Acesso em: 07.Set.2017.

_____. Portal da Cultura de Jaboatão dos Guararapes. **Cadeia Pública de Jaboatão dos Guararapes**. Disponível em <<http://cultura.jaboatao.pe.gov.br/predio-da-antiga-cadeia-publica-mudar-foto/>> Acesso em: 15.Out.2017.

RIO DE JANEIRO. Ilha Grande/RJ. **Presídios**. Disponível em <<http://www.ilhagrande.com.br/ilha-grande/historia/presidios//>>> Acesso em: 07.Set.2017.

SITES DE NOTÍCIAS JORNALÍSTICAS

BRASIL. BBC-BRASIL. **Holanda enfrenta 'crise penitenciária': sobram celas, faltam condenados.** Disponível em < <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37966875>> Acesso em: 09.set.2017.

_____. Portal de Notícias da Rede Globo. **Ilha onde Nelson Mandela ficou preso é atração turística na cidade do cabo.** Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1159871-5602,00-ILHA+ONDE+NELSON+MANDELA+FICOU+PRESO+E+ATRACAO+TURISTICA+N+A+CIDADE+DO+CABO.html>> Acesso em: 02.Ago.2017.

_____. Portal de Notícias da Rede Globo. **Turistas são “presos” em celas de penitenciária histórica na Austrália.** Disponível em <<http://g1.globo.com/turismoeviagem/noticia/2014/01/turistas-sao-presos-em-celas-de-penitenciaria-historica-na-australia.html>> Acesso em: 02.Ago.2017.

SITES DE VIAGENS E TURISMO

ARGENTINA. **Museo Marítimo y del Presidio de Ushuaia.** Disponível em < <http://www.museomaritimo.com/> > Acesso em: 02.Ago.2017.

AUSTRÁLIA. **Fremantle Prision: the convict establishment.** Disponível em <<http://fremantleprison.com.au/>> Acesso em: 02.Ago.2017.

BRASIL. Companhia de Viagem. **Você sabia que Fernando de Noronha já foi um presídio?** Disponível em <<https://companhiadeviagem.blogosfera.uol.com.br/2015/02/02/vocesabiaquefernando-de-noronha-ja-foi-um-presidio/>> Acesso em: 07.Set.2017.

_____. E- ALMANACH. **Al-jubb de Olinda.** Disponível em <<http://e-almanach.blogspot.com.br/2012/06/al-jubb-de-olinda.html#axzz4rMgvznUm>> Acesso em: 31.Ago.2017.

_____. Historia do Mundo. **A lendária prisão de Alcatraz.** Disponível em <<http://historiadomundo.uol.com.br/idadecontemporanea/alendariaprisaodealcatraz.htm>> Acesso em: 07.Set.2017.

_____. Pure Viagem. **Best Western Hotel Katajanokka.** Disponível em < http://www.pureviagem.com.br/noticia/veja-10-prisoos-que-viraram-hoteis_a6357/2#2> Acesso em: 28.Set.2017.

_____. Pure Viagem. **HI-Ottawa Jail Hostel.** Disponível em < http://www.pureviagem.com.br/noticia/veja-10-prisoos-que-viraram-hoteis_a6357/5#5> Acesso em: 28.Set.2017.

_____. Pure Viagem. **Hotel Het Arresthuis.** Disponível em <http://www.pureviagem.com.br/noticia/veja-10-prisoos-que-viraram-hoteis_a6357/5#5> Acesso em: 28.Set.2017.

hoteis_a6357/3#3> Acesso em: 28.Set.2017.

_____. Pure Viagem. **Hotel Långholmen.** Disponível em
<http://www.pureviagem.com.br/noticia/veja-10-prisoas-que-viraram-hoteis_a6357/6#6> Acesso em: 28.Set.2017.

_____. Pure Viagem. **Karosta-Liepaja.** Disponível em
<http://www.pureviagem.com.br/noticia/veja-10-prisoas-que-viraram-hoteis_a6357/10#10> Acesso em: 28.Set.2017.

_____. Pure Viagem. **The Liberty Boston.** Disponível em
<http://www.pureviagem.com.br/noticia/veja-10-prisoas-que-viraram-hoteis_a6357/1#1> Acesso em: 28.Set.2017.

_____. TripAdvisor Brasil. Disponível em < <https://www.tripadvisor.com.br/> >
Acesso em: 28.Sep.2017.

_____. TripAdvisor Brasil. **Best Western Hotel Katajanokka.** Disponível em
<https://www.tripadvisor.com.br/Hotel_Review-g189934-d652575-Reviews-Hotel_Katajanokka-Helsinki_Uusimaa.html> Acesso em: 28.Sep.2017.

_____. TripAdvisor Brasil. **HI-Ottawa Jail Hostel.** Disponível em
<https://www.tripadvisor.com.br/Hotel_Review-s1-g155004-d253895-Reviews-HI_Ottawa_Jail_Hostel-Ottawa_Ontario.html> Acesso em: 28.Set.2017.

_____. Viagem em Pauta. **Casa do Terror.** Disponível em
<<http://viagemempauta.com.br/2014/07/20/casa-do-terror-e-viagem-cenografica-pela-historia-recente-da-hungria/>> Acesso em: 02.Out.2017.

_____. Viagem em Pauta. **Cinco penitenciárias que você não pode deixar de visitar (como turista, claro).** Disponível em
<<http://viagemempauta.com.br/2014/01/16/cinco-penitenciarias-que-voce-nao-pode-deixar-de-visitar-como-turista-claro/>> Acesso em: 02.Ago.2017.

ESLOVÊNIA. **Hostel Celica.** Disponível em < <http://www.hostelcelica.com/> > Acesso em: 02.Ago.2017.

GOIAIS. **Pirenópolis Turismo.** Disponível em
<<http://www.pirenopolis.tur.br/cidade/localizacao>> Acesso em: 11.Set.2017.

INGLATERRA. **Oxford Castle Unlocked.** Disponível em
<<https://www.oxfordcastleunlocked.co.uk/> > Acesso em: 02.Ago.2017.

APÊNDICE A – LISTA DO LEVANTAMENTO DOS BENS TOMBADOS, PROCESSOS DE TOMBAMENTO E USOS ATUAIS DOS PRESÍDIOS DESATIVADOS PATRIMONIALIZADOS PELO IPHAN NO BRASIL¹¹¹

- **Descrição dos Processos e Usos**
- **Cidade:** Mata Grande/AL
- **Nome do Bem:** Cadeia Pública do Município de Mata Grande
- **Classificação:** Edificação
- **Situação:** Instrução
- **Nº Processo “T”:** 1717
- **Ano de Abertura:** 2014
- **Inscrição no Livro do Tombo:** -----
- **Uso Atual:** Sem uso
- **Descrição:** O prédio da antiga Cadeia Pública de Mata Grande, construída em pedra por escravos há 135 anos foi tombado pelo Estado. O prédio se destaca pela imponência e estilo colonial na parte alta da cidade de Mata Grande. Segundo historiadores foi construído por escravos que transportaram pedras do vale do Moxotó.

- **Cidade:** Penedo/AL
- **Nome do Bem:** Conjunto Arquitetônico, Urbanístico, Paisagístico e Histórico (incluso a antiga Cadeia Pública de Penedo)
- **Classificação:** Conjunto Urbano
- **Situação:** Tombado
- **Nº Processo “T”:** 1201
- **Ano de Abertura:** 1986

¹¹¹ Elaboração da Lista do levantamento dos bens tombados, processos de tombamento e usos atuais dos presídios desativados patrimonializados pelo IPHAN no Brasil, realizada pela autora (2017). Dados adquiridos na Lista de Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento do IPHAN (última atualização em 11.05.2016). BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2016. **Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento**. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_de_bens_tombados_2016.pdf> Acesso em: 03.Jul.2017.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2016. Uso atual e descrição dos Bens Tombados adquiridos integralmente no Arquivo Noronha Santos – IPHAN. BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2016. **Arquivo Noronha Santos /IPHAN**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/ans/>> Acesso em: 25.Fev.2016 e 03.Jul.2017.

- **Inscrição no Livro do Tombo:** Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico out-96 e Histórico out-96
 - **Uso Atual:** Prefeitura Municipal de Penedo
 - **Descrição:** O primeiro prédio com a finalidade de abrigar presos, denominado de Cadeia Pública, foi construído na Praça do Pelourinho. A obra foi iniciada em 1662, construída estrategicamente na rocha, no grande despenhadeiro da Rocheira para evitar fugas, com a frente voltada para o Oratório dos Condenados na Praça do Pelourinho, cuja conclusão se deu no ano de 1664. O projeto (planta) indicava que seria construído apenas um casarão, cujo espaço, foi considerado oficialmente como a 1ª (primeira) Cadeia Pública do Estado de Alagoas.
-
- **Cidade:** Cachoeira/BA
 - **Nome do Bem:** Casa de Câmara e Cadeia ou Paço Municipal
 - **Classificação:** Edificação
 - **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 199
 - **Ano de Abertura:** 1939
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Histórico ago-39
 - **Uso Atual:** Casa de Câmara; Museu da Câmara
 - **Descrição:** O prédio atual possui a feição das reformas ocorridas em 1789. Neste prédio, D. Pedro I foi aclamado Regente e Defensor do Brasil, em 1822. Durante a Sabinada foi sede do Governo Legal da Província. Casa de Câmara e Cadeia, com elementos característicos desta tipologia no recôncavo. Construído sobre terrapleno que domina a Praça da Aclamação, o edifício possui planta retangular que se articula com a praça através de escadaria de pedra, em forma de tronco de pirâmide. O prédio é edificado em 2 pavimentos. No térreo localizam-se as celas da cadeia e um pórtico, de onde nasce a escada de acesso ao sobrado. No primeiro pavimento além das instalações da Câmara existem duas salas que serviam como cadeia a presos ilustres. As fachadas se caracterizam pelo predomínio dos cheios sobre os vazios e pela distribuição irregular dos vãos. As janelas são protegidas por caixilharia em guilhotina ou robustas grades de ferro - cadeia . Na frontaria existem balcões com guarda-corpos de serralharia do século XIX. O sobrado

é forrado e conserva no seu interior telas dos artistas José Couto e Antônio Parreiras.

- **Cidade:** Jaguaripe/BA
 - **Nome do Bem:** Paço Municipal
 - **Classificação:** Edificação
 - **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 265
 - **Ano de Abertura:** 1941
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Histórico set-41 e Belas Artes set-41
 - **Uso Atual:** Sede da Prefeitura do Município de Jaguaripe
 - **Descrição:** Uma das mais antigas casas de Câmara e Cadeia do Estado, foi construída no final do século XVII, às margens do rio Jaguaripe, voltado para a Praça da Bandeira. Sua volumetria e planta se assemelham àquelas da arquitetura residencial do período. Construída segundo planta retangular com cômodos intercomunicantes, desenvolve-se em dois pisos na frente e quatro no fundo, devido à declividade do terreno. O segundo sub-solo apresenta, ainda que embrionariamente, um elemento que se difundiria no século seguinte, a arcada. No primeiro sub-solo, abaixo do nível da praça, se realizava a feira sendo superposta por um mezanino, de pé-direito reduzido. A cadeia instalava-se neste sub-solo e no térreo, também ocupado por serviços administrativos. Ao pavimento nobre destinavam-se a Sala da Câmara e serviços afins.
-
- **Cidade:** Lençóis/BA
 - **Nome do Bem:** Conjunto Arquitetônico e Paisagístico (incluso a Casa de Câmara e Cadeia)
 - **Classificação:** Conjunto Urbano
 - **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 847
 - **Ano de Abertura:** 1971
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico dez-73
 - **Uso Atual:** Sede do IPHAN local

- **Descrição:** Abrigou, por muito tempo, a Casa de Câmara, no térreo, a Cadeia Pública, no subsolo, e, posteriormente, a Prefeitura da cidade. A arquitetura dessa edificação faz com que seja um belo exemplar do estilo eclético, afirma a arquiteta e urbanista Liziane Peres Mangili, especializada em preservação e restauração do patrimônio histórico. Segundo o historiador Delmar de Araújo, o modelo dos leões foi uma inspiração do coronel César Sá, um de seus moradores, que, em viagem à Europa, inspirou-se na arquitetura do Palácio de Alhambra, situado em Granada, na Espanha.

- **Cidade:** Maragogipe/BA
- **Nome do Bem:** Paço Municipal
- **Classificação:** Edificação
- **Situação:** Tombado
- **Nº Processo “T”:** 266
- **Ano de Abertura:** 1941
- **Inscrição no Livro do Tombo:** Histórico set-41 e Belas Artes set-41
- **Uso Atual:** Sede da Prefeitura do Município de Maragogipe
- **Descrição:** Erguido na terceira década do século XVIII, para abrigar a Casa de Câmara e Cadeia da cidade. Possui frontispício adornado por uma españada, à qual foi adaptada a um relógio, no século XVIII, posteriormente retirado do edifício, junto com as grades dos balcões.

- **Cidade:** Pilar de Goiás/BA
- **Nome do Bem:** Conjunto Arquitetônico e Paisagístico (incluso a Casa de Câmara e Cadeia)
- **Classificação:** Conjunto Urbano
- **Situação:** Rerratificado - Tombado
- **Nº Processo “T”:** 458
- **Ano de Abertura:** 1952
- **Inscrição no Livro do Tombo:** Histórico mar-54 e Belas Artes mar-54
- **Uso Atual:** Câmara Municipal
- **Descrição:** A Casa de Câmara e Cadeia diferencia-se das demais por apresentar proporções diminutas e por não se situar em local de destaque no núcleo. O edifício setecentista, de dois pavimentos, apresenta no piso térreo a

enxovia e no pavimento superior uma sala para sessões da câmara. O acesso ao segundo pavimento se dá por uma escada externa de madeira. A cadeia é acessada pelo alçapão no pavimento superior, com escada retrátil. Foi edificada com espessas paredes de taipa de pilão e revestida no interior da cadeia com pranchões de madeira. As esquadrias foram confeccionadas com madeira, sendo que as janelas do pavimento superior apresentam balcão entalado e a janela da cadeia é reforçada por grade dupla de madeira chapeada com ferro.

- **Cidade:** Porto Seguro/BA
 - **Nome do Bem:** Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade Alta de Porto Seguro (incluso a antiga Casa de Câmara e Cadeia)
 - **Classificação:** Conjunto Urbano
 - **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 800
 - **Ano de Abertura:** 1968
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico jul-68 e Histórico jul-68
 - **Uso Atual:** Museu de Porto Seguro
 - **Descrição:** A Cidade Histórica é o primeiro núcleo habitacional do Brasil. Monumento nacional desde 1973, ostenta um conjunto arquitetônico de insuperável beleza, tombado em 1968: o Marco de Posse (1503 ou 1526); a Igreja de Nossa Sr^a da Penha (1535), com imagens sacras dos séculos XVI e XVII; a Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia (construída em 1526 e reconstruída em 1535), com imagem do Nosso Senhor dos Passos; a Igreja de São Benedito (1549 ou 1551), construída pelos Jesuítas e a Casa de Câmara e Cadeia (1756), onde funciona o Museu de Porto Seguro. Da Cidade Histórica se vislumbra uma bela vista panorâmica da Orla Norte e do centro da cidade de Porto Seguro.
-
- **Cidade:** Rio de Contas/BA
 - **Nome do Bem:** Antiga Casa de Câmara e Cadeia, na Praça Senador Tanajura (atual Fórum)
 - **Classificação:** Edificação

- **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 446
 - **Ano de Abertura:** -----
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Histórico jul-59
 - **Uso Atual:** Fórum Barão de Macaúbas
 - **Descrição:** A Casa tem seu espaço organizado em forma retangular, desenvolvido em dois pavimentos, recoberto com telhado de quatro águas com terminação em cimalha. Sua fachada principal é emoldurada por cunhais e cornija e possui uma portada central, ladeada por janelas guarnecidas por grades. No pavimento superior, as janelas possuem balaústres em madeira. Todos os vãos de portas e janelas possuem vergas abauladas e cercaduras, sendo as do pavimento térreo em cantaria e as do pavimento superior em madeira. O sistema construtivo é constituído por estrutura de paredes autoportantes (alvenaria de pedra), onde algumas paredes internas do segundo pavimento são em adobe. No térreo, funcionava a cadeia, a casa do carcereiro e a “Audiência”. Um dos destaques é o “Sino do Povo”, instalado na ombreira de uma das janelas. Atualmente é o Fórum Barão de Macaúbas.
-
- **Cidade:** Salvador/BA
 - **Nome do Bem:** Conjunto Arquitetônico e Paisagístico (incluso a antiga Casa de Câmara e Cadeia)
 - **Classificação:** Conjunto Urbano
 - **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 1093
 - **Ano de Abertura:** 1983
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico jul-84
 - **Uso Atual:** Memorial da Câmara
 - **Descrição:** A edificação foi construída logo após a fundação da cidade. Em 13 de junho de 1549, era criada a Casa de Câmara e Cadeia da Cidade de Salvador, a qual reunia os poderes executivo, judiciário e legislativo. A cadeia funcionava no térreo e no subterrâneo. O primeiro era dividido em alas norte e sul, respectivamente, destinadas às mulheres e homens. Já no segundo estavam localizadas as celas solitárias, parte conhecida como

enxovias. No período colonial, um açougue público chegou a funcionar nas dependências da Câmara. Seus membros eram responsáveis pela fiscalização e zelo do abastecimento municipal, o que incluía o combate aos preços abusivos. Os restos produzidos no açougue eram levados à atual região da Baixa dos Sapateiros, onde corria um afluente do Camarajipe que passou a ser chamado Rio das Tripas.

- **Cidade:** São Felix/BA
 - **Nome do Bem:** Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de São Felix (incluso a Casa de Câmara e Cadeia)
 - **Classificação:** Conjunto Urbano
 - **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 1286
 - **Ano de Abertura:** 1989
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico jul-12 e Histórico jul-12
 - **Uso Atual:** Não localizado
 - **Descrição:** São Félix está cravada entre o rio e a serra. Do lado direito tem o Paraguaçu, rio que reflete a imagem da cidade vizinha, Cachoeira. Do lado esquerdo, tem um dos mais belos visuais da região: um grande morro, que pode ser mais explorado quando subimos a estrada íngreme e cheia de curvas, a qual dá acesso ao município de Muritiba.
-
- **Cidade:** Santo Amaro/BA
 - **Nome do Bem:** Paço Municipal
 - **Classificação:** Edificação
 - **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 285
 - **Ano de Abertura:** 1941
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Histórico out-41
 - **Uso Atual:** Prefeitura Municipal de Santo Amaro
 - **Descrição:** A povoação de Santo Amaro foi elevada a categoria de vila em 05/01/1727, neste mesmo ano os oficiais da Câmara solicitam o apoio financeiro da coroa para a construção da Casa de Câmara e Cadeia,

concluída em 1769. Em 1916 a sede da Imprensa Oficial da Vila passa a funcionar no prédio. A cadeia que funcionava no andar térreo desde a construção do prédio, foi transferida para outro local. O edifício foi construído à imagem e semelhança do Paço Municipal de Salvador. Sua planta distribui-se em dois pavimentos, que se desenvolvem a partir de um pequeno pátio retangular. Sua fachada principal é dividida por pilastras em três vãos, tendo no corpo central torre sineira recoberta por uma meia laranja. Cada um dos corpos laterais possui galeria de arcos plenos ao nível do térreo e três janelas de púlpito no andar superior. O interior está conservado, merecendo destaque os arranques da escadaria principal e os alizares entalhados de algumas portas internas.

- **Cidade:** Santa Cruz Cabralia/BA
- **Nome do Bem:** Santa Cruz Cabralia, BA: Conjunto Paisagístico (incluso a Casa de Câmara e Cadeia)
- **Classificação:** Conjunto Paisagístico
- **Situação:** Tombado
- **Nº Processo “T”:** 1021
- **Ano de Abertura:** 1980
- **Inscrição no Livro do Tombo:** Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico jan-81
- **Uso Atual:** Museu Histórico
- **Descrição:** A história de Santa Cruz Cabralia remonta aos primeiros contatos dos descobridores com o país, em 1500. O local deste evento foi a chamada Baía Cabralia, perto da atual divisa com Porto Seguro. Santa Cruz Cabralia é uma cidade de dois andares, que segue a tradição luso-brasileira. Nascida no bordo de um platô, a cidade foi, pouco a pouco, transferindo-se para a parte baixa, junto ao porto, protegido por arrecifes, na foz do rio João Tiba, em local onde, primitivamente, existiam armazéns e casas de pescadores. Nos primeiros três quartéis do século XX, a cidade alta resumiu-se à igreja Matriz de N. Sra. da Conceição e à ruína da Casa de Câmara e Cadeia, situação que começou a mudar nos anos 80 com o incremento do turismo, que, por outro lado, promoveu o aparecimento de inúmeros loteamentos sem qualquer planejamento. A cidade alta, ainda fracamente ocupada, situa-se num platô

de onde se descortina o mar, com uma única rua que dá acesso aos monumentos. A cidade baixa possui um conjunto arquitetônico uniforme na sua volumetria, que se organiza numa trama de ruas de desenho ortogonal. No acervo paisagístico, destaca-se a relação entre os dois níveis da cidade e desta com o mar. O Ilhéu da Coroa Vermelha, local onde foi realizada a Primeira Missa no país, nos limites do município, tem sua proteção justificada não só por sua singularidade histórica, mas, principalmente, por seu valor paisagístico.

- **Cidade:** Aracati/CE
 - **Nome do Bem:** Casa de Câmara e Cadeia
 - **Classificação:** Edificação
 - **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 879
 - **Ano de Abertura:** 1973
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Histórico abr-80 e Belas Artes abr-80
 - **Uso Atual:** Biblioteca do Patrimônio.
 - **Descrição:** Construção do final do século XVIII sendo muito modificada nos séculos XIX e XX, perdendo seu aspecto original. As grades das prisões são originais e as celas possuem os armadores de redes com o desenho tradicional em argola. É a maior e melhor Casa de Câmara e Cadeia do Ceará.
-
- **Cidade:** Caucaia/CE
 - **Nome do Bem:** Casa de Câmara e Cadeia
 - **Classificação:** Edificação
 - **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 595
 - **Ano de Abertura:** 1959
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Histórico mai-73
 - **Uso Atual:** Biblioteca Pública de Caucaia
 - **Descrição:** Construção do século XVIII com uma arquitetura popular e de boas proporções.

- **Cidade:** Crato/CE
 - **Nome do Bem:** Antiga Casa da Câmara do Crato
 - **Classificação:** Edificação
 - **Situação:** Instrução
 - **Nº Processo “T”:** 1441
 - **Ano de Abertura:** 1999
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** -----
 - **Uso Atual:** Museu do Fósseis do Crato
 - **Descrição:** A Casa de Câmara e Cadeia do Crato foi construída em 1877. Seu entorno é marcado por expressivas construções do século XX – casarões de altas empenas, com um ou dois pavimentos e a igreja da Sé. A edificação ocupa toda a profundidade do terreno, enquanto a lateral sul limita-se com a praça, e a norte com o pátio interno onde estão as construções edificadas de um só pavimento. Atualmente a Casa abriga um Museu. As paredes das quatro celas são extremamente grossas, variando de 1,10m a 1,50m, são construídas predominantemente em alvenaria de pedra e nelas há dez aberturas sendo quatro retangulares externas, voltadas para a praça, duas voltadas para a Rua Senador Pompeu e quatro internas. Possui forro aparente de madeira tipo saia e camisa variando a paginação a cada sala. O acesso para o andar superior se dá por duas escadas, uma social em forma de “L” que começa na calçada da praça, no lado ocidental do edifício em direção às salas de exposição e outra localizada no pátio, sendo própria para serviço, construída dentro de uma antiga cela. Protegido pelo Tombo Estadual segundo a lei nº 9.109 de 30 de julho de 1968.
-
- **Cidade:** Icó/CE
 - **Nome do Bem:** Prédio da Casa de Câmara e Cadeia na Praça Matriz
 - **Classificação:** Edificação
 - **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 653
 - **Ano de Abertura:** 1962
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Histórico nov-75
 - **Uso Atual:** Centro Cultural

- **Descrição:** Foi construída entre os séculos XVIII e XIX. Em 1780, a obra foi paralisada por estar sendo utilizado barro para seus alicerces e foi retomada em 1800, pelo Capitão Roberto Correia da Silva, utilizando pedra e cal como havia sido combinado. Em 1862, as instalações foram transformadas em enfermaria para as vítimas do "cholera morbus" (cólera). No pátio, encontramos uma capela e dois alojamentos para soldados.

- **Cidade:** Jaguaribe/CE
- **Nome do Bem:** Casa de Câmara e Cadeia
- **Classificação:** Edificação
- **Situação:** Instrução
- **Nº Processo "T":** 1781
- **Ano de Abertura:** 2016
- **Inscrição no Livro do Tombo:** -----
- **Uso Atual:** Não Localizado
- **Descrição:** Não Localizada

- **Cidade:** Quixeramobim/CE
- **Nome do Bem:** Casa de Câmara e Cadeia
- **Classificação:** Edificação
- **Situação:** Tombado
- **Nº Processo "T":** 745
- **Ano de Abertura:** 1964
- **Inscrição no Livro do Tombo:** Belas Artes fev-72
- **Uso Atual:** Câmara Municipal de Quixeramobim
- **Descrição:** Construção do século XIX, arrematada em 1818 pelo Sr. Jacinto de Souza Pimentel. Sóbria, em estilo setecentista, tem o primeiro pavimento em pedra e cal, e o segundo em alvenaria. A parte superior da fachada principal possuía duas janelas retangulares, com ombreiras de pedra e gradis em ferro. Reformas no imóvel transformaram-nas em duas portas retangulares. A fachada posterior ainda guarda a aparência original, possuindo disposição semelhante a anterior, tendo a escada no seu lado direito.

- **Cidade:** Goiás/GO
 - **Nome do Bem:** Casa de Câmara e Cadeia
 - **Classificação:** Edificação
 - **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 345
 - **Ano de Abertura:** 1942
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Belas Artes mai-51
 - **Uso Atual:** Museu das Bandeiras
 - **Descrição:** O prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia, que hoje abriga o Museu das Bandeiras, é um dos melhores exemplos da arquitetura oficial civil portuguesa no Brasil e o mais significativo do Centro-Oeste. A construção do prédio data de 1766 e foi realizada segundo o projeto da Coroa Portuguesa, projeto esse preservado pelo Arquivo Colonial da Marinha e Ultramar, em Portugal. A parte superior do edifício é formada por salões que atendiam as necessidades administrativas e judiciárias da Vila Boa de Goiás. Na sua parte inferior situava-se a cadeia, com duas enxovias, as celas individuais e a casa de armas. O prédio funcionou como cadeia até 1950, quando foi doado ao Patrimônio Histórico que o transformou em Museu.
-
- **Cidade:** Pirenópolis/GO
 - **Nome do Bem:** Conjunto Arquitetônico, Urbanístico, Paisagístico e Histórico (incluso a Casa de Câmara e Cadeia)
 - **Classificação:** Conjunto Urbano
 - **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 1181
 - **Ano de Abertura:** 1985
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico jan-90 e Histórico jan-90
 - **Uso Atual:** Museu do Divino
 - **Descrição:** Em 1728, foi iniciada a construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Em 1732, com a mineração no auge, o povoado foi elevado a categoria de distrito. O prédio da Casa de Câmara e Cadeia formava com a Igreja o espaço de poder. A partir daí, a cidade começa a expandir-se radialmente. Em 1736, Meia Ponte foi elevada à condição de arraial,

aumentando cada vez mais sua importância política e econômica, principalmente por sua localização próxima ao entroncamento das estradas de São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Entre 1892 e 1918, a cidade (já chamada Pirenópolis) teve demolida a Cadeia Velha e construída uma nova sede, réplica da antiga, à beira do rio. No decorrer do século XIX, a cidade vê sua economia ser mais uma vez abalada com a abertura de novas estradas que alteraram a antiga rota comercial. A principal atividade passou a ser a pecuária, mantendo-se assim até meados do século XX.

- **Cidade:** Alcântara/MA
 - **Nome do Bem:** Conjunto Arquitetônico e Urbanístico (incluso a Casa de Câmara e Cadeia)
 - **Classificação:** Conjunto Urbano
 - **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 390
 - **Ano de Abertura:** 1948
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico out-74, Histórico dez-48 e Belas Artes out-54
 - **Uso Atual:** Prefeitura e Câmara dos Vereadores
 - **Descrição:** Casa de Câmara e Cadeia - o Governador Gonçalo Pereira Lobato e Sousa doou para o Senado da Câmara da Vila de Santo Antônio, em 1759, uma légua de terra. Com donativos dos habitantes, foi construída a Casa de Câmara e Cadeia e, posteriormente, a penitenciária do Estado.
-
- **Cidade:** Congonhas/MG
 - **Nome do Bem:** Conjunto Arquitetônico e Urbanístico em Congonhas-MG (incluso a Antiga Casa de Câmara e Cadeia)
 - **Classificação:** Conjunto Urbano
 - **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 238
 - **Ano de Abertura:** 1941
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico mar-41
 - **Uso Atual:** Não localizado

- **Descrição:** Congonhas possui um dos mais importantes acervos arquitetônicos e artísticos representativos da evolução da arte civil e religiosa mineira. Além de ser um testemunho das construções e dos programas decorativos do barroco mineiro, registra as manifestações do ecletismo dos séculos XIX e XX.

- **Cidade:** Luziânia/MG
- **Nome do Bem:** Antiga Casa de Câmara e Cadeia
- **Classificação:** Edificação
- **Situação:** Instrução
- **Nº Processo “T”:** 540
- **Ano de Abertura:** -----
- **Inscrição no Livro do Tombo:** -----
- **Uso Atual:** Casa da Cultura
- **Descrição:** A Casa da Cultura se localiza na rua do Rosário. Abriga um significativo acervo de objetos usados no passado, fotografias e também produções de artistas que retrataram a cultura da cidade e suas tradições antigas através de obras de inestimável valor histórico.

- **Cidade:** Mariana/MG
- **Nome do Bem:** Casa de Câmara e Cadeia ou Paço Municipal
- **Classificação:** Edificação e Acervo
- **Situação:** Tombado
- **Nº Processo “T”:** 414
- **Ano de Abertura:** -----
- **Inscrição no Livro do Tombo:** Belas Artes dez-49
- **Uso Atual:** Prefeitura Municipal de Mariana
- **Descrição:** O projeto de construção Casa de Câmara e Cadeia de Mariana é de 1762 e possui autoria de José Pereira dos Santos. Em 1768 iniciou-se a obra de construção desse imponente prédio. A sua construção demorou 30 anos e esteve sob a responsabilidade do mestre José Pereira Arouca. O mesmo reedificou, em 1793, no terreno que se localiza na parte de trás da Casa de Câmara e Cadeia, a capelinha da irmandade do Senhor dos Passos.

Essa capela, que foi demolida entre 1782 e 1792, existiu de frente à cadeia velha, próxima ao largo da Sé.

- **Cidade:** Ouro Preto/MG
 - **Nome do Bem:** Casa à Praça Tiradentes ou antiga Casa de Câmara e Cadeia
 - **Classificação:** Edificação
 - **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 512
 - **Ano de Abertura:** 1954
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Histórico nov-54 e Belas Artes nov-54
 - **Uso Atual:** Museu da Inconfidência
 - **Descrição:** A Casa da Câmara e Cadeia de Ouro Preto é um dos mais importantes remanescentes da arquitetura colonial do barroco tardio no Brasil, erguido pelo governador Luís da Cunha Meneses com um projeto de José Fernandes Pinto Alpoim na década de 1780, num período em que as riquezas das minas começavam a se esgotar e os desmandos do governador geravam críticas. O projeto original atendia às necessidades deste tipo de edifício, com salas de arsenal, campanário para convocação do povo, um cárcere, uma enfermaria, um oratório, uma cozinha e um açougue, além das salas administrativas. Traços do neoclassicismo que começava a surgir também são perceptíveis no frontão e na colunata da fachada. O aspecto externo é imponente e de grande elegância, com uma fachada simétrica de dois pisos com elementos destacados em cantaria, e um corpo construído sobre um pódio elevado.
-
- **Cidade:** Pitangui/MG
 - **Nome do Bem:** Casa de Câmara e Cadeia
 - **Classificação:** Edificação
 - **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 596
 - **Ano de Abertura:** 1959
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Belas Artes ago-59
 - **Uso Atual:** Museu Histórico de Pitangui

- **Descrição:** A bela construção do século XVIII conhecida como sobrado dos Alves é um dos principais monumentos históricos de Pitangui. Já abrigou a Casa de Câmara e Cadeia, a Prefeitura Municipal e o Instituto Histórico de Pitangui composto pelo Arquivo Judicial e o Museu Sacro Monsenhor Vicente Soares. No final de 2009, o imóvel passou a pertencer ao município de Pitangui, que vem elaborando projetos para captação de recursos para a restauração e a recuperação da integridade física do imóvel, reinserindo-o no uso cotidiano da população.

- **Cidade:** Corumbá /MS
- **Nome do Bem:** Conjunto de Edificações que compõem o Forte de Coimbra; Presídio de Nova Coimbra (Antigo)
- **Classificação:** Conjunto Arquitetônico
- **Situação:** Tombado
- **Nº Processo “T”:** 917
- **Ano de Abertura:** 1974
- **Inscrição no Livro do Tombo:** Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico out-74 e Histórico out-74
- **Uso Atual:** Não Localizado
- **Descrição:** Presídio de Nova Coimbra - foi construído, em 1775, para a defesa da fronteira portuguesa com a América espanhola (atuais Paraguai e Bolívia). A sua localização às margens do médio Paraguai foi importante para facilitar o acesso e consequente povoamento da região. Até 1872, desempenhou importante papel na defesa das fronteiras. Em 1983, houve a implantação do Projeto Parque Histórico-Turístico Forte de Coimbra, às margens do rio Paraguai. Compõe o conjunto de edificações a capela, casa de pólvora, alojamento, pátios internos e a muralha com os baluartes. No local, há alguns canhões da Marinha.

- **Cidade:** Pilar/PB
- **Nome do Bem:** Casa de Câmara e Cadeia
- **Classificação:** Edificação
- **Situação:** Tombado
- **Nº Processo “T”:** 271

- **Ano de Abertura:** 1941
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Histórico jul-41 e Belas Artes jul-41
 - **Uso Atual:** Biblioteca 03 de junho
 - **Descrição:** Construída durante o Brasil Império, a antiga Casa de Câmara e Cadeia, recebeu a visita do Imperador D. Pedro II em 1859, concedendo o beija-mão à sociedade paraibana. A velha Casa de Câmara e Cadeia, como era típico da organização portuguesa de vilas e cidades, exercia jurisdição sobre caminhos, chafarizes, pontes, taxava mercadorias, policiava, punia e legislava. Sua edificação, por mestres em fortalezas, limita uma extremidade da rua principal, ficando a outra extremidade limitada pela igreja, equilibrando-se pesos de ordem plástica e psicológica, segundo características de argumento ainda do sistema colonial. Atualmente, pertence à Fundação Menino de Engenho; funciona neste monumento histórico, a Biblioteca 03 de junho, em homenagem ao nascimento do Escritor José Lins do Rego, e uma sala de reunião no primeiro andar.
-
- **Cidade:** Olinda/PE
 - **Nome do Bem:** Edifício do Antigo Aljube
 - **Classificação:** Edificação
 - **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 638
 - **Ano de Abertura:** 1961
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Histórico mar-66
 - **Uso Atual:** Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco (MAC/PE)
 - **Descrição:** O MAC/PE está instalado em um prédio tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por ter sido a antiga Casa de Câmara e Cadeia Pública do Município de Olinda. O prédio, datado de 1765, foi projetado para ser o Aljube da Diocese, sendo durante todo o período da Inquisição a única prisão eclesiástica que se tem notícia na história do Brasil. Nele, um cárcere de foro eclesiástico era utilizado para o recolhimento de pessoas acusadas de delitos contra a religião católica romana.
-
- **Cidade:** Curitiba/PR
 - **Nome do Bem:** Prédio do Antigo Paço Municipal

- **Classificação:** Edificação
 - **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 1116
 - **Ano de Abertura:** 1984
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Belas Artes out-84
 - **Uso Atual:** Museu Paranaense
 - **Descrição:** Construído entre 1914/1916, foi sede da Prefeitura Municipal de Curitiba até 1969. Edifício de arquitetura eclética com elementos "art nouveau" como a marquise de ferro voltada para a Praça Tiradentes, as esquadrias de madeira do térreo e o portão de ferro da entrada principal, restaurado entre 1971/1972 abriga hoje o Museu Paranaense cujo acervo, tombado desde 1941, é composto de peças etnográficas pertencentes a indígenas de várias partes do país, peças arqueológicas, mapas do Brasil-Colônia e objetos referentes à história do Paraná e das antigas capitanias do sul do país.
-
- **Cidade:** Lapa/PR
 - **Nome do Bem:** Casa de Câmara e Cadeia
 - **Classificação:** Edificação
 - **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 106
 - **Ano de Abertura:** 1938
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Histórico mai-40
 - **Uso Atual:** Museu de Armas
 - **Descrição:** A Casa de Câmara e Cadeia segue o partido arquitetônico tradicional: edifício isolado, tendo no pavimento térreo celas com portas e janelas dotadas de grades de ferro e um pátio central e, no superior as instalações da Câmara Municipal. O edifício foi concluído em 1868, pelo engenheiro Francisco Therésio Porto. Funciona hoje como Museu de Armas com acervo particular.
-
- **Cidade:** Resende/RJ
 - **Nome do Bem:** Casa de Cultura Macedo Miranda, antiga Casa de Câmara e Cadeia

- **Classificação:** Edificação
 - **Situação:** Instrução
 - **Nº Processo “T”:** 1736
 - **Ano de Abertura:** 2015
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** -----
 - **Uso Atual:** Casa de Cultura Macedo Miranda
 - **Descrição:** Construído entre 1834 e 1856, o prédio do Paço Municipal, onde hoje funciona a Casa da Cultura, foi a terceira “sede” da Câmara Municipal, a cadeia e o tribunal do júri. “Prédio de taipa”, construído com mão de obra de escravos. A exemplo de outras obras públicas da época o paço recebeu fundamental apoio através de subscrição popular em dinheiro e material. Após a sua inauguração, o casarão do Paço Municipal foi palco de memoráveis acontecimentos da história da cidade como solenidades cívicas, festivas, culturais, religiosas, políticas, exposições que marcaram época. Na segunda metade do século passado, a partir de 1970, o fórum municipal e a cadeia pública foram transferidos para prédios próprios. O gabinete do prefeito e alguns setores da administração municipal que ocuparam as instalações por vários anos também se mudaram. Conseqüentemente o local foi transformado para atender exclusivamente a cultura, arquivo histórico, escola de música, museu da imagem e do som e a administração da Casa da Cultura Macedo Miranda.
-
- **Cidade:** São João da Barra/RJ
 - **Nome do Bem:** Casa de Câmara e Cadeia
 - **Classificação:** Edificação
 - **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 763
 - **Ano de Abertura:** 1965
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Histórico abr-67
 - **Uso Atual:** Casa de Cultura João Oscar
 - **Descrição:** A primeira estrutura foi edificada em 1709 pelo construtor Antônio Fernandes da Silva e contava com telhado de palha. Por questões de segurança, foi necessária uma reforma em 1736, quando o presidente da Câmara era o corregedor José Pinto Ribeiro. A estrutura física como

conhecemos atualmente, iniciou com o processo de lançamento da pedra fundamental em 1794 e a obra foi concluída em 1797. A construção não se caracteriza pelo cuidado com a forma, mas apenas com a resistência sendo suas paredes de grossura invulgar, cerca de 1,20cm, e as janelas fechadas por grades tramadas em rede. No andar superior funcionou a Câmara até o século XIX. É o único prédio sobrevivente do período colonial.

- **Cidade:** Acari/RN
- **Nome do Bem:** Casa de Câmara e Cadeia
- **Classificação:** Edificação
- **Situação:** Tombado
- **Nº Processo “T”:** 729
- **Ano de Abertura:** 1964
- **Inscrição no Livro do Tombo:** Histórico jun-64
- **Uso Atual:** Delegacia Policial
- **Descrição:** Fundado por Manuel Esteves Andrade, o povoamento de Acari, por resolução de 11 de abril de 1833, foi elevado a categoria de Vila. A arquitetura do prédio guarda aspectos das primeiras décadas do século XIX. Construído em alvenaria, com dois pavimentos, sua fachada principal possui no térreo, três portas de vergas retas, sendo a central vedada em duas folhas de madeira e as outras gradeadas. O pavimento superior, possui cinco janelas rasgadas com balcões vazados em massa e vedadas por duas folhas de madeira. A janela central é ornada por frontão, também em massa e, as outras, por sobreverga em cimalha. As fachadas laterais e a fachada posterior têm cinco janelas de vergas retas no segundo pavimento. Na fachada da esquerda há uma porta de verga reta e vedação em duas folhas de madeira. O telhado de quatro águas, é escondido por platibanda e cornija corrida, em toda volta. Na fachada principal, frontão triangular com brasão no tímpano e pinhão no alto. A planta apresenta, no térreo, sala, sala de armas, corredor central, uma cela do lado direito e duas do lado esquerdo. No segundo pavimento, a que se chega por uma escada, sala com toda largura de frente, cinco compartimentos no centro e duas salas laterais.
- **Cidade:** Natal /RN

- **Nome do Bem:** Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico (incluso a Casa de Câmara e Cadeia)
 - **Classificação:** Conjunto Urbano
 - **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 1558
 - **Ano de Abertura:** 2008
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
 - **Uso Atual:** Centro de Turismo de Natal (centro cultural)
 - **Descrição:** O patrimônio tombado é formado por cerca de 30 bens materiais, incluindo edificações de destaque do período colonial (em sua maioria) e um acervo de obras de arte sacra. O centro histórico possui um conjunto preservado com elementos urbanos do núcleo colonial e outros que evidenciam a trajetória de modernização da cidade, após a proclamação da República, em 1889. Centro de Turismo de Natal - O prédio situa-se no alto de uma colina, de onde se tem uma das mais belas vistas da cidade. Desconhece-se o autor do projeto e a época da edificação. Pelos traços arquitetônicos de inspiração neoclássica, é provável que a sua ala mais antiga date de fins do século XIX. Em 1911, foi ampliado e adaptado para abrigar o Asilo de Mendicidade Padre João Maria. A partir de então a sede do Orfanato Padre João Maria (para meninas, sob a direção de religiosas Filhas de Santana) e, anos depois, da Casa de Detenção de Natal.
-
- **Cidade:** Vila Flor/RN
 - **Nome do Bem:** Casa de Câmara e Cadeia
 - **Classificação:** Edificação
 - **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 665
 - **Ano de Abertura:** 1962
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Histórico jun-64
 - **Uso Atual:** Depósito
 - **Descrição:** Tendo sua origem na aldeia de Gramació, construída em uma légua quadrada de terra cedida pelo então governador, capitão-mor Antonio Vaz, aos índios tupis. Só em 1768, a aldeia de Gramació se tornou Vila Flor, por responsabilidade do Doutor Miguel Carlos Caldeira de C. Castelo Branco.

Da Casa de Câmara e Cadeia, cuja construção era principal edifício da localidade, não se tem registro. Construção mista, em alvenaria de pedra e tijolos, em dois pavimentos. No pavimento térreo, dando para os fundos, ficava o cárcere, iluminado e arejado por duas janelas emolduradas de cantaria. No segundo pavimento, janelas de vergas curvas. Nas três principais fachadas existem arcos de alvenaria. Telhado de quatro águas.

- **Cidade:** Atibaia/SP
- **Nome do Bem:** Casa de Câmara e Cadeia
- **Classificação:** Edificação
- **Situação:** Tombado
- **Nº Processo “T”:** 522
- **Ano de Abertura:** -----
- **Inscrição no Livro do Tombo:** Histórico ago-55
- **Uso Atual:** Museu Municipal João Batista Conti
- **Descrição:** A Casa de Câmara e Cadeia funcionou durante muito tempo num prédio do Largo da Matriz. Depois de 1770 o edifício já estava obsoleto. Em 1835, com o auxílio do Governo Provincial, foi comprado um terreno e um novo prédio foi construído que passou a funcionar ainda inacabado, em 1838. Segundo artigo do jornal "Correio Popular", de 7 de setembro de 1972, foi adquirido um sobrado pelo Coronel Manuel Jorge Ferraz que edificou sobre o prédio térreo de taipa, o andar superior do que veio a ser a Casa de Câmara e Cadeia. O edifício de grandes proporções, teve tal atraso na conclusão de sua obra, devido a dificuldades financeiras. Atibaia fazendo parte da Comarca de São Paulo, estava em constante progresso e consegue finalizar a obra em 1836. É um belo exemplar do século XIX, onde o neoclássico, ainda se mesclava com o colonial. Segundo o relatório de 1856, enviado à Assembléia Provincial, é considerado uma das boas cadeias da Província. Como a maioria destas edificações, abrigava em seu pavimento térreo as funções de Cadeia Pública e, no superior, as de Câmara Municipal.
- **Cidade:** Santos/SP
- **Nome do Bem:** Antiga Casa de Câmara e Cadeia na Praça dos Andradas, inclusive a área arborizada que ambienta

- **Classificação:** Edificação
 - **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 545
 - **Ano de Abertura:** 1956
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Belas Artes mai-59
 - **Uso Atual:** Museu dos Andradas
 - **Descrição:** Construída a partir de 1837, ocupa uma quadra inteira. O seu projeto inicial previa um segundo pavimento nas suas quatro fachadas, porém, só na principal, voltada para a praça, é que este foi executado. Apesar de no aspecto geral recordar os velhos edifícios coloniais, tem em alguns dos seus elementos e na composição das fachadas a influência do gosto neoclássico do século XIX. O tombamento é extensivo à praça arborizada que lhe é fronteira. O prédio foi restaurado em 1962 e 1971.
-
- **Cidade:** São Luiz do Paraitinga/SP
 - **Nome do Bem:** Conjunto Histórico e Paisagístico (incluindo a antiga Cadeia)
 - **Classificação:** Conjunto Urbano
 - **Situação:** Tombado
 - **Nº Processo “T”:** 1590
 - **Ano de Abertura:** 2010
 - **Inscrição no Livro do Tombo:** Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico dez-12 e Histórico dez-12
 - **Uso Atual:** Não localizado
 - **Descrição:** Em São Luiz do Paraitinga, destacam-se as características arquitetônicas e o traçado urbano singular dos períodos colonial e imperial. O conjunto tombado foi classificado em dois setores: centro histórico I (171 grandes sobrados de uso residencial em sua maioria, predominantemente do século XIX, com tipologias do império) e o centro histórico II (constituído por 262 casas de um ou dois pavimentos, de uso residencial e pequeno comércio). A importância do município histórico de pouco mais de 10 mil habitantes deve-se, também, à sua paisagem natural.

APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM O ADMINISTRADOR DA CASA DA CULTURA DE PERNAMBUCO B – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM O ADMINISTRADOR DA CASA DA CULTURA DE PERNAMBUCO

1. Como o Sr. descreve a Casa da Cultura?
2. Qual o foco de atuação da mesma?
3. Quais os critérios estabelecidos para a escolha dos lojistas?
4. Como os lojistas contribuem para a preservação do espaço?
5. Quais são as atividades culturais existentes no local?
6. Qual é a atuação efetiva do governo do Estado na Casa da Cultura?
7. Como o Sr. analisa a atuação e a relação estabelecida pelo órgão Estadual responsável, com os lojistas e a administração da Casa da Cultura?
8. Como a administração auxilia na proteção do patrimônio?
9. O Sr. acredita que a Casa da Cultura atende de forma eficiente sua proposta de centro de difusão de cultura? Por quê?
10. O Sr. acredita que implementar uma Casa de Cultura em uma Casa de Detenção patrimonializada é positivo? Caso sim por quê?
11. O Sr. acredita que a atividade turística gera impactos a Casa da Cultura? Por quê?
12. Como é feita a divulgação da Casa da Cultura?
13. O Sr. acredita que a maioria dos frequentadores da Casa da Cultura, sabem que o local era uma antiga Casa de Detenção? Sabem a história do local?
14. Para o Sr. o que é Cultura?
15. Quando a Casa da Cultura do Recife se tornou Casa da Cultura Luiz Gonzaga e por quê?
16. Qual a média de público semanal em visita a Casa da Cultura?

APÊNDICE C - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE DE PIRENÓPOLIS

1. Como o Sr. descreve a Casa de Câmara e Cadeia?
2. Qual o foco de atuação da mesma?
3. Funciona como sede da secretaria e como museu?
4. Existem atividades culturais no local?
5. Qual é a atuação efetiva do governo do Estado e da prefeitura de Pirenópolis no local?
6. Como funciona a preservação do espaço?
7. Como o Sr. analisa a relação dos moradores com a Casa de Câmara e Cadeia?
8. O Sr. acredita que os moradores estão satisfeitos com o uso atual do local?
9. Qual a importância do local para a cidade e para o Estado de Goiás?
10. Como é realizada a proteção do patrimônio?
11. O que já funcionou na Casa de Câmara e Cadeia?
12. O Sr. acredita que a Casa de Câmara e Cadeia é um centro de difusão cultural?
Por quê?
13. O Sr. acredita que implementar um museu em uma Casa de Detenção patrimonializada é positivo? Caso sim por quê?
14. Como é feita a divulgação do local?
15. O horário e dias de funcionamento são adequados a realidade local?
16. Qual a média de público semanal em visita ao museu?

APÊNDICE D - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A DIRETORA DO MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA DE PERNAMBUCO

1. Como a Senhora descreve o MAC?
2. Qual o foco de atuação?
3. Quais são as atividades culturais existentes no local?
4. Como ele é dividido (salas, exposições, reserva técnica, etc..)
5. Qual é a atuação efetiva do governo do Estado, através da FUNDARPE no MAC?
6. Qual é a atuação efetiva do IPHAN já que o MAC está instalado em uma edificação histórica tombada? Existe algum tipo de fiscalização?
7. A Prefeitura de Olinda atua de alguma forma no Museu?
8. De qual órgão vem os recursos para manutenção do Museu?
9. Os funcionários e estagiários do local estão vinculados a qual órgão?
10. Como funciona a preservação do espaço?
11. Como o museu contribui para a preservação física e memorial do espaço?
12. Qual a importância do MAC para a cidade de Olinda e o Estado de Pernambuco?
13. Quando o visitante chega ao espaço, a Senhora acredita que ele(a) sabe que ali foi uma prisão eclesiástica? Sabem a história do local?
14. É informado pelos mediadores que no local onde está abrigado o museu, foi a primeira prisão eclesiástica do Brasil?
15. Qual a sua opinião acerca da implementação de um museu em uma antiga prisão?
16. A Casa sofreu modificações estruturais para implementação do museu que pudessem comprometer as características originais?
17. Existe algum lugar no museu que remeta a antiga prisão (local)?
18. Quais os critérios estabelecidos para a escolha dos mediadores? Eles possuem algum tipo de treinamento?
19. Média de visitantes (diária)? A maioria são turistas?
20. Como é feita a divulgação do museu?

ANEXO A – DOCUMENTO ENTREGUE PELA ADMINISTRAÇÃO DA CASA DA CULTURA DE PERNAMBUCO (RESUMO HISTÓRICO)



CASA DA CULTURA PERNAMBUCO

A Casa da Cultura de Pernambuco é um espaço público que funciona com a finalidade de promover e divulgar a cultura pernambucana para toda sociedade. É um dos principais espaços culturais da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE)

Funciona na edificação construída durante a segunda metade do século XIX para abrigar a Casa de Detenção do Recife. Após a desativação do órgão de controle social e a transferência dos detentos de até então, o prédio foi tombado como patrimônio histórico pela FUNDARPE. E, por fazer parte de importante período da história de Pernambuco por atuar diretamente na vida social desde os tempos de província, a agora Casa da Cultura de Pernambuco, continua a agregar valores à história do estado.

O tamanho da edificação ainda hoje se destaca entre os prédios modernos do bairro de Santo Antônio. Com formato de cruz indicando os pontos cardeais, possuía nos raios sul, leste e oeste, cada um, 56 celas, sendo 24 no térreo, 18 no primeiro andar e 14 no segundo, somando um total de 168 celas dedicadas para detentos. O raio norte que dá para a entrada principal na beira do rio Capibaribe era onde localizava a administração da Casa de Detenção.

Na ocasião da transformação em Casa da Cultura, o prédio sofreu algumas mudanças: boa parte das muralhas foi derrubada, a abóboda do Hall central, o telhado, piso, encanamento e vigas de sustentação das passarelas foram mudadas as paredes pintadas e reformadas, com exceção de uma única cela no térreo do raio leste que foi mantida com as paredes intactas em memória à vida dos encarcerados.

Após ter abrigado, presos sob suas muralhas, personalidades conhecidas da história nacional, como Gregório Bezerra e João Dantas, as celas foram convertidas em lojas de artesanato, literatura, música e gastronomia regionais, além de um teatro e sua área externa que é utilizada para manifestações culturais. Abriga também associações e sindicatos significativos para o estado, como dos Artistas Circenses e do Movimento Negro Unificado e ainda, dois grandes painéis do pintor pernambucano Cícero Dias, que representam as Revoluções Pernambucanas de 1817 e 1824.

Dentre os produtos comercializados, estão esculturas em barro, madeira, pedras e cerâmica, pinturas, peças em couro, confecções em algodão e renda renascença, redes, moda praia, souvenirs, bolo-de-roló, cachaças e outros. É por essa diversidade e pelo seu peso na história de Pernambuco que a Casa da Cultura é um ponto turístico de grande importância, recebendo em

média 600 visitantes por dia na baixa estação e aproximadamente 3.000 na alta estação. É importante ainda lembrar que, por estar localizada no centro da cidade do Recife e, ao lado estação central de metrô, a Casa da Cultura de Pernambuco é constantemente visitada por cidadãos recifenses que transitam pelas ruas de um dos bairros mais circulados da região metropolitana do Recife.

Dessa forma, o perfil do público visitante da Casa da Cultura é extremamente diversificado, como turistas internacionais que muitas vezes vêm em cruzeiros marítimos (quando da sua temporada), escolas que trazem estudantes pra conhecer de perto a história e cultura materializadas no espaço e pessoas que trabalham nos arredores e vão apenas passar seu horário de almoço no local ou que moram perto e vão lá para passar o tempo, por assim dizer. Portanto, o espaço caracteriza-se como ponto evidente de interação social, o que demanda fundamentalmente uma maior observância do seu papel divulgador, propagador e ativista não só da cultura popular pernambucana, mas também de questões relevantes para a sociedade, como a educação e a proteção ambiental, o que inclui o patrimônio histórico e natural e também, cultural.

1. História

A Casa da Cultura de Pernambuco tem uma história que mistura a preservação e a transformação. Seu projeto inicial foi desenvolvido pelo engenheiro pernambucano José Mamede Alves Ferreira (1820-1862)¹. A edificação de estilo Neoclássico do séc. XIX apresenta, em seu formato cruciforme, os quatro raios convergindo para um hall central, de onde os presos eram vigiados de um mirante que permitia a visualização de todos os corredores.

A obra iniciada em 1850, concluída apenas no ano de 1867, teve importante papel para o desenvolvimento do bairro de Santo Antônio, pois a realização dos aterros que antecederam a construção da antiga Casa de Detenção do Recife possibilitou a estruturação urbana do bairro. A Casa de Detenção do Recife foi construída apenas para o trânsito de presos até o julgamento e não para ser uma penitenciária, entretanto as circunstâncias sociais a transformaram numa penitenciária (Cf. MOTA; CAVALCANTE; FONSECA, 1991, p. 167).

¹ José Mamede Alves Ferreira estudou na Escola de Pontes e Calçadas de Paris e ocupou o cargo de Diretor de Obras Públicas da Província de Pernambuco, durante o exercício da função realizou a construção do Hospital Pedro II, a Casa de Detenção do Recife, o Cemitério Público e o Ginásio Pernambucano (Cf. COSTA; ACIOLI, 1985, p. 31-32).



No entanto, durante os 118 anos de funcionamento, a Casa de Detenção do Recife foi palco de dor e sofrimentos, visto que a proposta de prevenção e repressão de infrações e crimes frequentemente não possibilitava a ressocialização dos detentos. Um dos métodos utilizados para a ressocialização dos presos da Casa de Detenção do Recife foi a capacitação profissional em oficinas de marcenaria, alfaiataria, sapataria e marcenaria aplicados tanto aos presos maiores, condenados por delitos criminosos, quanto aos menores do Instituto Disciplinar² criado em 1917.

Com o passar do tempo, o desenvolvimento social do Recife e a consequente dinamização de seus espaços sociais foram imprimindo a necessidade do afastamento do presídio da área central e urbana da cidade para zonas mais afastadas. Por esse motivo, o poder político decidiu fechar a Casa de Detenção em 15 de março de 1973. E com a derrubada de suas muralhas é marcado o início do processo de transformação. Em 14 de abril de 1976, foi inaugurada a Casa da Cultura de Pernambuco e em 03 de setembro de 1980 ocorreu seu tombamento, sendo o primeiro Monumento Histórico da cidade. Desta forma, a Casa da Cultura é hoje um espaço focado no desenvolvimento de ações culturais que visam ao desenvolvimento social da população pernambucana.

Na ocasião da desativação da Casa de Detenção houve por bem levar adiante a ideia proposta por Francisco Brennand de transformar a edificação num espaço cultural voltado para o desenvolvimento social seguindo o modelo da utilização de espaços com a mesma finalidade na Europa (Cf. CARRAZONE, 1997, p. 9). Após a reforma e tombamento pelo Governo do Estado de Pernambuco, na gestão de Eraldo Gueiros Leite em 1973, a utilização das mais de cem celas do antigo presídio foram divididas em duas modalidades: o primeiro e o segundo pavimento destinados à comercialização do artesanato regional, e as celas do terceiro pavimento foram todas destinadas à utilização por grupos de movimentos sociais, sindicatos e associações.

² O Instituto disciplinar foi criado a partir da experiência obtida com a Escola Correccional iniciada em 1908 por um diretor da Casa de Detenção do Recife para o disciplinamento de jovens, a Escola funcionava dentro do espaço da Casa de Detenção e não recebia apoio do Governo na época (Cf. MAIA, 2001, p. 211-212).

REFERÊNCIAS

CARRAZONE, Erica. "Brennand e a Casa da Cultura". **Suplemento Cultural**, Recife, v.12, ano 10, p. 9, jan. 1997.

COSTA, Cleonir Xavier de Albuquerque; ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **José Mamede Alves Ferreira: sua vida – sua obra, 1820 – 1865**. Recife: APEJE, 1985.

MAIA, Clarissa Nunes. **Policiados: controle disciplinar das classes populares do Recife, 1865-1915**. Tese de Doutorado, Recife: UFPE, 2001.

MOTA, Mauro; CAVALCANTI, Paulo; FONSECA, Edson Nery da. **Be-a-ba de pernambuco, ou, apontamentos para uma biografia do estado**. Recife: Massangana, 1991.